

Universidade de Lisboa  
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território



**Perceção e apropriação do território. Os Guineenses em Lisboa: duas gerações em comparação.**

**Anna Ludovici**

Dissertação orientada  
pelo Prof. Doutor Jorge Malheiros e pela Prof.<sup>a</sup> Doutora Margarida Queirós

Mestrado em População, Sociedade e Território

2016



Universidade de Lisboa  
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território



**Perceção e apropriação do território. Os Guineenses em Lisboa: suas  
gerações em comparação.**

**Anna Ludovici**

Dissertação orientada  
pelo Prof. Doutor Jorge Malheiros e pela Prof.<sup>a</sup> Doutora Margarida Queirós

Júri:

Presidente: Professora Doutora Maria Lucinda Cruz dos Santos Fonseca do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa;

Vogais:

- Professora Doutora Ana Paula Cruz Beja Orico Horta do Departamento de Ciências Sociais e de Gestão da Universidade Aberta de Lisboa.
- Professor Doutor António Eduardo Alves Martins Ascensão do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa.
- Professor Doutor Jorge da Silva Macaísta Malheiros do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa.

2016

## ÍNDICE

*Agradecimentos*

**Resumo**

**Abstract**

**Introdução e elementos metodológicos.....8**

### PRIMEIRA PARTE

#### **Viagem e experiência dos arredores dos territórios.**

**1. Território e territorialidade.....18**

1.1 A teoria geográfica da complexidade: a abordagem de Angelo Turco...25

1.2 Da desterritorialização à multiterritorialidade: a abordagem de Rogério Haesbaert.....34

1.3 Território e territorialidade: uma abordagem diferente é possível? A epistemologia do Sul para Boaventura De Sousa Santos.....38

*1.3.1. Pensamento científico e seus detentores: perspectivas e propostas críticas .....43*

**2. Representação, percepção e apropriação do espaço: instrumentos de reterritorialização.....51**

2.1 Representação do espaço.....53

2.2 A paisagem: entre representação e apropriação.....56

2.3 A apropriação do espaço.....59

**3. Território e territorialidade: enquadramento histórico-geográfico – atores e processos nos lugares de origem e destino.....62**

3.1 O território na Guiné-Bissau: entre história e mito.....62

*3.1.1 Um exemplo de chão sagrado: o mito de fundação de Sanconhã.....73*

3.2 Territórios residenciais na Área Metropolitana de Lisboa: processos de produção habitacional e imigração africana.....	77
--	----

## SEGUNDA PARTE

### Os Guineenses na Quinta do Mocho: percepção, apropriação e uso do território.

<b>4. O bairro da Quinta do Mocho e a sua génese.....</b>	<b>94</b>
<b>5. Objetivos principais da investigação.....</b>	<b>106</b>
5.1 Primeiros contatos com os migrantes e escolha da metodologia de investigação.....	107
5.2 Recolha de dados: pesquisa qualitativa, entrevistas semiabertas, observação participante.....	110
<b>6. Análise dos resultados I: percepção do espaço.....</b>	<b>114</b>
6.1 Paisagem, soundscape, smellscape para os “jovens”.....	115
6.2 Paisagem, <i>soundscape</i> , <i>smellscape</i> para os “adultos”.....	123
6.3 Quadro de síntese da percepção.....	128
<b>7. Análise dos resultados II: apropriação e uso do espaço.....</b>	<b>130</b>
7.1 Apropriação e Uso do espaço público: a cidade e o bairro.....	131
7.2 Apropriação e uso do espaço privado: a habitação.....	138
7.3 Espaços de apropriação e identidade socio espacial.....	141
<b>Conclusões.....</b>	<b>147</b>
<b>Referências bibliográficas.....</b>	<b>153</b>
<b>ANEXO 1: Elenco das figuras.....</b>	<b>162</b>
<b>ANEXO 2: Elenco quadros.....</b>	<b>163</b>

<b>ANEXO 3: Guião das Entrevistas.....</b>	<b>164</b>
--	------------

## ***Agradecimentos***

*Esta dissertação de mestrado contou com muitos apoios e incentivos, e queria aqui agradecer sinceramente a quantos nos últimos três anos me ajudaram de diversas formas e foram ao meu lado acreditando no meu projeto e nas minhas possibilidades.*

*Primeiro, e não é apenas um agradecimento institucional, quero agradecer ao IGOT, o Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa que, apesar de eu ser estrangeira e não falar ainda português, acreditou em mim, acolheu-me sem reserva e sobretudo ofereceu-me grandes espaços de crescimento em termos académicos, culturais e pessoais. Neste sentido, quero agradecer a todos os professores que me acompanharam neste percurso.*

*Um agradecimento especial vai para o meu orientador, o Professor Jorge Malheiros. A sua capacidade analítica, a sua sensibilidade e intuição, a paixão pelas temáticas territoriais ligadas às migrações e à desigualdade socio-espacial, fizeram com que eu também desenvolvesse os meus interesses na ótica dos fluxos migratórios e conseguisse encaixar os meus conhecimentos num quadro muito mais amplo, de um ponto de vista epistemológico e cultural. Agradeço-lhe pelas conversas infinitas e as questões abertas, pelas sugestões bibliográficas, e sobretudo por ter ampliado os meus horizontes geográficos, humanamente e politicamente. Obrigada pelas revisões do meu ítalo-português e das sugestões até à última hora. Muito mais disso, pela sua amizade e simpatia, por ter estimulado a minha curiosidade e o meu sentido crítico, por ter revolucionado a minha perceção do tempo em favor do espaço, e por me ter transmitido o imenso valor da independência de pensamento e da liberdade.*

*Um sentido agradecimento vai para a minha coorientadora, a Professora Margarida Queirós. Agradeço-lhe muito por me ter oferecido uma visão mais ampla das dinâmicas geopolíticas do Sul, tornando a minha imagem do mundo muito mais completa; por ter estimulado o meu interesse pela conflitualidade territorial, pelos movimentos sociais e as várias interpretações de direito à cidade e ao território. Ademais, pela sua grande disponibilidade, e por me ter dado a oportunidade de participar em projetos importantes que ampliaram as minhas perspetivas de*

*estudante, muito obrigada! E por ser a demonstração que uma mulher geógrafa tem sempre uma “marcia in più”!*

*Um agradecimento sentido vai para a Guiné-Bissau, nas pessoas de Alante e Djuco, Cambraima, Djibi, e de todos os quantos suportaram as minhas perguntas e a minha presença na Quinta do Mocho, por me ter acolhido como “uma deles”. Obrigada a Mamadú, Kedy, Tony, Camilo, Karimu por terem tornado este projeto realidade.*

*Aos meus colegas, muito mais que colegas de mestrado, amigos, conselheiros, e guias neste maravilhoso País que me acolheu. Um abraço grande ao Nuno e ao Rui pelas sugestões académicas, por terem partilhado comigo experiências pessoais, pedaços de vida e memórias. Obrigada à Bárbara e à Marina pelas sugestões não só bibliográficas, mas sobretudo pelo apoio. À Joana e ao Patrício um obrigado sentido por todo o carinho e a amizade que recebi ao longo dos últimos dois anos.*

*Às minhas amigas mais queridas, as duas Ritas o meu agradecimento mais sentido. Uma por ter me materialmente acolhido na sua casa assim como no seu coração no momento em que eu mais precisava. Por me ter sempre apoiado, mesmo nas escolhas mais difíceis, por ter-me dado a possibilidade de descobrir Portugal através dum olhar único e apaixonado, por ter-me estimulado a ser sempre melhor e acreditar em mim, e sobretudo pela minha primeira sobrinha portuguesa, Beatriz. Outra por me ter mostrado de fato que a honestidade intelectual existe, que a inteligência, a cultura e uma infinita doçura e sensibilidade podem todas coexistir numa única pequena-grande mulher. As duas tornaram-me um bocado mais portuguesa e contribuíram substancialmente para desenvolver o meu grandíssimo amor pela cidade de Lisboa e este País.*

*At last but not least, quero agradecer aos meus pais, Daniela e Rodolfo por terem tornado esta experiência possível; às minhas irmãs de coração Francesca e Tina por terem sempre ficado ao meu lado, por encararem os meus momentos de tristeza e desconforto, por me apoiarem no dia-a-dia, mesmo na distância, por continuarem a fazer parte da minha vida e sobretudo por torná-*



*la melhor. AMaurizio, Tony, Emanuela, Anna e Massimo, por nunca me abandonarem, pelos  
incentivos e encorajamentos, muito obrigada!*

## **Resumo**

Acredita-se que uma das componentes fundamentais dos processos de apropriação e representação do espaço sejam as dinâmicas socioculturais subjacentes e a relação biunívoca entre território e sociedade: no fundo, trata-se de compreender como um território, construído a partir de uma ação social, influencia os comportamentos dos atores sociais que o experienciam e, conseqüentemente, o modo como estes acabam por ressignificar esse território, gerando um novo processo de apropriação e representação deste, uma nova territorialização – a reterritorialização.

Com esta dissertação, procurou-se, portanto, analisar o processo constitutivo de um território de base residencial num contexto de migração a partir das suas peculiares componentes sociais, étnicas e culturais.

Assumiram-se como grupo imigrante de referência, os guineenses, se bem que não se trate do principal grupo nacional oriundo dos PALOP presente em Portugal. Contudo, acreditou-se que a grande riqueza cultural e étnica da Guiné-Bissau pudesse ser útil para a análise das componentes tradicionais africanas mais ligadas aos aspetos simbólicos e sagrados da construção do território.

Com este objetivo, foi analisado o processo constitutivo do bairro de realojamento da Quinta do Mocho, na Freguesia de Sacavém, concelho de Loures, focando a atenção sobre um grupo específico de imigrantes guineenses, escolhido com base na altura da chegada a Portugal e tendo em conta diferenças de idade e género. A génese deste bairro, a sua história, as dinâmicas de realojamento que o modelaram nas formas como hoje o conhecemos, deram-me também pistas importantes relativas à evolução espacial da cidade de Lisboa nos anos críticos da pós-revolução, e aos processos que determinaram a atual configuração territorial da Área Metropolitana de Lisboa, com destaque para os seus subúrbios, as necessidades e orientações da sua política

habitacional e, mais em geral, a forma de gerir a presença dos migrantes e as necessidades e exigências destes.

Não se pretendeu oferecer aqui um quadro exaustivo desta problemática, pois esta dissertação é, necessariamente, um trabalho exploratório executado num período de tempo relativamente curto, estando baseada numa reflexão qualitativa e privilegiando uma abordagem teórica. A aplicação, implementada de forma experimental, assentou na realização de entrevistas semiestruturadas e observação participante junto de guineenses da Quinta do Mocho. Contudo, procurou-se contribuir, mesmo a partir de uma base de dados reduzida, para questionar as tradicionais categorias conceptuais utilizadas na análise socio-espacial das áreas residenciais de imigrantes e refletir acerca da pertinência da inclusão de perspetivas diferentes no processo de validação epistemológica.

**Palavras-chave:** Bairro de realojamento, processo de territorialização, *chão*<sup>1</sup>; apropriação e perceção do espaço; identidade socio-espacial.

---

<sup>1</sup> <sup>1</sup>(equivalente do território na abordagem africana)

## **Abstract**

We believe that the socio-cultural dynamics and the mutual relationship between territory and society are one of the fundamental components of the processes of appropriation and representation of space. We are talking about the way as a territory socially produced, influence the behaviour of social actors in the space; and consequently, how the actors redefine the territory, generating a new process of appropriation and representation of this, i.e. a new territorialization's process that can be read as reterritorialization.

With this dissertation, our objective was to analyse the constitutive process of a residential urban territory in a context of migration, starting from its peculiar social, ethnic and cultural components.

People from Guinea-Bissau have been assumed as the immigrant group of reference, though Guineans do not constitute the largest group of PALOP migrants in Portugal. However, we believed that the rich cultural and ethnic background of Guinea-Bissau could be useful to analyse the traditional African components more related to symbolic aspects and sacred meaning of the territory.

With this aim, we analysed the constitutive process of the rehousing neighbourhood of Quinta do Mocho, in Sacavém, Loures, focusing our attention on a specific group of Guinean immigrants, chosen according to their time of arrival in Portugal and their gender. The genesis of this neighbourhood, its history, the rehousing dynamics that shaped its contemporary forms, gave me also important clues regarding the spatial evolution of the city of Lisbon in the critical years of the post-revolution. In addition, it has also contributed to highlight the current territorial configuration of the Lisbon Metropolitan Area, underlining the role of its suburbs, the needs and orientations of its

housing policy and, more generally, how to manage the presence of migrants and the needs and requirements of these.

We did not pretend to offer here an exhaustive overview of this issue, as this dissertation is an exploratory short-time research based on a qualitative reflection, favouring a theoretical approach, applied experimentally through the conduction of semi-structured interviews and participant observation. However, we tried to contribute, even from a small database, to question the traditional conceptual categories used in social and spatial analysis of residential areas of immigrants, and also to develop an alternative thinking about the relevance of the inclusion of different perspectives in the epistemological validation process.

**Key-words:** rehousing neighbourhood; territorialisation process; *chão*<sup>2</sup>; appropriation and perception of space; socio-spatial identity.

---

<sup>2</sup> African term more or less equivalent to territory.

## **Perceção e apropriação do território. Os Guineenses em Lisboa: duas gerações em comparação.**

Aluno: Anna Ludovici  
Orientador: Jorge Malheiros  
Coorientador: Margarida Queirós  
Mestrado: População, Sociedade e Território

**Palavras-chave:** Bairro de realojamento, processo de territorialização, *chão* (equivalente do território na abordagem africana); apropriação, perceção e representação do espaço; identidade socio-espacial.

### **Introdução e elementos metodológicos.**

Com esta dissertação pretende-se refletir sobre as dinâmicas socioculturais que estão na base dos processos de apropriação e representação do espaço num contexto de migração. Em outras palavras, procura-se analisar o processo constitutivo de um território de base residencial a partir das suas peculiares componentes sociais, étnicas, culturais.

Não se pretende oferecer aqui um quadro exaustivo desta questão. Em primeiro lugar, porque esta dissertação está baseada numa reflexão qualitativa, privilegiando uma abordagem teórica, aplicada, de forma experimental e necessariamente limitada devido às restrições temporais e às características de um mestrado contemporâneo de “2º ciclo”, a uma população num território específico. Com este escopo foi realizado um número relativamente pequeno de entrevistas com um grupo específico de migrantes: os guineenses residentes no Bairro da Quinta do Mocho, na Freguesia de Sacavém, concelho de Loures (como veremos mais adiante, o grupo de migrantes foi escolhido com base na altura da chegada em Portugal e tendo em conta a diferença de género). Mesmo a partir desta base de dados reduzida, acredita-se de fato que seja possível questionar as tradicionais categorias conceptuais utilizadas na análise socio-espacial das

áreas residenciais de imigrantes, com o intuito de verificar a pertinência da inclusão de perspectivas diferentes no processo de validação epistemológica, e em caso afirmativo, de que forma.

Consciente do fato de que os migrantes de origem guineense não são os mais numerosos nem em Portugal, nem na Quinta do Mocho, a minha escolha foi condicionada por diferentes fatores. Primeiro, a minha precedente experiência de estudante e de iniciação à pesquisa levou-me a conhecer mais do que as outras realidades africanas, o território da Guiné-Bissau, de resto já explorado na minha tese de licenciatura<sup>3</sup>. Em segundo lugar, acredita-se que a grande riqueza cultural e étnica da Guiné-Bissau possa ser útil ao propósito desta dissertação, ajudando-nos a ir para além dos *instrumentos* epistemológicos clássicos ao proporcionar a potencial incorporação das componentes tradicionais africanas mais ligadas aos aspetos simbólicos e sagrados da construção do território. A escolha do bairro da Quinta do Mocho também foi inicialmente condicionada por motivos pessoais: amigos guineenses ajudaram-me a entrar em contacto com os moradores do Bairro. Este, podemos dizer, é um aspeto, porventura, limitante numa pesquisa qualitativa no âmbito das ciências sociais, pois estamos conscientes que o próprio investigador é ator social e elemento condicionante, não apenas na escolha do tema (objetivo da pesquisa) e orientação analítica da investigação, mas também na forma de interpretação e elaboração dos dados recolhidos (Guerra I.C., 2006). Todavia, o “encontro” com a Quinta do Mocho revelou-se muito mais do que uma mera coincidência. De fato, a génese deste bairro, a sua história, as dinâmicas de realojamento que o modelaram nas formas com que hoje o conhecemos, deram-me pistas importantes relativas à evolução espacial da cidade de Lisboa nos anos críticos da pós-revolução, quando dois importantes fluxos migratórios – o de retorno das ex-

---

<sup>3</sup> Ludovici A. (2013), *La Guinea-Bissau tra sviluppo e conservazione*. (Tese de Licenciatura não publicada), L'Aquila, Universidade de L'Aquila.

colónias e o do início do crescimento progressivo da imigração dos PALOP - afetaram Portugal. Estes processos proporcionaram-me uma leitura da atual configuração territorial da Área Metropolitana de Lisboa, com destaque para os seus subúrbios, das necessidades e orientações da sua política habitacional e, mais em geral, da forma de gerir a presença dos migrantes e das necessidades e exigências destes. Isto assume uma relevância ainda maior face às importantes e renovadas dinâmicas imigratórias ocorridas em Portugal no último decénio do século XX e no primeiro do século XXI, que se constituem como um desafio na reorganização e reabilitação da cidade contemporânea, sobretudo se a posicionarmos enquanto unidade territorial chave da cidadania, processo que incorpora, necessariamente, o acesso democrático à cidade e aos recursos urbanos. Em terceiro lugar, foi determinante no início da elaboração desta dissertação ter acreditado que se pudesse demonstrar uma diferença marcante entre duas gerações de migrantes. Por um lado, a “da chegada inicial ou original”, composta por adultos e mais ligada ao país de origem, portanto mais relacionada com a cultura guineense tradicional. Por outro, uma “segunda geração” que integra jovens chegados muito novos a Portugal ou que até nasceram e cresceram cá, tendo, portanto, passado por um processo de sociabilização mais “ocidental”, orientada segundo as lógicas culturais do país de destino. Com este objetivo, os entrevistados foram organizados seguindo um esquema de diferenciação em termos de “idade” (aqui considerada com uma certa fluidez e incorporando como elemento fundamental a experiência de vida na Guiné-Bissau) e de sexo (para evidenciar as diferenças de género<sup>4</sup>).

---

<sup>4</sup> A diferença de género é nesse contexto considerada enquanto elemento socialmente (e não biologicamente) determinante da reprodução das dinâmicas de representação da realidade. Acredita-se de facto, de acordo com os estudos feministas, que a produção de conhecimento, enquanto produto da dialética entre sujeito e objeto, bem longe ser um produto objetivo e neutral, é frequentemente associado e produzido no âmbito de uma “epistemologia masculina” que «tende a (re)produzir desigualdades sociais»



A investigação teve como objetivo colocar em evidência a relação biunívoca entre território e sociedade, ou seja, como um território construído a partir de uma ação social, influencia por sua vez os comportamentos dos atores sociais que o experienciam. No fundo, trata-se de analisar o modo como os atores acabam por ressignificar o território, gerando um novo processo de apropriação e representação deste; uma nova territorialização. Nesse sentido, o grupo de migrantes foi analisado a partir de duas diretivas principais: uma ligada ao momento de chegada a Portugal, e outra, de género (Quadro 1). Assim, foram definidas uma primeira e uma segunda geração que contextualmente foram novamente divididas em homens e mulheres, gerando assim quatro subgrupos: homens da primeira geração; homens da segunda geração; mulheres da primeira geração; mulheres da segunda geração.



Quadro 1\_ Âmbitos de análise no grupo de migrantes. (Fonte: elaboração própria)

---

(Haraway, 1991, p. 198 – 199; cit. Rodrigues, 2014: 45). Tendo em consideração que também as lógicas de produção do território são influenciadas por dinâmicas idênticas, acredita-se importante destacar os comportamentos dentro e as representações do território numa perspetiva de género.

No momento de ultimar o primeiro ciclo de entrevistas, ficaram desde logo evidentes os desafios desta divisão. De fato, foi praticamente impossível conseguir faixas etárias correspondentes entre os dois géneros, o que impediu uma comparação direta. Também não foi possível uma completa correspondência quantitativa no número dos entrevistados relativamente ao género e às faixas etárias. Além disso, a identidade cultural dos entrevistados não pode ser reduzida apenas ao tempo de chegada e vida em Portugal, ou mesmo à estadia (passada) na Guiné-Bissau. O que as entrevistas evidenciaram, como será analisado mais adiante, é que a projeção do País de origem no contexto de destino, não pertence apenas a quem de fato viveu na Guiné, mas também a quem nunca lá foi e mesmo àqueles que nunca regressaram “a casa” nos últimos 30 – 40 anos. Isto acontece por duas razões principais: a primeira é que o fato de ser (ou sentir-se) guineense passa de geração em geração como elemento das narrativas familiares. Isto acontece também quando o sentido de pertença é baseado numa visão de uma certa forma aproximativa e por vezes ingénua, como no caso dos entrevistados mais novos, que nem sabem com exatidão qual é a origem da própria família no território guineense, e que mesmo se nascidos e crescidos em Portugal, continuam a se definir enquanto “guineenses”. A segunda tem a que ver com a forma como nós olhamos para o fenómeno da imigração e, em particular, a forma como encaixamos as lógicas migratórias num contexto “naturalizado de estado nação” (Sayad, 2002). Isto implica uma deriva na análise, que nos leva a confundir as dinâmicas socioculturais com as fontes de legitimação de permanência e pertença a um território nacional, afetando, consequentemente, a interpretação a nível socio-espacial e territorial. Além disso, a possibilidade de ter acesso a uma sistemática circulação de informações e potencialmente a maior acessibilidade a deslocações físicas para o País de origem, faz com que hoje mais do que nunca seja possível manter relações mais próximas com a Guiné.

Teremos, portanto, que levantar algumas questões – que se tentará abordar de uma forma mais aprofundada ao longo do texto: primeiro, a que aspetos está ligada a construção da nossa identidade cultural e consequentemente socio-territorial. Podemos considerar como fator determinante o lugar de nascimento? A história familiar seja para os migrantes mais novos, seja para os migrantes mais velhos, é frequentemente caracterizada por uma “dupla ausência” (Sayad, 2002), que já não permite aos migrantes aderir completa e exclusivamente a um ou a outro modelo cultural. Segundo, para voltar ao âmbito mais estritamente geográfico, como e de que forma esta condição liminar ou holística se reflete nas dinâmicas socio-espaciais e sobretudo nos processos de territorialização e re-territorialização. (Saquet, 2005; Haesbaert, 2003; Dematteis, 1995) Se, de fato, é verdade que o território é o resultado da ação social (Turco, 1988), seria interessante tentar perceber que sociedade se reflete num bairro social (caraterizado, como neste caso, pela presença substancial de migrantes) - se a sociedade que materialmente o realizou (na ótica das políticas públicas do país de destino) ou a que de fato o vivencia no quotidiano.

Para analisar os diferentes aspetos dos fenómenos de apropriação e representação do espaço, foi escolhida a “configuração territorial” (Turco, 2010) da Paisagem (nas suas variantes visível e sensorial) para dar conta das dinâmicas da perceção do território; relativamente aos processos de apropriação e uso do espaço considerou-se o espaço público (no bairro da Quinta do Mocho na cidade de Lisboa) e a habitação.

Este foi, talvez, o maior desafio encontrado na elaboração desta dissertação. De fato, depois ter ultimado as entrevistas, reparei que o meu objetivo principal, ou seja, a vontade de perceber os elementos socioculturais próprios dos migrantes, estava a ser de uma certa forma viciado por ter adotado categorias concetuais evidentemente ocidentais e europeias, e que, sobretudo no caso da Paisagem, não se encontram (pelos menos não

na mesma forma) na tradição cultural da África ocidental e da Guiné. Num primeiro momento, portanto, a tentação foi desistir da utilização desta configuração geográfica. Mas, num segundo momento, e após uma reflexão mais sistémica, a escolha caiu na tentativa de oferecer uma síntese dialógica entre as diferentes representações do território, por duas motivações principais: a primeira devido essencialmente à consideração que, num contexto migratório, a ação social (Weber, 2015) funciona de uma forma muito mais complexa e fluída do que num ideal-tipo social uni-cultural e uni-étnico, já não sendo possível falar de um modelo único cultural de representação socio-espacial. Portanto, neste contexto específico, a pergunta seria: estamos certos do fato que os Guineenses presentes na Quinta do Mocho mantiveram intactos os comportamentos sociais e as representações espaciais da sociedade de origem<sup>5</sup>?

A segunda motivação é que a “falta” de algumas noções representativas não é apenas ligada a elementos étnico-culturais, mas também a componentes socioeconómicas. Isto quer dizer que mesmo querendo destacar neste contexto os elementos mais significativamente sociais e culturais, todavia não podemos esquecer completamente aquelas “estruturas sociais” que limitam de fato ou favorecem o acesso a determinados recursos culturais. Neste sentido, teremos de colocar a seguinte questão: por exemplo, se perguntássemos aos cidadãos portugueses uma opinião relativamente à categoria da paisagem, as respostas seriam diferentes? E se sim, isto dependeria apenas da mera pertença jurídica e cultural ao estado português, ou seria o resultado das diferenças de classe social e grau de instrução? Tendo conta estas questões, e claramente não conseguindo responder a todas exaustivamente, por cada eixo temático (paisagem e

---

<sup>5</sup> Seria necessário também levantar problemáticas relativas à evolução e às mudanças das sociedades africanas, mesmo nos contextos rurais.

percepção, habitação e apropriação, espaço público e uso), foram comparadas as duas abordagens, seja quando discordantes, seja quando complementares.

A tese encontra-se, portanto, dividida em duas partes. Na primeira parte, foi oferecida uma visão dos conceitos epistemológicos mais desenvolvidos na geografia humana relativamente à noção de território. Foram discutidos, sobretudo, os autores em que fundamento a minha reflexão e que estão ligados à corrente epistemológica pós-colonial, cultural, por vezes com elementos do pós-modernismo, como Angelo Turco, Rogério Haesbaert e Boaventura de Sousa Santos. Adicionalmente, recorreremos também a autores explicitamente envolvidos numa interpretação do território mais ligada aos temas sociais e, portanto, com uma tendência mais abertamente de matriz marxista, como Milton Santos, Henry Lefebvre, Claude Raffestin. Também procurou-se utilizar uma abordagem diferente, a partir dos elementos culturais provenientes das dinâmicas socio-espaciais da África subsaariana norte ocidental, nomeadamente da Guiné-Bissau. O objetivo foi oferecer uma visão do território diferente, inovadora, que pudesse acompanhar e quando necessário substituir a “nossa” abordagem epistemológica ocidental, a fim de perceber realmente as componentes socioculturais que estão na base da construção e na representação do território.

A segunda parte da tese entrará no estudo de caso. Depois uma breve crónica relativa à história da realização do bairro de realojamento da Quinta do Mocho, o objetivo será explicar e mostrar as formas de percepção, apropriação e uso do território dos guineenses residentes neste local, com uma breve reflexão sobre a construção do sentido de identidade cultural dos migrantes no país de destino e como isto se reflete a nível territorial, e no funcionamento dos bairros sociais.

Relativamente à abordagem metodológica, acredita-se importante destacar alguns elementos que possam justificar atualmente uma escolha de tipo qualitativo. É de fato a

partir dos anos 70 que no âmbito das ciências sociais foi novamente retomado um debate sobre a utilização e a importância das metodologias e técnicas “qualitativas” de investigação (Yin, 2014; Flick, 2008). Conscientes do fato que os instrumentos qualitativos não podem ser considerados alternativos aos quantitativos, é também importante destacar que com base nos objetivos de cada investigação, é possível através de umas ou de outras tipologias de análise, alcançar resultados igualmente significativos. Em particular, como destaca Guerra I.C. (2006), a tipologia de análise qualitativa, que pela autora é definida enquanto “compreensiva”, permite-nos analisar os comportamentos sociais, e neste caso também espaciais e territoriais, de um ponto de vista “holístico”, indo além de uma análise dedutiva e funcional baseada em modelos socio-territoriais.

Neste contexto de investigação, onde o objeto principal são os processos de percepção e apropriação do espaço por parte de um grupo de migrantes, foi preciso procurar uma metodologia de investigação que privilegiasse, portanto, a observação e a compreensão das suas práticas e representações, e o modo como estas são construídas no território. Não querendo obviamente impor uma hierarquia entre a abordagem qualitativa e a quantitativa, e aliás achando que as duas têm de ser utilizadas de um ponto de vista nunca antagónico, mas sim complementar, a escolha caiu em privilegiar as primeiras. Numa primeira fase, recorreu-se a uma revisão da literatura, à recolha de dados já disponibilizados nos censos, e aos estudos já realizados (fontes secundárias) para contextualizar a situação atual dos guineenses na Quinta do Mocho num quadro histórico-social e num período de tempo mais amplo, que envolve as migrações africanas para Portugal. Esta primeira fase da investigação foi útil para descrever o contexto histórico, social e cultural no qual o bairro se desenvolveu. A sua génese, de fato, ocupou um prazo de quase trinta anos, ao longo dos quais foi possível destacar as

fases principais da ocupação do bairro, os atores envolvidos, o enquadramento histórico e social de referência.

Como se verá mais aprofundadamente na segunda parte da dissertação, a recolha dos dados relativos à compreensão das dinâmicas socioculturais e socio-espaciais subjacentes aos processos de perceção e apropriação do território, consistiu na realização de entrevistas semiestruturadas e de uma observação participante. A tentativa de comparação entre as duas gerações por um lado, e a diferença de género por outro, fez com que estas mudanças fossem perceptíveis logo a partir de um número restrito de entrevistas, tanto que uma primeira análise dos dados recolhidos evidenciou, de imediato, as alterações presentes, seja a nível coletivo seja a nível individual.

O objetivo principal foi questionar de forma problemática a complexidade na base das estruturas sociais “heterónomas” e sujeitas a uma profunda mudança em termos culturais, sociais, territoriais e outros. A abordagem qualitativa permitiu, nesse sentido, de oferecer um quadro geral das dinâmicas dialéticas entre sociedade e território, e território e múltiplas representações. Contudo, consciente de não conseguir oferecer aqui uma resposta exaustiva destas problemáticas, procurou-se com a presente dissertação abrir uma reflexão inicial que esperamos possa ser aprofundada de forma mais completa, em futuras investigações.

## **PRIMEIRA PARTE**

### **Viagem e experiência dos arredores dos territórios.**

*«A geografia é, ao mesmo tempo, uma ciência de base e de convergência, um ponto de partida e um lugar de encontro: como uma encruzilhada, portanto, onde se chega e donde se sai por vários caminhos. [...] Ao ritmo impercetível de transformações que a observação sugere, mas só o espírito reconstitui, decorre o mais profundo da história humana, aquela que não tem datas nem personagens e flui obscuramente, através da vida popular, do princípio dos tempos até hoje»*

Orlando Ribeiro, 1945

### **1. Território e territorialidade.**

Desde o início, a geografia procurou identificar os conceitos capazes de explicar a realidade geográfica, as dinâmicas territoriais e o comportamento dos atores no espaço. É com este intuito que nas últimas décadas a geografia questionou o conceito de território e as suas implicações. Com o progredir desta reflexão, o termo território (e as suas derivações) mudou de significado e podemos dizer também de “extensão”, ou seja, tocou progressivamente diferentes aspetos da realidade.

É de fato verdade que, já a partir das primeiras conformações societárias, foi fundamental definir, identificar e consequentemente “delimitar” o espaço, até chegar, em sintonia com a complexidade de cada altura e as necessidades de cada grupo, ao ponto de criar as diferentes formações territoriais. Podemos, portanto, dizer que a cada organização social corresponde uma forma de organização espacial própria. É precisamente nesta organização e identificação que muitos autores reconhecem a “transformação” de espaço em território. «Tentamos perceber a geografia enquanto forma territorial da ação social. Definimos espaço como uma extensão da superfície terrestre caracterizada apenas por atributos físicos e chamamos território a um espaço



sobre o qual foi exercitada uma qualquer obra humana; o processo através o qual este artefacto se realiza e evolui, é o processo de territorialização»<sup>6</sup> (Turco, 1988: 15)

Mas quais são os elementos que hoje nos permitem definir este conceito geográfico na sua evolução? Quais as ligações entre o espaço e as heranças culturais, religiosas e individuais de cada grupo humano? E de que forma os migrantes levam consigo o território deles para projetá-lo novamente no espaço de adoção?

Come se pode facilmente imaginar, o “território” é um conceito muito amplo e polissémico, que pode ser interpretado de diferentes formas e a partir de vários pontos de vista. Como relata Arroyo (2004:64) «se pensarmos o território como um conceito que supõe o exercício do poder e que implica um processo de apropriação, de delimitação e de controlo, estamos enfatizando sem dúvida, sua dimensão política. E se, além disso, pensamos na legitimidade desse poder, e, portanto, na ideia de soberania, estamos cada vez mais próximos de sua dimensão jurídica.». Já nesta primeira reflexão, fica evidente como distintas abordagens nos podem levar a reconhecer a natureza de um território através de limites diversos e, consequentemente a atribuir aos atores sociais diferentes relações de acesso e uso ao mesmo território.

Mesmo nessa gama de possibilidades de interpretação, há um elemento que de fato é comum a qualquer definição de território: um território para existir, para que seja individualizado, precisa de estabelecer os seus limites: «O limite (limes: a linha que delimita um campo) compreende enquanto categoria geral a fronteira. Mas quem está na origem do limite, da fronteira? Uma autoridade, um poder que pode exercitar “a função social do ritual e da significação social da linha, do limite em que o ritual legitima a passagem, a transgressão” (Bourdieu, 1982:121). O limite, linha traçada, instaura,

---

<sup>6</sup> Texto original: «Proviamo ad intendere la geografia come la forma territoriale dell'azione sociale. Diciamo spazio un'estensione della superficie terrestre dotata di meri attributi fisici e chiamiamo territorio uno spazio sopra cui si è esercitato un qualche lavoro umano; il processo attraverso il quale questo artefatto si costituisce e evolve è la territorializzazione.». »

portanto, uma ordem que não é apenas de natureza espacial, mas também de natureza temporal, porque esta linha não divide apenas um “aqui” e um “além”, mas também um “antes” e um “depois”. [...]. Cada limite, cada fronteira é intencional: é fruto de uma vontade; nunca é arbitrária e é preciso legitimá-la originariamente através de um ritual religioso e mais tarde através de um processo político.<sup>7</sup>» (Raffestin, 1986:4)

São dois os elementos fundamentais para prosseguir nesta análise: de um lado a “arbitrariedade” das fronteiras, do outro a sua “legitimidade”. Ambos os elementos projetam no espaço o reflexo das dinâmicas do poder, as hierarquias sociais e, por fim, os diferentes níveis de acesso ao território. Na minha visão, há um “mínimo denominador comum” na elaboração territorial, pelo menos na perspectiva ocidental: a cidade. A cidade, no sentido de polis, na sua contraposição com o mundo rural, acaba por ser a protagonista dos principais eventos históricos da nossa cultura. Através da cidade são definidas as regras sociais, os equilíbrios políticos e comerciais, as futuras configurações territoriais, estabelecendo desde o início um centro vs uma periferia, um *intra* vs *extra*. Mais, estabeleceu-se uma relação entre o território e o mercado (*latu sensu*), ligando a cidade e as suas províncias numa relação essencialmente comercial e com dinâmicas de caráter regional, com atestam os princípios do *hinterland* ou da área de influência, que, no caso das maiores metrópoles, se foram progressivamente globalizando. Esta relação, de fato, definiu o valor do território no seu valor de mercado e, simultaneamente, relegou os direitos da população, dos “consociados ao pacto social” (Rousseau, 1896), para os limites de uma específica tipologia de pertença: a da cidadania.

---

<sup>7</sup> Texto original: *La limite (limes: chemin bordant un champ) englobe comme catégorie générale la frontière. Mais qui est à l'origine de la limite, de la frontière? Une autorité, un pouvoir qui peut exercer «la fonction sociale du rituel et de la signification sociale de la ligne, de la limite dont le rituel licite le passage, la transgression» (Bourdieu 1982, p. 121). La limite, ligne tracée, instaure un ordre qui n'est pas seulement de nature spatiale mais encore de nature temporelle en ce sens que cette ligne ne sépare pas uniquement un “endeçà” et un “au-delà” mais en outre un “avant” et un “après”. [...] Toute limite, toute frontière est intentionnelle: elle procède d'une volonté; elle n'est jamais arbitraire et l'on s'efforce de la légitimer originellement par un rituel religieux et plus tard par un procès politique.*

É muito importante destacar que por antonomásia, a cidadania nunca se pode identificar completamente como um direito inclusivo, sendo definitivamente e na sua própria essência uma forma de exclusão daqueles que, física e simbolicamente, ficam fora da *civitas*. Nesse sentido, a cidadania e a sua conservação enquanto instituto jurídico é, de fato, o que hoje mantém vivos os limites nacionais, justifica legalmente as fronteiras constituídas por barreiras naturais e, sobretudo, reforça e torna concretas aquelas fronteiras políticas, realizadas fisicamente através de construções arquitetónicas, ou apenas imaginadas e concretizadas nas linhas dos mapas. Mais, o que também é essencial ao propósito desta dissertação, é que a cidadania define quem são os imigrantes (estrangeiros, estranhos) e quem são os “autóctones”: por outras palavras, quem tem direito para tomar decisões sobre o território e quem apenas pode subordinar-se, aceitar e “agradecer”.

Como já evidenciado, o elemento da arbitrariedade da escolha na delimitação dos territórios tem que ser acompanhado pelo segundo elemento significativo nas dinâmicas territoriais: o da legitimidade deste ato. No processo de territorialização (Turco, 1988), o grupo social, identificado por um projeto coletivo, relações de poder e recursos, constrói o seu próprio “dispositivo de controlo”, ou seja, escolhe uma forma de organização legitimada a controlar, dirigir e endereçar o grupo. A sua legitimação baseia-se, portanto, na sua “ideologia” (Rossi-Landi, 1979), ou seja, num recipiente de valores metafísicos capazes de justificar moralmente a ação direcionada ao fim superior da reprodução do corpo social.

Para percebermos então o significado do território é fundamental ter em conta a ideologia e os valores do grupo social cujo território pretendemos compreender. Tendo presente a legitimidade da ação social enquanto elemento fundamental para definir o significado do território, vale a pena destacar a passagem que caracterizou a idade

moderna, ou seja o crescimento dos estados, o desenvolvimento das grandes monarquias europeias, enfim o nascimento da ideia de estado-nação e de identidade nacional. Os elementos que levaram até à construção do estado nacional são muitos e a sua análise específica fica fora do contexto do presente trabalho. Todavia, o que aqui se quer sublinhar é a nova abordagem que o estado nacional confere ao conceito de soberania, cuja justificação é devida a uma importante e complexa redefinição da ideologia social, aquele recipiente simbólico orientador da práxis (Turco, 1988), que pela primeira vez contém elementos de continuidade territorial, e se identifica numa isotropia realizada através da uniformidade linguística, cultural, religiosa e racial. Numa visão que privilegia o território na sua dimensão mais estritamente política, Gottmann (1975:524) sublinha como «a noção moderna de soberania dificilmente pode ser compreendida e aplicada sem a definição de seu sustentáculo territorial». E continua, através das palavras de Visscher (1957) «a configuração consistente do território oferece ao Estado uma disposição legítima para o exercício de seus poderes soberanos» (Gottmann, 1975:524). De fato, é na altura da formação dos grandes estados nacionais que um dos autores mais importantes da geografia humana, Friedrich Ratzel (1844-1904), na sua *Anthropogeographie*, questionava a relação entre os homens e o meio ambiente, chegando à conclusão que os povos com uma organização mais complexa, e que são capazes de se dominar melhor o ambiente, possuem como característica específica uma forma de organização social: o Estado nacional (Claval, 2014).

O estado, portanto, identifica-se com o seu território nacional e, mais do que isso, define, através da delimitação das suas fronteiras, o seu próprio povo. Por meio dessa equação, o estado (território nacional) expandiu-se até compreender espaços bem além das chamadas “*frontières naturelles*” (Gottmann, 1975:529). O “*lebensraum*”<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> “Espaço vital”.

ratzeliano justifica novas definições e o desenho de novas fronteiras: as das colônias. Este alargamento foi caracterizado também por um outro elemento: as novas fronteiras nacionais ou, mais especificamente, as novas divisões territoriais que separaram os vários Estados-nação e que desenvolveram um papel completamente novo: «mercado unido para os bens e um espaço de livre circulação para as pessoas» (Gottmann, 1975:529).

Este complexo processo foi acompanhado, e em certa medida também alimentado, por um crescente progresso tecnológico culminante nas duas Revoluções Industriais, que alterou as relações de poder internas e externas ao território nacional. Como destaca Gottmann (1975:530), uma consequência desta mudança foi que «quase todas as partes do mundo (tornaram-se) mais dependentes do comércio de longa distância, e para a maioria dos países, isso implicou forte dependência do comércio internacional»: é o nascimento do “mercantilismo”. Note-se que em outras obras, o autor destaca que o território vai assumindo novos significados, além dos limites estatais, ligados aos fluxos de pessoas, “circulação”, ou outras formas de continuidade territorial que não respeitam apenas os limites jurídicos, mas são identificadas com base em diferentes elementos (simbólicos, religiosos, culturais): as “iconografias” (Saquet, 2007).

Com a evolução das dinâmicas globais e a submissão do território nacional ao poder e à reorganização territorial das grandes empresas, bem como à inovação relacionada com o desenvolvimento das comunicações, faz com que alguns autores se questionem acerca do “fim” do território (Haesbaert, 2004). De fato, se o território é uma função do estado-nação e tem de ser resumido nos seus limites, que acontece quando as dinâmicas económicas têm uma dimensão global, sem limites? E, mais ainda, quando consideramos que as dinâmicas territoriais nacionais são de fato substituídas por relações de poder completamente desvinculadas das fronteiras estatais?

Um grande contributo para este debate é dado por Haesbaert (2003:13), que, antes de chegar ao seu conceito de desterritorialização, resume o significado do território em três macro componentes:

- «Jurídico-política: a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes visto como o poder político do Estado;
- Cultural(ista): prioriza a dimensão simbólico-cultural. Mais subjetiva, em que o território é visto sobretudo como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo sobre o seu espaço;
- Económica (muitas vezes economicista): bem menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações económicas, no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho.»

Esta convivência entre diferentes expressões do território, das quais cada um de nós tem experiência ao longo da sua vida, permite concluir que qualquer que seja a “dimensão” do território em que nos foquemos, as dinâmicas de fluxos, a mundialização, a glocalização (De Franco, 2003) das nossas ações diárias, fazem com que as fronteiras nacionais já não sejam suficientes para continuar a explicá-lo. Nesse sentido, a noção de território ligada ao conceito de estado-nação, caracterizada pela univocidade física, linguística, cultural e racial, já não funciona para explicar os processos através dos quais se constrói a relação com o território e o “sentido de lugar” (Massey, 1991).

É por isso que nesta dissertação, a minha atenção se orientará para destacar os elementos que descrevem as práticas desenvolvidas diariamente no “espaço vivido” (Fremont, 1976), e que constituem a base dos processos de apropriação e uso do espaço.

Recorrendo uma vez mais às palavras de Haesbaert (2003:22), o reconhecimento da “multiterritorialidade” - entendida como complexidade (e não soma) das territorialidades presentes num único território e relacionadas em rede - permite assegurar «a todos o usufruto dessa multiplicidade. Sem cair no paroquialismo comunitarista dos etnicismos, nem no universalismo indiferenciador de uma globalização homogeneizadora».

O reconhecimento da existência de múltiplas territorialidades num único território, questiona, portanto, por um lado o modelo capitalista que tende a realizar no território um modelo homogêneo baseado nas lógicas do consumo; por outro lado evidencia os limites de uma visão exclusivamente jurídica e positivista do espaço, que através do reconhecimento ou não dos direitos ligados à posse da cidadania, não consegue atualmente dar conta das efetivas formas de viver e experienciar o território. Contudo, o espaço não é fragmentado nas diferentes territorializações, pois as múltiplas formas de experienciar um território são vividas de forma interligada e não exclusiva.

### 1.1 A teoria geográfica da complexidade: a abordagem de Angelo Turco.

Para entender bem as bases epistemológicas em que se baseia esta dissertação, é necessário introduzir sumariamente a “teoria geográfica da complexidade”, idealizada pelo geógrafo italiano Angelo Turco no final dos anos 80. Através da proposta teórico-metodológica de Turco, acreditamos que será possível ao longo do texto operar uma harmonização entre os conceitos de território, territorialidade, paisagem e configurações da territorialidade. Sobretudo, é com base nesta tese que o território será entendido sempre, como não apenas como um produto da sociedade, mas também como elemento constitutivo das ecologias dos atores. A geografia é definida, portanto, como «forma territorial de um agir social» (Turco, 1988:15).

O ponto de partida desta teoria geográfica é a análise da relação entre humanidade e natureza, uma relação que define e separa os conceitos de espaço e de território. O ser humano, considerado na sua dimensão coletiva/social, age por conta da sociedade. A sociedade tem como objetivo principal a sobrevivência do grupo e a possibilidade da sua reprodução, constituindo a natureza um conjunto de limites e possibilidades. A relação entre ser humano e natureza é, pois, caracterizada por um equilíbrio entre as dinâmicas evolutivas e reprodutoras da sociedade e a natureza, enquanto espaço em que esta reprodução é, de vez em quando, mais ou menos possível. É assim que, como Raffestin (1980), Turco reconhece que o elemento diferenciador entre espaço e território consiste mesmo na ação coletiva do grupo humano, que desde o início impõe dinâmicas de poder sobre o espaço.

A estratégia social de sobrevivência é constituída por diferentes componentes. Se fosse possível dar uma ordem cronológica a este processo, poderemos destacar em primeiro lugar a importância do conhecimento: ou seja, todo o conjunto de práticas e competências “científicas” que permitem aos homens organizar e dar ordem ao cosmos. Neste quadro, um papel fundamental cabe às representações da natureza, ou seja, as modalidades pelas quais os homens manifestam aquela primeira ordem conseguida através das competências científicas (*latu sensu*). A geografia, assim, acaba por ser entendida como representação ordenada da terra (Farinelli, 2003), enquanto resultado de conhecimentos e representações, que constituem o controlo intelectual do ser humano sobre o espaço. A geografia pode, portanto, ser definida como “ciência cognitiva”, ou seja, instrumento de interpretação e compreensão do território. Simultaneamente é, também, ela mesma uma forma territorial, enquanto manifestação material das representações da sociedade. Estas duas componentes constituem os elementos de



controle e alteração do *espaço*, e permitem dar corpo social à produção e à construção do *território*.

Na identificação dos dois padrões epistemológicos, é importante destacar a origem da teoria da complexidade na produção teórica de autores provenientes dos âmbitos da filosofia, da biologia e das ciências “duras”. Em particular, pelos aspetos mais ligados às componentes estritamente científicas e filosóficas, temos de destacar Karl Popper, por ter analisado a função da teoria na investigação científica; pelo conceito de “falseabilidade”<sup>9</sup> (1970), de dedução e de diferença entre a ciência e a metafísica. Além

---

<sup>9</sup> O problema de elaborar um critério de “empirismo” para o conhecimento humano é um dos temas maiores da epistemologia popperiana e foi inicialmente concebido por Popper como o problema de distinguir a ciência da pseudociência. O que é importante sublinhar é que o Popper não estava interessado em avaliar quanto uma teoria fosse verdadeira, mas se e quando uma teoria deve ser considerada científica. A resposta mais comum a estas perguntas era que a ciência se distinguia pelo seu método empírico, essencialmente, indutivo. Nesse sentido uma teoria, enquanto tem ponto de partida de uma investigação científica, pode ser definida como “útil” exclusivamente se produz um resultado científico. Popper foi também consideravelmente influenciado pela teoria einsteiniana da relatividade. Popper (1970) afirmou: *a teoria da relatividade é incompatível com certos resultados possíveis de observação, de facto com os resultados que todos teriam esperado antes de Einstein. Esta situação é muito diferente daquela descrita antes, quando resultava que as teorias em questão eram compatíveis com as mais divergentes condutas humanas, de modo que era praticamente impossível descrever alguma conduta humana que não se pudesse alegar ser uma verificação destas teorias*. Popper questionou que, se o método da indução não permite justificar enunciados universais, então as hipóteses e teorias científicas não podem ser empiricamente comprovadas, enquanto nenhum enunciado universal pode ser empiricamente verificado. O *princípio da verificabilidade* pode assim demarcar enquanto científico apenas o que pode ser empiricamente verificado. Mas o princípio da verificabilidade, enquanto princípio científico, e, portanto, universal, não pode ser empiricamente confirmado. O que é, evidentemente, uma contradição. Então, como salvaguardar a legitimidade da pesquisa científica? É propriamente a partir destas considerações que Popper chegou a definir o “*princípio de falseabilidade*”. Apesar do uso

de Popper, cabe referir René Thom, sobretudo pela sua teoria das catástrofes<sup>10</sup> (1980), e, por fim, Niklas Luhmann<sup>11</sup> pelo conceito de complexidade (2010).

---

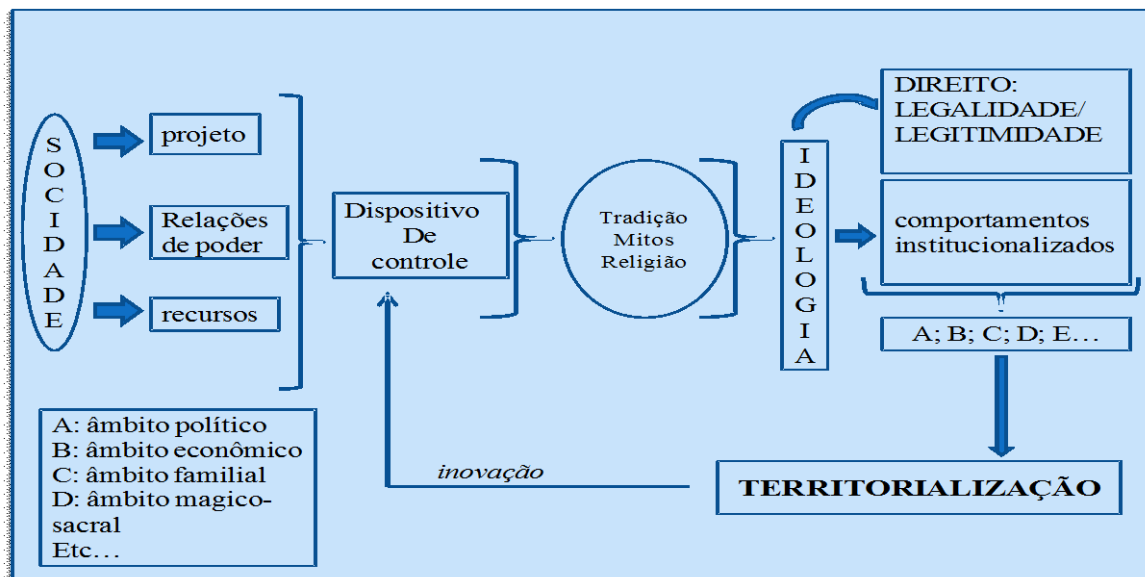
excessivo da base empírica no método positivista, Popper não descarta a experiência e o seu inegável valor científico. Muito pelo contrário, na procura de um novo critério de demarcação, acentua a experiência como aspeto determinante. Por isso, a nova proposta de Popper fundamenta-se numa estrutura lógica dedutiva e, portanto, válida: a partir da forma lógica do *modus tollens* (segundo a qual, se B é deduzida a partir de A, e se B é falso, então também A é falsa) é possível falsear, empiricamente, enunciados ou teorias universais. Se uma teoria não tem essa propriedade, é impossível verificar a validade de seu conteúdo de informação relativamente à realidade que presume descrever (aplicação do princípio dedutivo).

<sup>10</sup> A “teoria das catástrofes” que Thom tentou aplicar também aos fenómenos naturais, estuda a modelagem matemática dos fenómenos descontínuos, causados pela variação contínua dos parâmetros de que dependem. Thom classificou sete tipos possíveis de catástrofes elementares, onde o desastre é definido como “uma mudança repentina de um processo estruturalmente estável” (Thom, 1980). Essa teoria aplica-se em áreas que vão das ciências físicas (meteorologia, física, engenharia, biologia) até às ciências humanas e sociais (linguística, semiótica, etologia, sociologia, economia). O que é funcional na teoria geográfica de Angelo Turco é sobretudo que, de acordo com Thom, (1980) “o mundo não é caótico, mas é uma série de estruturas racionais cuja sucessão está sob investigação da morfologia”.

<sup>11</sup> Luhmann considera a *complexidade* enquanto problema central da sua investigação, ligado e revelado pela modernidade iluminista. O que é verdadeiramente complexo, o que representa a “extrema complexidade”, é o “mundo”. Estar-no-mundo para Luhmann é fazer face à constante “pressão da complexidade”. “Resolver” definitivamente um tal “problema” equivaleria a sair do mundo e a organizá-lo. Não sendo possível a quem “está no mundo” observar o mundo a partir de uma posição “extramundana”, a única coisa a fazer é tentar limitar os “danos”, ou seja, “reduzir” a complexidade de um mundo que, não é o “melhor dos mundos possíveis”, mas “um mundo de muitas e melhores possibilidades”. Esta situação coloca o homem moderno perante uma nova problemática do mundo: não se trata apenas de conhecer a sua posição/função no mundo pré-dado ou previamente criado, mas de decidir entre múltiplas “melhores possibilidades” do mundo.

A partir das definições dos autores citados, e em particular de uma articulação entre as reflexões de Popper com a teoria da complexidade de Luhmann, Turco deduz o conceito de “complexidade” que vai ser aplicado ao espaço. O aumento de complexidade pode garantir um número crescente de oportunidades, porque seja gerido de forma racional. É nesse sentido que a geografia, enquanto “representação ordenada da terra”, e, portanto, “ciência cognitiva”, pode constituir a base para uma estratégia de gestão da complexidade originária. Nesse quadro, o mundo, enquanto sistema complexo, pode ser representado como sistema de atributos, relações e finalidades. É, portanto, um sistema aberto ou fechado, não apenas com base no número de relações que tem com o exterior, mas também na sua capacidade, enquanto sistema, de absorver as perturbações externas. E também as sociedades podem ser consideradas sistemas mais ou menos complexos, dependendo da variabilidade dos atributos, da variabilidade das relações, da presença e da quantidade de finalidades (quanto mais numerosas são as finalidades, maior vai ser a complexidade do sistema).

A teoria geográfica da complexidade pode ser representada a partir do esquema (Quadro 2):

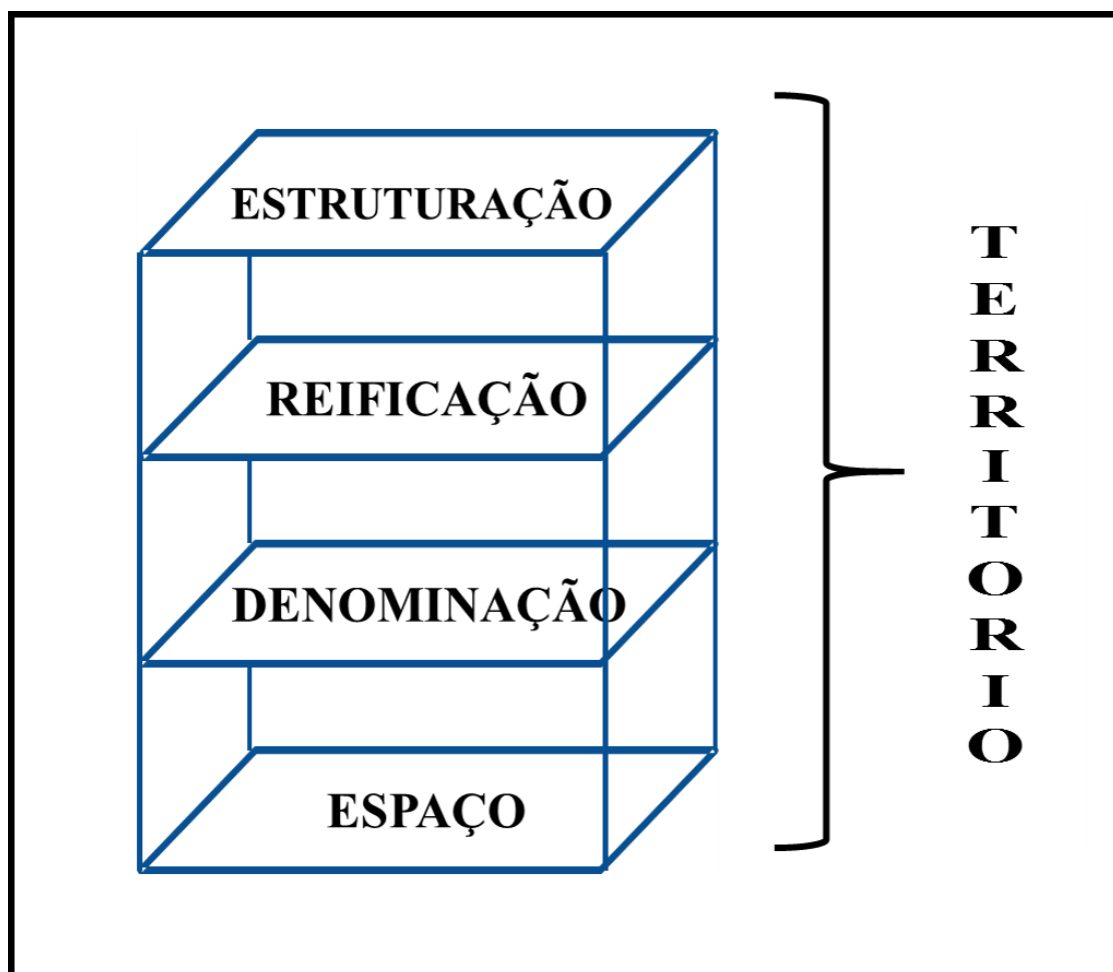


Quadro 2: Teoria geográfica da complexidade (Fonte: ‘Verso una teoria geografica della complessità’, Turco, 1988)

Uma sociedade, enquanto conjunto de projetos, relações de poder e recursos (naturais, sociais, económicos, etc.), é gerida por um dispositivo de controlo (por exemplo o aparelho estatal), que se baseia no conjunto de tradições, mitos, culturas, estruturas sociais e económicas, que caracterizam essa mesma sociedade. Falamos, portanto, de uma ideologia dominante, que de fato orienta, quer a esfera jurídica das regras e da *coercitividade*, quer todos os comportamentos institucionais que afetam os diferentes âmbitos da vida social: o âmbito político, económico, familiar, etc., criando por vezes uma conflitualidade social devido à dicotomia entre a legalidade e a legitimidade das ações sociais (e, portanto, territoriais). Este processo de autoalimentação do dispositivo de controlo acaba para modificar e alterar o espaço à disposição da sociedade, modelando-o segundo a sua estrutura ideológica e cultural (Turco, 1988). Este é propriamente o processo de *territorialização*. O seu produto final, o território, caracteriza-se, portanto, não apenas como produto social, mas também como condição de novas territorialidades.

A distinção entre espaço e território é assim cada vez mais clara. Se por espaço se entende uma extensão de meros atributos, antes da intervenção humana, o território é o resultado das suas inter-relações com as ações humanas. É a partir desta ação dinâmica que o ser humano consegue controlar o espaço, ordená-lo.

A partir da natureza (complexidade originária), a primeira exigência de uma sociedade é obter o controlo do espaço, que pode ser exercido de diferentes formas (Quadro 3): uma forma mais intelectual/simbólica, a *denominação*; uma forma mais material, a *reificação*; enfim um controle organizativo, a *estruturação*.



Quadro 3: O processo de territorialização. (Fonte: Turco, 1988, op. cit.)

A denominação é um ato próprio do ser humano que enquanto ator social, observa o mundo, esforça-se para aprender os seus “segredos”, coleta e coloca os dados em relação uns com os outros para captar a estrutura da natureza e, enfim, agir. Designar significa subtrair a natureza ao seu estado selvagem primitivo, ou seja, organizar o espaço numa forma conceptualmente hierárquica que permita a comunicação dessas informações aos membros da própria comunidade e às gerações futuras. O saber territorial, enquanto resultado de observações empíricas e especulações abstratas, hipóteses e verificações, convicções e convenções, é colocado e transmitido a partir dos nomes dos lugares. Seguindo uma linha de investigação geográfica centrada na semiótica do território, este é linguisticamente constituído por um conjunto de designadores que têm uma valência cognitiva e comunicativa (Turco, 1988). Os designadores contêm, por um lado, o saber territorial em forma de descrições ou conceitos: conhecer o nome de um lugar significa conhecer as características físicas, as propriedades simbólicas, o potencial valor económico, moral, ou mesmo, simplesmente, o lugar em si. Por outro lado, os nomes dos lugares têm de ser entendidos como um meio para transmitir um conhecimento produzido por uma determinada sociedade. O nome aparece nesse caso como um conjunto de procedimentos que garantem o controlo intelectual do território.

O segundo eixo que motiva e orienta o processo de territorialização refere-se ao âmbito material: a partir da ideia que uma sociedade tem do seu próprio território, o espaço será alterado nas suas características físicas. A modelação material da superfície da terra, em oposição ao controle intelectual, tem um componente físico que é parte integrante da paisagem e que, portanto, todos podem experimentar.

Por fim, a modelação espacial é organizada através de fronteiras, confinamentos, compartimentos da superfície da terra: são as estruturas territoriais, ou seja, aquelas

formações geográficas de poder que permitem controlar e gerir a nível espacial as dinâmicas socio-territoriais.

Portanto, se o território é a superfície da terra afetada por estes processos de “socialização” da natureza original ao nível de simbolização, de reificação e estruturação, a territorialidade aparece como uma qualidade territorial. Nesse sentido, podemos falar de uma qualidade que, quando presente, permite perceber a essência do lugar historicamente construído por uma comunidade humana, a sua qualidade paisagística e também o seu valor ambiental. A territorialidade entendida como qualidade geográfica não é sempre vivida enquanto tal, mas é declinada através configurações variáveis no tempo e no espaço, nas quais são reconhecíveis conformações arquetípicas (Turco, 1988). O autor destaca três configurações: a paisagem, entendida como manifestação das componentes de bem-estar, harmonia e beleza reconhecíveis num território; o lugar, entendido como qualidade tópica, isto é a possibilidade de instaurar com o espaço uma relação de pertença e reconhecimento; o ambiente, entendido como o conteúdo natural do território e as práticas humanas dirigidas à sua conservação. Esta consciência está longe de ser imediata, mas é precisamente com base nela que as populações construíram o próprio sentido de pertença, organizaram os seus atos territoriais e, finalmente, definiram o sentido de “*topofilia*”, ou seja, o amor e a empatia pela terra em que vivem. É esta territorialidade que está na origem da dinâmica de identidade, não só no sentido de preservar a identidade própria da comunidade “*territorializante*”, mas muito mais profundamente no objetivo de construir a própria identidade no longo prazo. É uma territorialidade plural, enquanto não é objetivável de uma forma única: não é uma “coisa”, mas, como já se disse, é uma “qualidade geográfica”, que, além da sua materialidade visível (a montanha, a floresta, a cidade, os locais físicos), é realmente inteligível só a partir de

um discurso que investe a esfera simbólica. A territorialidade, portanto, é o resultado de um processo social e histórico mais ou menos longo, e é desenvolvida, de forma coerente, através dos processos de denominação e identificação, e através dos seus conteúdos mais profundamente simbólicos, culturais, estéticos, arquitetônico (Turco, 2010).

A análise do processo de territorialização, enquanto realidade objetiva, pode com certeza ser assegurada, concebida e executada cientificamente. Todavia enquanto fruto duma elaboração individual e coletiva, a territorialidade não pode ser entendida e construída a partir apenas das explicações lógicas e não pode ser descrita só através de procedimentos formais/analíticos, que são apenas um pré-requisito para a sua compreensão. Para dar conta de uma realidade viva como a territorialidade, é necessária uma descrição do território que contemple a sua própria complexidade, multiplicidade e ambiguidade. A territorialidade torna-se, portanto, numa narrativa: uma representação do mundo em que os atores individuais e coletivos, literalmente “conquistam” a sua própria identidade. É através da narração que o sentido do território se constrói junto com a sua qualidade territorial. As capacidades de manter a própria memória e de planejar são recursos comunicativos autênticos que são traduzidos territorialmente nas formas de paisagem, nalguns casos percebidos como riqueza pública e coletiva sob a forma de ambiente e, ao mesmo tempo, experimentadas como valores íntimos e pessoais do homem-morador sob a forma de lugar.

## 1.2 Da desterritorialização à multiterritorialidade: a abordagem de Rogério Haesbaert.

Inscrevendo-se sempre na dicotomia conceptual entre espaço e território, Rogério Haesbaert avança mais um passo no sentido de esclarecer os conceitos de território e territorialidade, e as relações entre eles.



Já a partir da divisão operada por Lefebvre (1991) entre apropriação e dominação, o autor destaca duas formas diferentes como olhar para o espaço (Lefebvre) / território (Haesbaert), uma ligada aos fatores sociais e culturais, outra ligada às dinâmicas do poder e da hegemonia, como, de resto, também Raffestin (1980) já havia assinalado. Haesbaert (2013), baseando-se na definição do Lefebvre, sublinha que a diferença fundamental entre dominação e apropriação está na dimensão mais ou menos explícita do poder exercitado sobre um território. Desta forma, falamos de dominação enquanto processo de posse ou propriedade, ou seja, um fenómeno que acaba por considerar o território no seu valor de troca. Já a apropriação tem a ver com um exercício do poder mais simbólico, que valoriza o valor de uso do espaço e o conceito de espaço vivido.

Seguindo esta linha de pensamento, o autor continua a destacar o elemento da funcionalidade do território. É claro que quanto mais um território é caracterizado por uma única função, tornando-se uni-funcional, tanto menos poderá ser sujeito à apropriação (Lefebvre, 1991). Isto implica que, sobretudo numa lógica capitalista em que o valor de troca dos territórios assume uma importância fundamental, haja uma maior tendência a criar territórios uni-funcionais (na lógica do consumo) hegemonicamente reproduzidos, dos quais, como destaca Haesbaert (2013), o estado-nação é um dos exemplos mais claros. Todavia, as duas componentes estão interligadas, e o território «desdobra-se ao longo de um contínuo que vai da dominação político-económica mais “concreta” e “funcional” à apropriação mais subjetiva e/ou “cultural-simbólica”» (Haesbaert, 2004:95-96).

Na abordagem de Haesbaert é claramente reconhecível a marca de Milton Santos. Na análise do território, Milton Santos identifica duas interpretações possíveis, com base nos atores sociais envolvidos. Na sua abordagem, os atores sociais que agem sobre o território são divisíveis em duas categorias: os atores “hegemónicos” e os atores

“hegemonizados”. Os atores “hegemônicos” (Santos, 2006) vivenciam o território enquanto “recurso” (valor de troca); para os atores “hegemonizados”, por sua vez, o território constitui sobretudo abrigo e pertença (valor de uso). As definições de Milton Santos, com as devidas diferenças, são, de fato, análogas à análise de Lefebvre. Os modelos de território destacados pelos autores, ou seja, a ideia de um território exclusivamente funcional e de outro essencialmente simbólico são claramente modelos ideais, pois na realidade estas duas dimensões estão interligadas. Estas reflexões levam Haesbaert a destacar as diferentes tipologias do território e a privilegiar uma abordagem capaz de incluí-las todas. Este processo de composição e cruzamento entre vários territórios foi identificado por alguns autores como uma progressiva falta ou ausência de identificabilidade dos “lugares”, como por exemplo no caso do Marc Augé e da sua teoria de não-lugares (Augé, 1992). Mas na visão de Haesbaert, o que ele define como “desterritorialização”, já não é suficiente para explicar a sociedade contemporânea, e aparece como um «mito, incapaz de reconhecer o caráter imanente da (multi)territorialidade na vida dos indivíduos e dos grupos sociais» (Haesbaert, 1994:214). É através do reconhecimento da presença da multiterritorialidade, portanto, que é possível compreender a complexidade dos processos de re-territorialização em que estamos envolvidos, construindo territórios muito mais múltiplos, ou, de formas mais adequadas, tornando muito mais complexa a nossa multiterritorialidade, (Haesbaert, 1994:214).

Para compreender e identificar o significado da multiterritorialidade é necessário analisar as territorializações nos seus processos constitutivos e criativos, e, portanto, a historicidade delas. Com base na reconstrução das principais fases históricas e na complexidade dos respetivos grupos sociais, esta análise permite-nos definir as possíveis funções de um território, que Haesbaert resume principalmente em: abrigo

físico; identificação/simbolização; disciplinarização/controle através do espaço; controle através das conexões e das redes. Nesse sentido, a territorialização manifesta um caráter dinâmico, que põe em relação o processo de identidade dos atores, as relações de poder deles e o espaço que é afetado por estes processos. É mesmo na identificação cada vez mais complexa do espaço, que se encontra a diferença entre as funções do território: de fato, a unidade espacial, que na idade moderna se pretende que coincida com o território ocupado pelo estado-nação (um único território contínuo, caracterizado por uma única língua e uma única cultura), vai-se complexificar. Hoje, já não conseguimos falar de único território uni-cultural, uni-identitário e uni-espacial, havendo que destacar a diferença entre uma lógica zonal e uma lógica de tipo reticular. Confrontamo-nos, de fato, com múltiplos territórios e com uma crescente multiterritorialidade. Estes dois conceitos não podem ser confundidos, sendo os territórios múltiplos funcionais necessários à multiterritorialidade, enquanto condição necessária, mas não suficiente (Haesbaert, 2004). Na constituição de múltiplos territórios podemos assim compreender as diferentes tipologias de controlo territorial, emergindo uma mais tradicional ligada à dimensão estatal identificada por fronteiras bem delimitadas; outra mais fluida e móvel, identificada por territórios-redes.

O autor, além das diferentes tipologias, destaca também diversos níveis de controlo territorial. Passamos de uma territorialidade fechada, quase uni-territorial, até territorializações polifuncionais tradicionais (estado); evolui-se, portanto, de territorializações mais flexíveis, que admitem uma sobreposição territorial, até, por fim, chegar a uma territorialização efetivamente múltipla, ou seja uma multiterritorialidade. Como se manifesta a multiterritorialidade? Segundo autores citados por Haesbaert (2007), a multiterritorialidade é reconhecível através das lutas que gera entre os diferentes grupos sociais. «No âmbito político o pertencimento gera o sentido de

domínio sobre um lugar, [...] e o aparecimento de formas de autoridade e tributação sobre o espaço, configurando a real perspectiva territorial: percepções de atores diversos.» (Zembrano, 2001:17). Por multiterritorialidade entende-se, portanto, «experimentar vários territórios ao mesmo tempo, e de, a partir daí, formular uma territorialização efetivamente múltipla... [...] ...se o processo de territorialização parte do nível individual ou de pequenos grupos, toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios.» (Haesbaert, 2004: 344).

O que neste contexto importa, é compreender de que forma são percebidos e reconhecidos em termos não apenas individuais, mas também científicos, os “territórios dos outros”. A multiterritorialidade é um fenómeno inevitável, que simplesmente acontece? É o resultado de um processo, ou pode ser também uma estratégia para perceber e dar novo significado aos “nossos lugares”? É possível que analisar o território através da multiterritorialidade permita superar a visão tradicional de lugar contínuo, uni-cultural e uni-espacial? Que contributos estamos disponíveis a aceitar?

### 1.3 Território e territorialidade: uma abordagem diferente é possível? A epistemologia do Sul para Boaventura De Sousa Santos.

Da breve panorâmica sobre as principais abordagens relativas ao conceito de território, surgem algumas perguntas, designadamente perceber se existe uma perspectiva epistemológica diferente que não seja “do Norte”?

Na abordagem dos estudos sociais, mais do que em outros sectores de produção de conhecimento científico, é importante questionar os atores em jogo: de um lado os investigadores, com a própria origem e visão do mundo; do outro, o objeto da “sua”

investigação deles - os grupos humanos nas diferentes dinâmicas que os afetam: sociológica, política, geográfica, etc.

Como é fácil de intuir, falamos de uma área da produção epistemológica moderna que, enquanto tal, é produzida e avaliada pela cultura ocidental, e que é caracterizada por uma forte componente de interdisciplinaridade, transdisciplinaridade, enfim por uma fluidez e complementaridade que faz das ciências sociais e humanas um âmbito vasto de confronto e pesquisa. Na definição de qual é o papel dos estudos geográficos neste contexto de produção de pensamento científico, é importante, por um lado, refletir sobre o valor atual da epistemologia e, por outro, definir o conceito de território na sua polivalência.

Neste quadro, é importante destacar a ligação entre conhecimento (suas formas de produção e avaliação) e prática social. O conceito clássico e estrito de epistemologia refere-se, normalmente, à teoria do conhecimento científico, aparecendo ancorado no ramo da filosofia que trata da natureza, das origens e da validade do conhecimento. Em particular, o papel da epistemologia é estabelecer o que é o conhecimento, como é que o obtemos e, enfim, quais são os critérios da sua validade. A definição desse conceito foi, e ainda é, objeto de crítica. De fato, a epistemologia, considerada enquanto projeto normativo associado à ciência moderna, pretende ser critério fundamental, (externo ao conhecimento), para definir e avaliar o conhecimento. Com este objetivo, estabelece uma distinção entre “verdade” e “erro”, a partir de uma posição de absoluta superioridade, de “soberania epistémica” (Rouse, 1996). Todavia, acaba por se tornar um projeto “paradoxal” e tautológico, pois ao mesmo tempo, a epistemologia usa como modelo de referência «uma das formas de conhecimento que se propunha avaliar, a ciência. De teoria do conhecimento, a epistemologia convertia-se, assim, em teoria do conhecimento científico» (Nunes, 2008:48). Por outras palavras, a epistemologia

moderna pretende avaliar-se a si própria, utilizando como instrumento de avaliação um dos elementos objeto da sua própria avaliação. Este processo permitiu, ao longo dos séculos, impor a ciência moderna como único modelo de avaliação científica, relegando os outros saberes para uma posição de subalternidade epistémica.

Sem entrar em demasia nos aspetos mais filosóficos da produção do conhecimento, é importante destacar que ao longo dos últimos trinta anos a “soberania epistémica” da epistemologia foi progressivamente virada pela dimensão “social” do saber. Isto sobretudo a partir de uma visão pós-colonial do pensamento científico, que retomava as implicações políticas da produção epistemológica, em particular, no âmbito das chamadas “ciências sociais”.

Nesse contexto, de particular relevância aparece a proposta oferecida por Boaventura de Sousa Santos para a realização de uma nova epistemologia, em oposição com o “pensamento abissal” (eurocêntrico e ocidental). Esta nova abordagem epistemológica, radicada nas experiências do Sul global, pode também ser definida enquanto “epistemologia do Sul”. O ponto de partida desta teoria é que «o conhecimento não está equitativamente distribuído na sociedade e tende a estar tanto menos quanto maior é o seu privilégio epistemológico» (Santos, 2003:15). É, portanto, necessária uma revisão crítica dos conceitos hegemonicamente definidos pela racionalidade moderna: história, cultura, conhecimento, todos construídos a partir da ideia (mais ou menos explicitada) de subalternidade. O objetivo é pensar o passado e o futuro a partir de uma nova perspetiva, “alternativa”.

Através de uma reconsideração dos valores hegemonicamente dominantes, levanta-se, portanto, também uma exigência ontológica de redefinir o que tem que ser o objeto do conhecimento, acabando enfim por redefinir de forma epistémica o que sempre foi o contexto exclusivo e imperial da ciência moderna (Santos, 2003). A epistemologia do

Sul, portanto, põe em crise o processo de “naturalização” e “contextualização histórica” da epistemologia moderna eurocêntrica; sobretudo põe em crise o sistema tradicional que contribuiu para a decomposição da filosofia da ciência e do conhecimento em filosofias especializadas, impedindo de fato uma produção científica inclusiva e horizontal.

A crítica de Boaventura de Sousa Santos inscreve-se, todavia, num quadro de diferentes correntes de pensamento que, se bem construídas dentro da ciência moderna, contribuíram substancialmente para a sua crítica e que podem ser sumariamente definidas como pós-modernas. Os maiores contributos foram a crítica feminista, a orientação pragmatista estadunidense, o naturalismo e, mais em geral, os estudos pós-coloniais (Nunes, 2008). Neste quadro, um contributo fundamental foi o da orientação pragmatista estadunidense, sobretudo na sua preocupação de estabelecer uma relação entre ciência e saberes, e na exigência de reconfigurar uma correspondência entre a epistemologia, a ontologia e a ética, com uma possível abertura a uma epistemologia “outra”. Esta visão, relacionada com os estudos pós-coloniais, permite assim definir a epistemologia clássica enquanto projeto eurocêntrico e resultado das dinâmicas colonialistas. Santos consegue assim ampliar a própria visão, destacando a necessidade de incluir as experiências do Sul e dos oprimidos. Esta convergência, que pega também no naturalismo, procura emancipar a produção de conhecimento dos resquícios da epistemologia tradicional/abissal (Santos, 2007), simetrizando os saberes existentes no mundo e ancorando a reflexão sobre eles nas condições locais e situadas da validade de cada um deles. O pragmatismo, enquanto forma mais radical de crítica à epistemologia e ao pensamento abissal, torna-se assim um recurso importante para uma reconstrução radical da epistemologia como epistemologia do Sul e do pensamento pós-abissal (Nunes, 2008).

Todavia, na perspectiva de Santos, a ciência e a epistemologia não desaparecem, mas passam a existir numa nova configuração de saberes: uma “ecologia de saberes”. Desta oposição entre o pensamento abissal e o pensamento pós-abissal (ou ecologia de saberes), nasce um “pensamento alternativo de alternativas”, que, de um lado reconhece a dignidade e a validade de todos os saberes e, de outro, recusa a ideia de que todos os saberes são iguais. Nessa forma nenhum saber poderá ser desqualificado antes de ser verificada a sua pertinência e validade em condições situadas. E a nenhuma forma de saber ou de conhecimento deverá ser outorgado o privilégio de ser considerada como mais adequada ou válida de que as outras, sem ser submetida a essas condições situadas, e sem a avaliação das suas consequências (Santos, 2007). Nesse sentido, podemos falar de “pragmatismo epistemológico” (Nunes, 2008), pois nenhum saber poderá ser elevado à condição de padrão a partir do qual será aferida a validade dos outros saberes. O novo fundamento do conhecimento e do saber terá, portanto, como referência explícita o mundo e as experiências dos oprimidos, enquanto lugar de partida e de chegada de produção “epistemológica”. Nessa perspectiva, a epistemologia deixa de estar confinada à reflexão sobre os saberes científicos *strictu sensu*, para abranger explicitamente todos os saberes, estabelecendo as condições da sua produção e validação sem qualquer forma de soberania epistémica, em nome da afirmação de uma igual dignidade e valor de todos os saberes. Podemos falar de uma descontinuidade radical com o projecto moderno da epistemologia. Uma re-construção da reflexão sobre os saberes. Trata-se, portanto, de um novo uso da palavra “epistemologia”, que passaria a designar, não apenas um programa filosófico alternativo, mas sim o que Santos designa por “programa alternativo de alternativas”, contrário a todas as formas de soberania epistémica. Esta proposta de uma “ecologia dos saberes” levanta a exigência de compreender epistemologicamente não apenas os conhecimentos “científicos”, mas de forma



abrangente todos os conhecimentos produzidos a nível local pelos diferentes grupos humanos.

Todavia, apesar de ser revolucionária no âmbito académico teórico das ciências sociais, a epistemologia do Sul acaba por ser, mais uma vez, uma produção epistemológica do norte ocidental. O que aparece contraditório são algumas questões que Santos deixa por resolver. É verdadeiramente possível conceber uma epistemologia do Sul dentro de uma epistemologia abissal do Norte? Quais são as categorias conceptuais que permitiram a Santos conceber a teoria da epistemologia do Sul?

#### 1.3.1. Pensamento científico e seus detentores: perspectivas e propostas críticas

Como já relatado, a própria produção científica coloca algumas questões: quem confere autoridade ao pensamento científico e às modalidades com que é produzido? Qual é a relação entre pensamento científico e senso comum? É possível dissociar o pensamento científico e a prática social? De qualquer forma, podemos sem dúvida afirmar que quaisquer que sejam as formas de produção de conhecimento, estas conferem «privilégios extracognitivos (sociais, políticos, culturais) a quem as detém» (Santos, 2003).

Como relata Fujimura (2003:145), «as guerras da ciência [...] não se travam em torno da oposição entre ciência e anticiência, nem da oposição entre objetividade e subjetividade. Elas têm a ver com a autoridade da ciência: que tipo de ciência deve ser praticado e quem é que tem poder para definir isso?»

Estas questões assumem um valor ainda mais importante nos estudos humanísticos e no âmbito dos estudos relativos à própria produção de conhecimento. De fato, a forma como a produção científica está ligada à definição dos protagonistas – produtores de

conhecimento “autorizados” – não tem apenas impacto na seleção do objeto científico (o que merece ser considerado ciência e o que não merece), mas também impõe uma lógica de hierarquização e de soberania entre os saberes e os agentes da sua produção. Nesta corrida pelo controlo da produção científica, cada corrente constrói uma estrutura própria de metodologias e “protocolos” que possam produzir o pensamento científico e validá-lo. Como destaca Fujimura (2003), o construtivismo é, nos estudos sobre a ciência, a corrente que mais define este processo de “construção” das representações científicas.

O que parece relevante no debate entre as várias correntes é, sobretudo, a questão da objetividade, ou seria melhor dizer, da “realidade” das formas de produção e avaliação da ciência. Seguindo ainda a lógica do autor, um dos elementos fundamentais é a forma como são abordadas as representações científicas e as suas produções: são realidades objetivas e fatuais, ou é preciso considerá-las sobretudo como fruto de “convenções sociais”? (Fujimura, 2003). Nesta “guerra de ciências”, portanto, assume grande relevância a posição que vê a construção do pensamento científico baseado em contextos de “representações” e que as relativiza na ligação aos lugares e ao momento da produção. Estabelece-se assim uma relação entre os contextos e os processos de produção de conhecimento e as consequências que eles têm na sociedade. Além disso, a ligação entre as justificações dos padrões científicos e os efeitos deles nas práticas sociais implica uma assunção de responsabilidade por parte da ciência, sobretudo quando a sua “objetividade” intrínseca acaba por justificar e validar determinados comportamentos. Sobretudo, o fato de reconhecer esta ligação ao âmbito social e a determinado momento histórico de produção faz com que seja possível uma abertura para âmbitos de produção científica alternativos e, ao mesmo tempo, põe em questão a hierarquia entre as ciências.

Para melhor compreender este complexo processo de “descodificar” o mundo que leva cada grupo humano à produção de pensamento científico, talvez seja importante retomar alguns conceitos filosóficos que também estão ligados à epistemologia, designadamente a hermenêutica, a ontologia e a ética. Com este escopo, entre outros, assume um papel relevante a obra do filósofo argentino Enrique Dussel (2007). Através de um diálogo imaginário com o filósofo italiano Gianni Vattimo, o autor tenta superar as críticas da modernidade concebidas elas próprias em âmbito eurocêntrico (incluindo neste termo também o contexto norte-americano). Na sua visão, «a crítica pós-moderna da modernidade é importante e necessária, mas não é suficiente» (Mignolo, 2002:57). É preciso ir para além da pós-modernidade e chegar ao conceito novo de “*transmodernidade*” (Dussel, 2007) e de uma *ética da liberación* que ponha definitivamente em relação produção científica, prática social, luta contra as hegemonias dos saberes.

Neste sentido, Dussel, incorporando também a sua origem argentina, o que significa que ele próprio faz parte do grupo dos “bárbaros excluídos” pela ciência moderna, argumenta, a partir da visão filosófica de Vattimo, um processo lógico que, embora esteja em linha com a visão de uma “epistemologia do Sul” de Santos, todavia consegue dar mais um passo em termos de coerência lógica e de conteúdos. Citando Vattimo, Dussel (2007:1) relata: «esta nova ontologia pensa, ao contrário, que se deve conceber o Ser enquanto evento [...]. Pensar o Ser significa ouvir as mensagens que vêm de tais épocas e, ademais, as que vêm pelos “outros”, os contemporâneos: [...] as culturas “outras” com que o Ocidente se encontra a meio do seu caminho de domínio e unificação do planeta [...]. Estas mensagens podem ser ouvidas com as *pietas*, com a atenção devota que merecem absolutamente todas as pegadas de vida dos nossos

símbolos.<sup>12</sup>». Por outras palavras, o processo de produção de conhecimento científico, dirigido à interpretação do real e à criação de um paradigma científico, não pode ser realizado de forma unilateral e hegemónica, através da imposição de uma única *weltanschauung*. A produção de saber é plural assim como plurais são os seus produtores, e cada um deles merece a dignidade de existência.

Com o propósito de operacionalizar este projeto de inclusão dos pensamentos “outros”, Dussel refere-se ao conceito proposto por Vattimo de uma “ontologia hermenêutica”, que ponha no centro o conceito de interpretação, assim como a ideia de Schleiermacher que o liga à percepção da Individualidade. Citando ainda Vattimo, Dussel (2007) destaca que se a hermenêutica é o instrumento para conhecer penetrando «o finito na sua peculiaridade e individualidade<sup>13</sup>», a ética, de acordo com Schleiermacher (1968:67-110), é «a síntese, o “encontro” do universal e do particular, a relação entre a individualidade e a linguagem. [...] O individuo inefável torna-se universal na relação ética da linguagem comunicativa. Mas esta universalidade volta a ser individualidade, pois cada mundo histórico é dificilmente traduzível aos outros mundos. De qualquer forma, a individualidade pode-se universalizar através dos processos de organização e simbolização [...]. A linguagem permite a comunicação entre essas formas universais e históricas e a hermenêutica, enquanto momento de razão universal, é a decodificação das relativas simbolizações. Nasce, assim, a necessidade de uma “doutrina da interpretação”». Por outras palavras, a produção epistemológica não pode ser prerrogativa apenas de um grupo; ainda menos é possível pensar que seja fixável no espaço e no tempo. A evolução dos grupos sociais impõe uma atualização dos valores dominantes e uma abertura a quantos foram historicamente excluídos dos processos de produção epistemológica. A percepção do real é possível, portanto, só a partir de um

---

<sup>12</sup> Em Vattimo G. (1989), *Etica dell'interpretazione*, Rosenberg & Sellier, Torino.

<sup>13</sup> Em Vattimo G. (1968), *Schleiermacher filosofo dell'interpretazione*, Mursia, Milano.

processo complexo de interpretação que passa pela construção de uma linguagem que seja eficaz na sua própria comunicação e permita finalmente uma transmissão de saberes e entre saberes diferentemente produzidos, seja a nível geográfico ou social.

Através da comunicação, portanto, é possível chegar a uma mútua interpretação e partilha dos respetivos saberes, no fundo o que o próprio Santos imagina na sua “ecologia de saberes”. Todavia, a interpretação, ou seja, a ação hermenêutica, pode funcionar apenas se o sujeito interprete esteja completamente a par da linguagem comunicativa do outro. É neste sentido que Dussel supera a visão de Santos. A condição mínima para alcançar uma real e efetiva inclusão dos saberes outros na produção epistemológica é a completa equiparação no acesso à linguagem dos saberes. O elemento descritivo, de “acolhimento” dos saberes alheios que faz da teoria de Santos mais uma produção eurocêntrica, é superado por Dussel na completa paridade entre representações e através de um diálogo baseado numa linguagem comum.

#### *Da crise da modernidade à “transmodernidade”.*

O projeto epistemológico moderno é afetado pela mesma crise que afeta a modernidade enquanto projeto político e social. A origem da modernidade, as suas raízes históricas e culturais, a forma como a modernidade construiu a sua própria narrativa, são para Dussel elementos fundamentais para perceber o valor e as razões profundas da sua crise. É justamente na definição que o homem moderno ocidental e europeu oferece de si próprio e da sua suposta centralidade no mundo, que são estabelecidos os referentes espaciais da dominação intelectual dos outros: o centro e a periferia; o Norte e o Sul; o que é certo e civil, o que é errado e incivil e precisa de ser civilizado; o que simplesmente não existe. O homem moderno mantém em si uma ideia historicamente construída de uma verdade única e indivisível, que ao longo dos séculos se traduziu na

tentativa de impor um espaço unívoco e indivisível baseado numa lógica unilateral. A ideia de estado nação, a ideia de impérios extensíveis além das fronteiras nacionais em nome da soberania da própria visão sobre o mundo dos outros, impôs por séculos (teórica e factualmente) uma ordem hierárquica, um direito de inclusão e de exclusão das lógicas interpretativas do mundo e produtoras de saberes.

Os “excluídos” acabam por ser elemento constitutivo da cultura ocidental moderna, são os “outros” que tornaram possível o “nós”. Seria o homem moderno como é sem ter tido o bárbaro para civilizar? Sem ter considerado os outros como inferiores? E sem justificar a própria «procura de prazer instintivo e egoísta [...] através de atos morais altruístas, hierarquizados, valiosos, disciplinados, ascéticos dentro do sistema da violência da *ratio* socrática, platónico-cristã, e sobretudo no funcionalismo da sociedade moderna<sup>14</sup>» (Dussel, 2007:8)

Como destaca Dussel (2007), bem longe das narrativas eurocêtricas, a modernidade e a sua epistemologia nascem num contexto - o da segunda metade do séc. XV – marcado por uma realidade “regional e provincial”. A sua pretensão de se tornar universal, de fato, é uma narrativa hegemónica dirigida a um anulamento das realidades culturais já existentes antes e além de si. Esta centralidade, que aparentemente é uma questão não relevante – porque considerada como verídica – no pensamento eurocêntrico, revela-se central porque é através dela e do consequente direito de civilização dos outros, que se constrói a visão moderna do mundo.

Como se “libertar”, então, destas lógicas hegemónicas, se não através da construção de uma ética da libertação e da aceitação do declínio da modernidade e das suas “categorias violentas” da metafísica? Mais uma vez, há que fazer o resgate da hermenêutica enquanto pensamento débil em contraposição com as lógicas de avaliação

---

<sup>14</sup> Em Vattimo G. (1974), *Il soggetto e la maschera. Nietzsche e il problema della liberazione*.

empírica das ciências naturais. A nova ontologia hermenêutica é possibilitada pelo fim da modernidade, que se traduziu na criação de uma sociedade plural, que atribui um sentido negativo à desigualdade e à segregação, no fim da ideia positivista de progresso, na impossibilidade em separar os acontecimentos mundiais caracterizados por simultaneidade e contemporaneidade e que a perspectiva eurocêntrica já não consegue colocar numa lógica de subalternidade. O “fracasso do projeto moderno” possibilita, então, pela primeira vez «um diálogo com as outras culturas [...] que seja livre do ponto de vista eurocêntrico e que [...] seja atuado além de posições puramente descritivas» (Dussel, 2007:14). É finalmente possível superar a crítica pós-moderna, ela própria interna à epistemologia ocidental, através de uma “desmitificação” da cultura moderna europeia.

A partir de quem realmente passou e vivenciou esta condição de subalternidade e negação é mais fácil, portanto, desmascarar a “*ratio* estratégico-instrumental moderna”, permitindo assim aos “bárbaros” excluídos (mas ao mesmo tempo afetados) aproveitar o enfraquecimento do pensamento dominador e afirmar uma “razão libertadora”, uma “ética de libertação” que permita o reconhecimento das alteridades negadas. Este novo projeto tem como objetivo a superação da simples crítica pós-moderna que, continuando a ser crítica eurocêntrica, não permitiu de sair da modernidade. Para alcançar este objetivo, é necessária a construção de uma nova práxis construtora e libertadora, que assuma definitivamente a existência de uma *Transmodernidade*, isto é, o exercício de uma *ratio* através da qual seja definitivamente possível uma desvalorização (ou, pelo menos, uma relativização) dos valores dominantes, permitindo, em simultâneo, o resgate dos conteúdos culturais das vítimas da modernidade.

É objetivo deste parágrafo procurar no âmbito deste complexo processo de desmitificação dos valores dominantes da ciência moderna, qual é o valor do território e quais as formas para compreender os diferentes processos de territorialização.

Para tentar responder a estas questões, é necessário reconsiderar e destacar novamente a importância que nas ciências humanas têm o papel e a origem do investigador, seja em termos geográficos, seja em termos epistemológicos. Se concordamos com Dussel e com Vattimo em considerar a ontologia hermenêutica a chave para a compreensão da cultura dos outros e, portanto, o “pensamento débil” enquanto instrumento de avaliação próprio das ciências sociais, é claro que a forma com que o próprio investigador (ou corrente de investigação) aborda a sua disciplina irá afetar também o objeto da sua investigação.

Relativamente ao objeto “território”, as lógicas clássicas de planeamento subtendem uma visão eurocêntrica e hegemónica que tendencialmente construiu ao longo de toda a modernidade o próprio processo de territorialização segundo as diferentes funções - atribuídas aos espaços e às classes sociais - muitas vezes sem considerar individualidades e identidades, seja fisicamente, através da construção dos estados nacionais, seja simbolicamente, através da individuação de macro-áreas modeladas segundo as exigências europeias (centro e periferias etc.). Ter consciência disso, é fundamental para que seja possível realizar uma difícil operação de “tradução entre saberes” que seja capaz de incorporar a complexidade das dinâmicas socio-espaciais e culturais.



## **2. Representação, percepção e apropriação do espaço: instrumentos de reterritorialização.**

*«La “intuición” és la percepción de lo invisible, así como la “percepción” és la intuición de lo visible.»*

Nicolás Gómez Dávila, 2001

Como destacado antes, o processo de territorialização surge do olhar de um grupo social que projeta no solo os próprios valores, ideologias, estruturas sociais e de poder. A forma como um grupo humano molda o seu território é, portanto, o resultado de um processo contínuo, que acompanha a evolução do grupo social e por sua vez a influência, numa troca constante entre sociedade e espaço, entre indivíduos e lugares.

Este modelo ideal não segue, na realidade, um percurso tão linear e uniforme, pois são muitas as variáveis que se desenvolvem ao longo da construção de um território. Por um lado, num único território incidem, na maioria dos casos, diferentes grupos sociais, que nem sempre partilham a mesma forma de organizar e pensar o espaço. Além disso, sobretudo em referência às áreas urbanas, a evolução dos espaços ao longo dos séculos faz com que eles sejam destinados a usos diferentes e condicionados por uma contínua mudança de aspeto e funções.

O cruzamento, num determinado lugar, entre os diferentes olhares das sociedades presentes e os correspondentes usos e formas de acesso a ele, produz um território caracterizado por uma multiplicidade de territorializações ou multiterritorialidade (Haesbaert, 2013), inseridas num processo contínuo de reconfiguração.

A crescente mobilidade das pessoas, por um lado, e a rápida transformação dos espaços urbanos, por outro, são os elementos principais de uma nova fase de organização política e territorial, que visa a superação - de fato - do modelo tradicional de estado nação. As fronteiras, os limites identitários e linguísticos já não conseguem

individualizar a correspondência com aquela ideia de território unívoco e contínuo, filha da cultura moderna norte-ocidental. Na fragmentação e na liquidificação dos territórios, mas também na criação de redes transnacionais e supranacionais, estão a ser reconfigurados os territórios contemporâneos. Nesse quadro de crescente complexificação, a cidade e os migrantes continuam a desenvolver um papel determinante para delinear os novos instrumentos de leitura, decodificação, interpretação e reconstrução do espaço.

A multiterritorialidade, portanto, não pode ser considerada apenas como a soma ou a sobreposição de diferentes processos de territorialização. O que hoje acontece é a formação de uma nova territorialidade, que podemos definir de proximidade ou influência em que as diferentes identidades culturais são simultaneamente reconfiguradas e reconfigurantes, cada uma afetada e transformada no próprio ato de transformar e afetar o território. A nível territorial, este processo de transformação recíproca é veiculado por dinâmicas que podem ser mais ou menos “oficiais”: por um lado, as ações enquadradas em processos diretamente autorizados ou elaborados pelas autarquias, legais e *top-down*; por outro lado, as ações diretas de apropriação do espaço, isto é, atos de iniciativa particular, informais ou *bottom-up*. Nesse sentido, a representação, a perceção e a apropriação do espaço são os instrumentos principais do processo de reterritorialização operado pelos migrantes. Em particular, a informalidade que caracteriza sobretudo determinados âmbitos sociais e geográficos, acaba por ser uma manifestação direta destas três componentes e talvez o elemento de maior dinamização dos espaços ocupados.

## 2.1 Representação do espaço.

O conceito de representação (social) está, sem dúvida, ligado ao âmbito da sociologia e da psicologia. Nesse contexto, foram elaboradas diversas análises acerca da relação entre indivíduo e coletividade; entre indivíduo e alteridade; enfim, de um ponto de vista semiótico, entre o sistema de signos e a capacidade de significação, seja a nível individual seja a nível coletivo.

Sobretudo neste último sentido, a dinâmica de construção, desconstrução e reconstrução do território, liga-se ao conceito de representação. Através, de fato, da atribuição simbólica de significado a um espaço, é realizada uma primeira estrutura de relação entre grupo social e território, entre indivíduo e lugar. A conceção de um laço entre significante e significado é fruto de um conjunto de narrativas e metáforas, que são transmitidas a nível coletivo, e reelaboradas a nível individual. Tomando emprestados conceitos da filosofia, a representação (Moscovici, 1961; Deleuze & Guattari, 1997; Ricoeur, 1994) nasce a partir de um pensamento organizado de forma estratificada, em que a multiplicidade é constituída por *linhas-fuga* (Deleuze & Guattari, 1997). Confrontando o modelo clássico do pensamento bilateral ou dicotómico, os autores referem-se à imagem de uma ramificação «numerosa, lateral e circular», de um «rizoma (que) não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, *inter-ser, intermezzo*. A árvore é filiação, mas o rizoma é aliança, unicamente aliança. [...] *Entre* as coisas não designa uma correlação localizável que vai de uma para outra e reciprocamente, mas uma direção perpendicular, um movimento transversal que as carrega uma *e* outra, riacho sem início nem fim, que rói suas duas margens e adquire velocidade no meio.» (Deleuze & Guattari, 1997:221). Por outras palavras, a representação (do espaço) não é apenas uma ramificação a partir do próprio grupo de origem, nem mantém uma direção unívoca e progressiva. A multiplicidade de sentidos é

elaborada simultaneamente, conjugando, através da interpretação, os diferentes planos da transmissão de experiências numa “síntese do heterogéneo” (Ricoeur, 1994), onde a narração funciona enquanto laço entre os diversos/múltiplos. Através da explicação dos significados, é possível, portanto, uma nova configuração que possa originar, por fim, a reconfiguração dos significados, ou uma nova territorialização, quando falamos de espaço.

Território e territorialidade deixam assim de ser moldura neutral em que os acontecimentos se desenvolvem, para ser fruto de uma elaboração subjetiva e original. A imagem do território se liga inicialmente ao modelo de origem, para depois se cruzar e destabilizar em confronto com o modelo proposto pelo país do destino. Cruzam-se assim duas narrativas distintas, contínuas e ao mesmo tempo contraditórias: a da própria origem étnica e familiar, o conto da história dos avós e antepassados, as línguas tradicionais, os papéis sociais, o espaço de troca e da intimidade, isto é, a narrativa coletiva do grupo. Simultaneamente, a experiência direta e irrepetível do indivíduo, declinada singularmente com base no percurso individual, na faixa etária, no género e na classe social de pertença, no nível de instrução, etc. Estes são apenas os principais níveis onde a imagem do espaço é construída, onde a composição das próprias convivências é organizada e vivenciada no dia-a-dia. O espaço é assim construído através dos deslocamentos diários entre lugar de trabalho e habitação, entre habitação e lugar de lazer, dentro do próprio lugar de residência, no fundo, entre dinâmicas de socialização e lugares de pertença.

Um território funciona, assim, de forma narrativa: tomando por empréstimo a produção filosófica ricoeuriana, é possível através da imaginação representar os elementos do passado (nesse caso, sejam identitários do grupo de origem, sejam territoriais ligados à estrutura espacial de proveniência), ainda existentes nos vestígios presentes, e a partir de

aí operar uma reconstrução que nos permite «agenciar os fatos, sem ser réplica do idêntico» (Silveira, 2007:38). O que fica da memória do país de origem, é assim trasladado e adaptado à realidade do país de destino. Os espaços públicos e privados são dessa forma reinterpretados inicialmente a partir de uma visão mais ortodoxa do espaço, para num segundo momento serem reconstruídos ulteriormente. Entre estas duas fases de desconstrução e reconstrução, desterritorialização e reterritorialização, há uma fase fundamental de transição. É aqui que são criados os laços entre uma e outra dimensão, é aqui que acontece e se realiza uma fase de tradução, interpretação entre uma e outra realidade. O que para Moscovici e Ricoeur é a função da metáfora e da similitude, para Deleuze e Guattari nada é se não uma germinação fluida e complexa de significados.

Qualquer que seja a forma através da qual o espaço é novamente ressignificado, é a sua nova interpretação que permite a atribuição de sentido e função, em fim a sua individualização e delimitação. Territorialidade e representação estão, portanto, intimamente ligadas, a representação desenvolvendo a sua função hermenêutica e sendo a base do sistema de comunicação entre o espaço “territorializado” e o sujeito (indivíduo ou grupo social) “territorializante” (e “re-territorializante”). Entendidos na sua função comunicativa/ de linguagem, os sistemas de representações são veículo da cultura e da identidade do grupo que territorializa. Por outras palavras, a representação concretiza-se na ação que altera e molda o território, é seu testemunho e aparência. O que é transferido para o solo de forma concreta e material ou de forma simbólica e imaterial, vai ser restituído a partir da elaboração e decodificação operadas pelo processo de representações. É o que transparece ao nosso olhar quando conseguimos perceber e interpretar a linguagem do território observado.

## 2.2 A paisagem: entre representação e apropriação.

A representação do território, enquanto elemento de conjunção com a dimensão cultural da territorialidade, situa-se numa triangulação entre ação no território/ato de apropriação e a sua paisagem. De fato, para ser construído e utilizado, o espaço precisa de um “mediador” cultural e social, que justifique a ação direta no território. A representação, portanto, dá origem à morfologia de um território, à sua paisagem, através da qual a ação reificadora é explicitada.

É interessante analisar como o conceito de paisagem muda com base na sociedade produtora de território e nas suas representações. É supérfluo destacar aqui que a ideia ocidental de paisagem nasceu indissociavelmente ligada com à ideia de beleza e harmonia, conceitos emprestados, essencialmente, da produção artística do século XVIII (Barata Salgueiro, 2001). Trata-se de uma abordagem “estética” que a partir da imitação do real e do natural, levou a uma alteração concreta do espaço natural (é suficiente pensar em disciplinas como a arquitetura paisagística, por exemplo).

Só numa fase muito mais recente, o conceito de paisagem foi retomado pela geografia e ligado numa forma mais o menos consciente à produção do território. Numa primeira fase, prevaleceu uma abordagem “morfologista”, dirigida a identificar a paisagem apenas como “uma fisionomia caracterizada por formas” ou enquanto conjunto das “características de uma área expressa nos seus atributos físicos-naturais e humanos”, o que «aproximava o estudo da paisagem do das regiões [...] adotando como método a análise corológica» (Barata Salgueiro, 2001:41).

Só numa segunda fase, a partir dos anos 70 e 80 do século XX, foi realçada uma nova forma de analisar o espaço e o processo de territorialização. Foram destacados os elementos de ligação entre o espaço transformado e o sujeito (ou a coletividade) transformador, introduzindo conceitos como “espaço vivido” (Fremont, 1976). A

“paisagem geográfica” resultava assim de um conjunto de elementos físicos e antropológicos relacionados de forma “dialética” (Bertrand, 2004) numa “*double artialisation*” (Roger, 1997) entre as ações diretas “*in situ*”, diretamente exercitadas *in loco*; e as ações indiretas “*in visu*”, mediadas pelo olhar do observador e constituídas, lá está, por uma concetualização *a priori* - a representação - dos modelos intelectuais não imputáveis apenas a uma realidade exterior.

Neste sentido, a territorialidade é o resultado dos processos de “humanização” da natureza e das ações de apropriação simbólica e material do espaço. A territorialidade, portanto, enquanto “qualidade geográfica”, é declinada através “configurações” e consente-nos perceber a essência do lugar. Já Berque (1994) destacava que, pelo fato de ser fruto desta interação entre espaço observado e atitude do observador, “estudar uma paisagem não é apenas uma análise da sua morfologia”; mas também não é reduzível exclusivamente a “um espelho da alma” do observador. Podemos, portanto, resumir que quando falamos de paisagem entendemos uma porção de território em que, de forma subjetiva, um observador interage dialeticamente com as qualidades intrínsecas daquele espaço, até o vivenciar de forma coletiva em conjunto com os outros observadores.

Todavia, se a paisagem é reconhecível só tendo em conta o fator emotivo e a capacidade de cada um de nós de receber e perceber o espaço, na sua experiência, a representação desenvolve um papel fundamental enquanto ação hermenêutica de comunicação e tradução entre indivíduo e lugar.

No prefácio do seu livro *A paisagem urbana moderna*, Edward Relph (1987:3), referindo-se sobretudo às paisagens das grandes cidades, que mais claramente podem representar a cultura dominante contemporânea, escreve: «O final do século XX talvez seja o primeiro período da história em que é possível para a maioria das pessoas

sobreviver sem o conhecimento direto do que as rodeia. [...] Considero isto deprimente porque as paisagens e os lugares onde vivemos são importantes».

Neste quadro, a paisagem assume a função de “identidade narrativa” em que cada percurso de vida se pode reconhecer. Isto apenas é possível quando um território consegue transformar-se na “paisagem de todos”, ou seja, quando «uma cidade é capaz de conservar os seus próprios ícones, sem por isso se identificar exclusivamente nelas» (Turco, 2010:129). A transformação de um simples panorama numa paisagem acontece, então, a partir da necessidade de conservar a ideia de maravilha associada à ação de observar, junta com a experiência própria do sujeito observador, que se constrói a partir de uma dialética ativa com o espaço (Turri, 1998). A paisagem não para de manter em si uma função descritiva do espaço (Lehmann, 1950); todavia, mais do que relato objetivo do que se vê, é o resultado da interiorização emotiva do observador (representação).

Por outras palavras, como relata muito bem Andreotti (2013:26), é necessário «um processo psicológico que não é um ato autônomo do sujeito, mas a soma das emoções do sujeito e daquelas que o próprio sujeito transborda na paisagem [...] que bem longe de ser uma entidade, é um pressuposto de uma relação». «A paisagem, portanto, marca o homem do qual é marcada, reflete-o, dele é a história. Pode ser considerada o poema que narra os eventos humanos em seu desenvolvimento: a composição na qual o homem escreveu tudo o que tem estado na ética, na estética, no pensamento, na guerra e na paz, no progresso ou na decadência, na carência ou na abundância, na história ou no mito, nos momentos de religiosidade ou de agnosticismo. Refere-se à paisagem cultural que é *logos*, discurso da memória, da história e da cultura, e, como tal, paradigma de valores éticos e estéticos.» (Andreotti, 2012:8).

No fim desta dissertação, o que aparece interessante é verificar como a cidade, enquanto estrutura territorial que mais representa a expressão da cultura ocidental moderna e



contemporânea, é progressivamente desterritorializada e reterritorializada a partir das representações dos migrantes e como estas representações são construídas a partir do país de origem e reconstruídas sob a influência e através do contato com a identidade do país de destino.

### 2.3 A apropriação do espaço.

O espaço, público e privado, pode ser considerado seja enquanto âmbito público de participação, seja enquanto espaço físico de acesso e uso. Nas últimas décadas, a vida pública no espaço urbano desenvolveu-se de forma cada vez mais complexa. A função tradicional da cidade, o seu papel, a sua construção/distribuição física no espaço mudou completamente com a evolução da cidade pós-moderna. Boni (2012) fala de uma cidade que já não se consegue definir a si mesma, nas suas funções e prerrogativas. Uma cidade que, parafraseando Guattari (1985), é marcada por práticas sociais que a pulverizam em “territórios de subjetivação”. O valor e o significado dos espaços públicos urbanos são redefinidos e re-concetualizados através de dinâmicas consumistas que alteraram a paisagem urbana. De um ponto de vista formal, o espaço urbano é assim afetado por dinâmicas de *re-localização* e *re-valorização* que tornam o património cultural numa mercadoria. Uma nova realidade que se reflete, afinal, nas práticas de *gentrification* e segregação socio-espacial que Benjamin (1997) define como “embelezamento estratégico”.

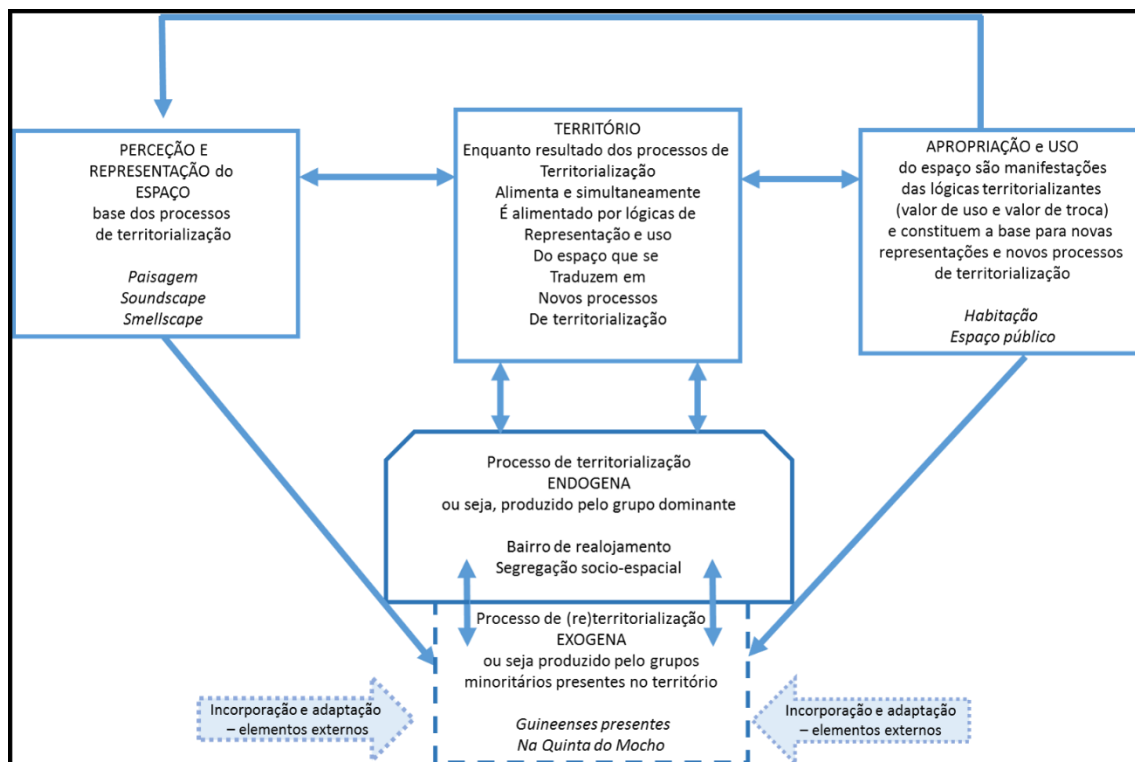
De um ponto de vista substancial, estas dinâmicas afetam também o uso e o acesso ao espaço público urbano. De fato, estes processos de periferização e suburbanização, conduzem ao desaparecimento da vivência do espaço público, uma *literature of loss* (Kilian, 1998) onde se desvanecem os lugares de encontro e o problema da mobilidade paralisa a paisagem urbana.

Paralelamente a um urbanismo fragmentário e policêntrico, vão surgir novas formas de representar e de vivenciar a cidade. A partir de uma observação dos comportamentos sociais em determinados *lugares*, é possível intuir como a representação do espaço afeta não apenas a percepção, mas também a forma de interação e apropriação do espaço público e privado. De fato, é através das próprias representações, que os cidadãos e os migrantes conseguem construir a própria percepção da paisagem, até aproveitar e vivenciar o espaço urbano de forma direta.

Em termos gerais, a sociedade contemporânea, enclausurada em exigências marcadas pelo consumo e pela globalização dos mercados, age consequentemente planejando os espaços urbanos de forma que sejam cada vez mais competitivos a nível económico e comercial, privilegiando o valor de troca em detrimento do valor de uso (Lefebvre, ed. 2012).

Nesta perspetiva, a paisagem, na sua polivalência cultural, simbólica, subjetiva, interrompe este sistema e acaba por ser um instrumento dinamizador para formas alternativas de apropriação dos espaços, elevando a um nível mais alto a inteligibilidade, a construção e a eficácia do espaço urbano. Nesta forma, o processo de apropriação que, como veremos mais adiante, se manifesta no uso direto do espaço público, completa o processo de reterritorialização e constitui-se como base das futuras *topo-genesis* da cidade.

Para oferecer uma síntese dos principais conceitos que irão orientar a investigação na segunda parte da dissertação, apresenta-se o esquema do quadro analítico utilizado (Quadro 4).



Quadro 4: Modelo Analítico (Fonte: elaboração própria)

### **3. Território e territorialidade: enquadramento histórico-geográfico – atores e processos nos lugares de origem e destino**

#### **3.1 O território na Guiné-Bissau: entre história e mito.**

Antes de entrar no tópico deste subcapítulo, que consiste em tentar definir o conceito de território na abordagem cultural da Guiné-Bissau, é necessário fazer algumas considerações.

Em primeiro lugar, a escolha dos autores de referência nesta análise, dos quais já foi evidenciado o trabalho, foi útil para definir o significado de território que está na base desta dissertação. Portanto, por território se entenderá o espaço “humanizado”, afetado pela ação dos grupos sociais. O processo de territorialização, tal como na definição oferecida por Turco, consiste numa complexa estratégia que os grupos humanos utilizaram e continuam a utilizar para conhecer e se adaptar ao espaço (que desta forma se torna território). Este complexo processo é constituído, assim, por ações voltadas para tirar o espaço da complexidade primordial a fim de o conhecer e o tornar confortável para a reprodução do grupo social. Estas diferentes tipologias de ações podem ser brevemente resumidas em três grupos principais: i) as simbólicas/de denominação; ii) os atos de alteração material do espaço; e, finalmente, iii) a estrutura e a organização do poder. Na verdade, são efetivamente as relações de poder que constituem, também, um dos eixos principais da reflexão de Haesbaert. Mas a sua interpretação é interessante neste contexto sobretudo pela definição de multiterritorialidade. De fato, o processo de territorialização transfere para o espaço elementos culturais e sociais produzidos não apenas de forma coletiva, mas também a nível individual e subjetivo (topomorfose). Estas diferenças são reproduzidas a nível territorial seja de um ponto de vista simbólico na perceção e na representação do espaço, seja de um ponto de vista pragmático na organização e na transformação

concreta do território. Quando, portanto, as diferentes territorializações estão presentes no mesmo espaço físico, a possibilidade de surgirem conflitualidades entre elas são muito elevadas. A partir destes dois contributos, a escolha caiu sobre o trabalho de Boaventura de Sousa Santos. A sua abertura, até incluir pensamentos tradicionalmente não considerados aceitáveis enquanto não “científicos”, torna possível, mesmo entre os limites desta abordagem, conforme evidenciado atrás, abrir a nossa reflexão sobre a natureza do conceito de “chão” (território) na África Subsaariana e, em particular, na Guiné-Bissau.

A complexa realidade cultural e étnica guineense não facilita esta operação de síntese de um conceito na verdade muito amplo e rico em variações. Num espaço relativamente pequeno, estão, de fato, presentes cerca de 33 etnias diferentes (e respetivos idiomas tradicionais), algumas das quais sujeitas à dominação cultural islâmica e que se converteram à religião islâmica e outras que se mantiveram “animistas”. Mas é importante partir de um assunto: «perguntar sobre as histórias de cada chão implica falar sobre “espíritos”, o que pode ser um assunto melindroso» (de Bivar Abrantes, 2011:6). De algum modo, podemos dizer que este é o ponto de partida para começar uma viagem através da elaboração do conceito de chão, a sua individualização e escolha, as suas modalidades de acesso e de conservação, conscientes de que qualquer esforço para identificar o conceito de território com o conceito de chão é, por si mesmo, uma forma de colonização das categorias concetuais africanas e, de fato, prolongar o seu “fechamento” nos limites da epistemologia ocidental. Também é necessário estabelecer outra premissa: quando falamos de territorialidade tradicional, temos de ter em conta que os processos de dominação islâmica, de colonização europeia e as guerras de descolonização criaram uma grande fratura com os sistemas tradicionais. Alteraram as estruturas organizativas do poder, criaram novas figuras de referência que ao longo

dos séculos foram misturadas e percebidas como tradicionais e, consequentemente, interferiram com as modalidades de acesso aos recursos e à produção de território. Apesar da sensação preconceituosa de que o continente africano é uma estrutura inamovível e estática, o que efetivamente conseguimos observar hoje é o resultado desta contínua evolução. Mas, a peculiaridade guineense, na sua riqueza cultural, linguística, étnica, também constitui para nós uma âncora, sendo ainda hoje vividos a tradição e os laços com o mito, sobretudo no mundo rural. Além disso, o “sistema cultural” guineense tem de ser inserido num contexto mais amplo, o do antigo império malinké, que deixou traços marcantes no sistema organizativo dos espaços das aldeias, nas modalidades de acesso aos recursos e que ainda hoje é determinante sobretudo nas etnias Mandinga e Fula. Portanto, não é surpreendente que as estruturas principais da realidade tradicional guineense sejam comuns a um território muito mais extenso do que o correspondente aos simples limites estaduais, e que compreendia as bacias do Gambia, do Alto Senegal, do Alto e Médio Níger, na África Subsaariana ou norte-ocidental.

Seguindo a sugestão de Carlos Lopes (1999:45), e também no seguimento dos pensamentos pós-abissais, seria importante fazer aqui uma pequena digressão relativamente ao conceito de “etnia” e da sua relação com o de “nação”. Como destaca o autor, os grupos humanos foram tradicionalmente classificados através quatro conceitos principais: etnia, nação, estado e sociedade, todos «portadores de ambiguidades e preconceitos. Muitas vezes utilizou-se o termo “tribo” para designar os agrupamentos africanos [...] designação que acarretava, em certa medida, um sentido pejorativo, ou significava, no mínimo, um arcaísmo histórico.» Os termos “etnia” e os seus derivados acabaram também por ser assimilados com esta sensação de arcaísmo e são, normalmente, associados ao tribal e seus derivados. Como destaca Amselle (1990:23),

«as etnias derivam apenas da ação do colonizador que, na sua vontade de territorializar o continente africano, fragmentou entidades que foram, elas próprias, seguidamente reapropriadas pelas populações. Nesta perspetiva, a etnia, tal como muitas instituições pretensamente primitivas, não passaria de mais um falso arcaísmo». Além das diferentes definições do conceito “etnia” que foram criadas ao longo dos últimos dois séculos pelos autores das diferentes “escolas de pensamento”, é evidente que «o poder colonial teria assim, não só fabricado uma etnonímia, mas também as etnias, e todas as fontes históricas devem ser relidas à luz deste fenómeno étnico» (Lopes, 1999:48). Além disso, a maioria das definições de etnia foram relacionadas com uma unidade territorial, que bem cedo acabou por coincidir com o conceito de “nação”. Neste quadro, continua o autor, «a etnia foi vista como uma entidade estática pelos exploradores e primeiros etnógrafos. Daí deriva o primeiro erro de associar ou atribuir um território a cada etnia. [...] O segundo erro consistiu em pensar em entidades racial e culturalmente homogéneas – com os mesmos hábitos, costumes ou religião – o que está longe de se verificar». Podemos até afirmar que este «sistema colonial de classificação foi substituindo gradualmente o sistema de autoidentificação» (Lopes, 1999:49). A flexibilidade do contexto africano encaixa mesmo neste fenómeno de resignificação dos espaços que, para serem entendidos, devem ser examinados na complexidade das suas relações de poder.

Todavia, o conceito de nação enquanto grupo que domina e ocupa um território único e contínuo sobre o qual é exercitado um único poder, não é um conceito desconhecido ao Império Malinké. A designação -nké significa, exatamente, esta ideia de uma «plataforma de consenso que legitima o poder» (Lopes, 1999:52). O Império do Mali, de fato, tinha na época pré-colonial, uma organização política e territorial fortemente estruturada. Como relatam muitos autores - entre outros, Lopes (1999) ou Turco (1999 e

2006) – é importante destacar que na tradição mandinga as configurações territoriais estão estritamente ligadas ao sistema ideológico da autoridade e do poder. O poder está, de fato, fundamentado nos discursos relativos aos espíritos fundadores, que constituem a base da possibilidade da sua legitimação. A tradição mandinga é, assim, o resultado de um conjunto de elementos culturais, materiais e simbólicos, necessariamente fluidos. A territorialidade mandinga responde a princípios e práticas complexos, processos de construção e fundação política do espaço. Na época medieval, o antigo reino do Mali (como referido pelas fontes árabes) pode ser considerado como um território isótropo onde a legitimação do poder estava relacionada e articulada segundo princípios hierárquicos: as principais instituições hierárquicas mandingas eram respetivamente ligadas à esfera familiar (fasiya) e à esfera política (mansaya). O modelo mandinga estava interligado com experiências históricas multiformes, o que testemunha a forte dialética na base dos principais eixos de desenvolvimento da prática política mandinga.

A primeira dicotomia que temos de considerar é a dialética entre fasiya e mansaya, ou seja entre as duas principais fontes de legitimação das práticas de governo: uma com base no exercício de uma autoridade de tipo familiar (fasiya, fa = pai), outra com um carácter exclusivamente político (mansaya, mansa = rei). A legitimação de tipo fasiya tem o objetivo de disciplinar a escolha, o acesso e o uso da terra (e, por extensão, de todos os recursos naturais), tratando-se de uma configuração de poder dirigida a afirmar um direito originário sobre o espaço natural. Enquanto direito originário, não depende de nenhum outro direito precedente ou superior, mas está fundamentado na ocupação originária do espaço (Turco, 2006), que será sucessivamente sujeito a uma transformação simbólica e material. Além disso, é um direito imprescritível e exclusivo, não usurpável, parte integrante dos mecanismos de controlo social que asseguram a conservação do bem fundiário em benefício da coletividade de cada aldeia.



Por sua vez, a mansaya visa organizar o território de uma forma estreitamente política. Embora reconheça os valores da fasiya e a natureza do seu corpus regulativo, a mansaya exige uma autonomia própria que se concretiza através da criação/fundação de um “lugar político” e da sua consequente territorialidade. Através desta “ação” realiza-se, assim, uma correspondência dialética entre as duas dimensões territoriais: uma concernente a apropriação da terra ou, podemos dizer, o “direito fundiário”; outra relativa à organização política território.

De fato, a coexistência destas duas fontes de legitimação funda-se sobre o mútuo reconhecimento de diferentes âmbitos de regulamentação, e que não podem interferir um com o outro enquanto relativos a campos sociais completamente diferentes e não comparáveis. Se a fasiya garante a ordem institucional “clássica”, a mansaya instaura o elemento político na vida social, legitima o poder humano contra o poder máximo, o da divindade.

O fim do Império Malinké (séc. XVII) contribuiu para criar um período de graves perturbações na África Ocidental, sobretudo por causa do progressivo tráfico de escravos de matriz europeia e do consequente deslocamento dos fluxos mercantis. Estas alterações tiveram resultados diferentes em espaços distintos do Império: no extremo Oeste do reino Malinké, entre o Fouta Djalon e as bacias dos rios Casamança e Gâmbia, a nova situação levou a uma consolidação do reino do Gabu, que pareceu reunir e defender a hereditariedade da cultura mansal produzida e custodiada pelo Mali (Turco, 2006). No restante do reino Malinké, ao contrário, observa-se uma regressão a situações de formas pré-políticas de organização social e territorial. Esta tendência em direção da fasiya não exclui as dinâmicas de tipo mansaya: de fato, continuam a surgir estruturas políticas mesmo se de menor importância e de qualquer forma ligadas a novas fontes de

legitimação (como, a partir do século XIX, o poder colonial), de que são exemplo os regulados.

Na articulação da mansaya mandinga, o exercício do poder político, além de ser um direito, é também uma forma de reconhecimento de responsabilidade face a poderes “superiores”. Através deste poder, o rei tem de exprimir não apenas a própria capacidade de liderar, mas sobretudo qualidades de justiça, respeito dos limites e da lei. No entanto, acaba também para individualizar um espaço, chamado “mara”, que é simultaneamente uma forma de poder e um designador geográfico deste poder quando indica um território político (Turco, 2006). «Mara, portanto, é o poder político na sua expressão institucional mais alta, [...] e simultaneamente identifica-se no âmbito espacial do seu próprio exercício.» (Turco, 2006:130) A mansaya, concretizada no mara, exprime o poder na sua plenitude política no respeito da legitimidade fasiya e das prerrogativas a ela associadas. O território mandinga, assim, configura-se na completa síntese desta dialética. «Por um lado, trata-se de uma área isotrópica, investida na sua integridade pelo poder mansal. Por outro lado, assume o aspeto de uma extensão delimitada, denominada e organizada em estruturas que têm condições diferentes e diferentes funcionalidades.» (Turco, 2006:143). Segundo relata Lopes (1999), as masaya malinké são estruturas que podem ser de fato assimiladas ao nosso conceito de estado-nação, mesmo se constituídas por um poder “limitado e descentralizado”. O que é importante destacar novamente, é que a mansaya está ligada a funções também simbólicas do poder. Estes processos são fundamentais para compreender o funcionamento do território e a sua individualização. Nas mansaya «o poder tinha uma forte conotação clânica e os direitos de sucessão eram geralmente respeitados. A Mansaya tinha um sistema de poder por representação das diferentes camadas sociais,

respeitando uma certa forma de pluralismo. A diferença era aceite e assimilada.» (Lopes, 1999:53).

Temos de imaginar, portanto, que dentro deste vasto e rico Império, que existiu há mais de cinco séculos, a organização principal do poder estava estruturada em torno de dois eixos: um relativo à administração das terras (escolha, individualização e atribuição das terras e dos recursos) – fasiya; outro estritamente político, ligado à gestão de res publica (relações com poderes externos, gestão da guerra, etc.) - mansaya. Nesta estrutura estava, portanto, inserido o complexo sistema de clã, isto é, de subdivisões de territórios atribuídos através do sistema “familiar” às diferentes comunidades, cada uma com a sua própria peculiaridade étnica e religiosa. Além disso, este sistema, evidentemente fluido, estava sempre apoiado em um conjunto de valores simbólicos, aos quais cada poder era obrigado a dar conta.

Em particular, tanto o líder fasiya, como o líder mansaya, eram herdeiros de uma linhagem que na altura da “primeira ocupação” demonstrou uma particular força interior, coragem, justiça, sabedoria, em fim, todas aquelas características que podiam justificar e legitimar o ato de ocupação de um espaço que, na tradição africana, nunca pertence aos homens, mas é sempre propriedade de um espírito/divindade. O império malinké que, como já dissemos, tinha uma notável extensão (Fig. 1), estava estruturado em torno desta relação humanidade/espaço.



Fig. 1: Extensão do Império Malinké pré-colonial, território do Mali e de outros países africanos na atualidade (Fonte: Middleton, 1997, v. III e IV)

Todavia, a dissolução do Mali (XVII) favorece a consolidação do reino de Kaabú, ou seja, «uma estrutura política mandinga da Alta Costa da Guiné que sobreviveu a todas as tempestades da África medieval e unificou os povos de “Rios de Guiné” durante seis séculos, do séc. XIII ao séc. XIX.» (Lopes, 1999:75-100). O Kaabú é um espaço geográfico homogêneo e integrado, caracterizado pela presença de grandes rios (como Gâmbia, Casamance, Corubal, etc.), localizado entre os contrafortes do Futa-Djalá a oeste, o rio Gâmbia a norte, o Atlântico e as Ilhas Bijagós a leste, e o rio Corubal a sul. Este reino baseia a própria legitimidade política na hereditariedade do poder mansaya tradicional. No entanto, fora do reino do Kaabú, acontece o contrário, e as fontes árabes da altura referem uma “regressão” às formas de organização socio-territorial pré-políticas, mais ligadas ao poder fasiya. Todavia, neste contexto de reorganização, a nova estrutura política do Kaabú, pode bem ser comparada com um Estado, que apresenta todos os aspetos duma fluidez política que organiza o território de forma contínua,

mantendo um equilíbrio e uma interligação constantes entre a mansaya e a fasiya. Neste sentido, a importância da linhagem e do poder de base familiar assume um papel decisivo que, como sublinha Lopes, acaba por se manifestar em aspetos significativos dos processos ideológicos na base da organização social malinké: uma sucessão de tipo matrilinear, a origem da classe aristocrática dos Nyamakala, a denominação do núcleo original do Kaabú e do seu poder simbólico na província de Propana, com a capital Kansala.

A fonte de legitimação do poder do Kaabunké está, portanto, relacionada sobretudo com as características da linhagem, ou clã, que foi responsável da primeira ocupação. A figura do líder mansaya é, portanto, substancialmente ambígua, ligada a muitos aspetos típicos do poder fasiya, como a força, a coragem ou a justiça. Estas virtudes não correspondem à imagem de um guerreiro, mas são exercitadas através de ações ponderadas baseadas em princípios morais e dirigidas à realização de benefícios para a comunidade. Este é o núcleo fundamental da tradição mandinga: o poder é a arma que foi atribuída a um indivíduo “escolhido” com o objetivo que este “líder” possa afastar a comunidade para longe do mundo desconhecido dos espíritos (quase sempre malignos...). É neste momento que a cultura mandinga opera uma fusão entre poder e território, entre a dominação simbólica do espaço e a sua mais concreta materialidade. Através das ações do pai fundador, que escolhe o espaço da primeira ocupação e torna-o “conhecível” e “seguro”, dá-se efetivamente início ao processo de territorialização que limita a complexidade originária, e consente ao grupo social a própria reprodução (Turco, 1988).

Turco (2006:136) descreve muito bem esta passagem do wula ao dugu. Wula é um «designador bastante complexo que encerra no seu horizonte semântico a ideia central que se trata da superfície terrestre ainda não marcada pela ação humana [...], ainda não investida pelo processo de territorialização. Na realidade wula é sim um espaço natural,

mas o seu estatuto conceitual e jurídico varia em função da localização». No momento da primeira ocupação, wula vai ser integrado no dugu (o assentamento). A partir deste momento wula pertencerá à aldeia e será «submetido a um controle simbólico cerrado (é reconhecido, denominado), e investido de práticas de uso também mais intensas, ainda que debilmente reificadoras. [...] É o espaço que circunda a aldeia onde são localizados os locais dos rituais (floresta sagrada), aonde se vai à caça e à pesca, onde se procura as ervas medicinais, onde se vai colher os frutos, onde se leva os animais para pastar, enfim onde se vai buscar a lenha, sem a qual a vida da aldeia não seria nem mesmo concebível».

Wula passa, assim, de um espaço perigosíssimo, desconhecido e substancialmente selvagem, a um território elaborado e significado pelo processo de territorialização como espaço de pertença da aldeia. Sem a mediação do líder fundador, ou seja, sem esta passagem do espiritual ao humano, o processo de territorialização não seria possível.

O território de Kaabú representa perfeitamente um exemplo daquela “fluidez africana”, que muitas vezes não conseguimos perceber completamente. De fato, mesmo na sua organização política baseada na história do reino do Mali e da sua forte cultura mansaya, o Kaabú mantém uma pluralidade de micro territorializações locais, cada uma legitimando poderes de tipo fasiya e que, portanto, organizam a nível local e peculiar a gestão e a distribuição da terra. Estas territorializações instauram, assim, em torno de recursos fundamentais à sobrevivência das aldeias e das populações locais, laços económicos, familiares e sociais, caracterizados por estruturas hierárquicas bem determinadas entre as várias etnias envolvidas e, normalmente, organizadas segundo um princípio de “competência tópica”.

### 3.1.1 Um exemplo de chão sagrado: o mito de fundação de Sanconhã

Como resumido no ponto anterior, o território da aldeia, o chão, irá sempre manter em si uma componente sagrada, mística, que comporta uma obrigação de responsabilidade e de moralidade por parte das comunidades que nunca serão “donas” (na acepção própria da propriedade privada), mas apenas “depositárias” da terra. Como também relata Haesbaert (2004:5), «as sociedades tradicionais conjugam a construção material (“funcional”) do território como abrigo e base dos “recursos” com uma profunda identificação que recheia o espaço de referentes simbólicos fundamentais à manutenção de sua cultura».

Entre os inumeráveis contos relativos à fundação mítica das aldeias, ou tabancas (em crioulo da Guiné-Bissau), parece-me em linha com os objetivos deste sub-capítulo, relatar a história da fundação da tabanca de Sanconhã (fig. 2), no sul do país. A recolha da história do mito de Sanconhã foi possível graças às fontes horais entrevistadas ao longo de um projeto de investigação que desenvolvi entre o mês de Janeiro e o mês de Março de 2011, e que foi a base da minha tese de licenciatura.



Fig. 2: Sanconhã, localização. (Fonte: elaboração própria)

O território de Sanconhã situa-se no sul da Guiné-Bissau, a 7 km da fronteira com a Guiné Conakry. Esta região guineense, a região de Quinara, é historicamente pertencente à etnia biafada. Como relata de Bivar Abrantes (2011:9), a partir de um testemunho local «os Biafadas e os Padjadincas estavam no Gabu. Lá que os mandingas os encontraram. Quem disser o contrário conta mentira, e os mandingas não ousam contar que quando chegaram os biafadas não estavam. O Gabu é biafada, o Gabu é Padjadinca, e Biafadas e Padjadincas são o mesmo. Depois vieram os Fulas, que arranjaram problemas com os Mandingas, e os Biafadas saíram em busca de terra.» Esta forma de “contar” a história de um processo complexo de migrações internas na Guiné-Bissau demonstra a complexidade dos laços internos às etnias, mesmo diferentes, que se deslocaram, cruzaram e amalgamaram, empurradas pelos eventos políticos fundamentais do País. Portanto, os Biafadas, empurrados “em busca de terra”, chegaram até ao sul da Guiné, uma área rica em recursos haliêuticos (pela presença de muitos canais de água doce e de áreas de “bolanha”, planícies localizadas abaixo do nível do



mar nas quais o equilíbrio entre águas doces e águas salgadas constitui o ambiente mais propício ao cultivo do arroz). Segundo as fontes locais, Sanconhã é uma das aldeias mais antigas presentes nesta região. A história da sua fundação é particularmente fascinante, e está entrelaçada com os mitos da floresta sagrada e com a figura do Irans.

O chefe de tabanca conta que um seu antepassado, um caçador muito experiente, chamado Sanconha, descobriu pela primeira vez as florestas de Darol e de Wacata (Fig.3), entre as quais se encontrava o sítio adequado para o primeiro assentamento. Mas as florestas descobertas pelo Sanconha não eram florestas como as outras, pois estavam habitadas pelo espírito do Irans. Os contos relatam que é de fato impossível que o olho humano possa enxergar Irans, porque a sua natureza é mutável e tem o dom de tomar os tamanhos e as formas de todos os animais e plantas, o que não permite que qualquer pessoa possa vê-lo. É mesmo necessário um “homen grande com cabeça”, como dizem os Biafadas, ou seja, com a capacidade, a humildade e a sabedoria para encontrá-lo sem provocar as suas fúrias. De fato, o Iran, como todos os espíritos, é completamente imprevisível, e os seus pedidos podem ser malignos e cruéis.

Sanconha, caçador dotado de coragem e inteligência, decidiu se dirigir à floresta para falar com o Irans, e pedir a autorização para o assentamento da sua comunidade. Mas ninguém pode pedir um privilégio assim tão grande a um espírito para obter um benefício próprio. Se o Iran conceder o lugar à comunidade de Sanconhã, o caçador terá de pagar um preço muito alto. Neste caso, o espírito pediu em troca a esposa de Sanconha, como símbolo da importância que o espaço teria. Mas Sanconha não tinha mulher, nem filhos. Para o bem da comunidade, a única escolha a fazer é a mais extrema: oferecer a própria vida ao Irans. Sanconha, portanto, entrega-se sozinho ao espírito, penetrando com um pequeno barco os canais até ao interior da floresta. A lenda diz que o barco de Sanconha voltou sem condutor através do Rio Cacine até ao sítio do

atual assentamento da aldeia, cheio de peixes e outros presentes. A partir daí, o espaço levou o nome do seu fundador.



Fig. 3: as florestas sagradas em Sanconhã. (Fonte: elaboração própria).

O conto mitológico da fundação de Sanconhã representa bem os elementos próprios do processo de territorialização clássica africana. A escolha do sítio da primeira instalação da comunidade, (inicialmente podemos supor tradicionalmente nómada), não pode ser feito sem ter um conhecimento profundo dos espaços e dos perigos. É neste sentido que, na maioria dos contos guineenses, o primeiro fundador acaba por ser um caçador: um homem corajoso, com certeza, mas sobretudo conhecedor do espaço e dos mistérios dos matos. A ligação com os espíritos malignos impõe a definição de áreas reservadas aos espíritos, que, de fato, acabam por integrar as zonas de “reserva” da aldeia, o que nós consideramos como “áreas protegidas” e que muitas vezes são incluídas em projetos de conservação ambiental.

Nestas dinâmicas, o poder está legitimado na pertença à linhagem do clã fundador, mas na gerência da aldeia é a ação coletiva sobre o território que determina a sobrevivência

da comunidade. Isto traduz-se claramente na organização do espaço “público” dentro do território da aldeia e, fora deste, nas áreas utilizadas para realizar as atividades agrícolas e de caça e pesca.

Para concluir este subcapítulo, e evitar uma qualquer ideia de excecionalismo geocultural associado a este processo de construção e gestão do território, pode referir-se que, afinal, ele não é muito diferente da organização das comunidades de montanha que se desenvolveram na Itália central cerca do ano mil, e que é comumente conhecido como “uso cívico<sup>15</sup>”. Porventura uma abordagem mais comparativa poderia ajudar-nos a evitar o grande erro de considerar as estruturas territoriais africanas como algo completamente específico, sem nenhuns elementos semelhantes aos observados noutras sociedades e, sobretudo, “inferiores” ou menos desenvolvidos do que estes.

### 3.2 Territórios residenciais na Área Metropolitana de Lisboa: processos de produção habitacional e imigração africana

---

<sup>15</sup> O “uso cívico” é um direito coletivo de usufruto da terra atribuída a uma determinada coletividade e está relacionado com várias formas de exploração (caça, pastoreio, coleta de madeira, a sementeira). Não decorre de uma lei formal, mas de práticas coletivas remontantes à alta idade de médio (ano 1000 dc).

O ordenamento jurídico italiano formalizou este direito de acesso e uso a partir do início do século passado, quando surgiu a necessidade de decidir se e em que medida este direito pudesse ser conciliado com o direito de propriedade privada.

Historicamente, o uso cívico tem uma matriz feudal, e foi desenvolvido tradicionalmente em áreas específicas e limitadas, caracterizadas por escassez de recursos, ou climas particularmente hostis, como por exemplo as comunidades montanas, com o objetivo de garantir a sobrevivência ou bem-estar de uma população, e é típico das economias de subsistência. Os espaços reservados ao exercício do uso cívico são, portanto, considerados como uma propriedade coletiva. (Cassandro, 1943)

Para compreender a atual configuração espacial da cidade de Lisboa, e em particular a gestão dos espaços destinados às habitações de tipo social e à criação dos “bairros sociais” como a Quinta do Mocho, é necessário fazer uma breve introdução que permita analisar a evolução política, social e territorial da cidade. Com este fim, a atenção concentrou-se sobretudo nas décadas que vão dos anos 50 até ao final dos anos 90, mantendo como referência 1974, seja por via da Revolução de Abril, seja pelas profundas mudanças resultantes da descolonização e da subsequente independência das colónias. Esta data, de fato, será determinante em muitos sentidos. Além do aspeto político, simbólico e social, de um ponto de vista territorial o fim do Império Colonial constituiu o início de uma complexa série de eventos e produziu dinâmicas socio-espaciais que obrigaram a sociedade portuguesa a reconsiderar a perceção do próprio território nacional, seja externamente em termos de limites e fronteiras, seja internamente relativamente à gestão e a organização dos espaços urbanos. Neste processo, que viu envolvidos milhares de pessoas, Lisboa e a sua área metropolitana foram, sem dúvida, os espaços urbanos que sofreram as maiores pressões demográficas, sociais e económicas.

Em particular, o que se considera importante neste contexto de reflexão são dois principais fluxos migratórios que se desenvolveram naquela altura: de um lado os portugueses obrigados a deixar as colónias para regressar à pátria nos meses sucessivos à Revolução; de outro lado os migrantes africanos que nas décadas a seguir escolheram Portugal como país de destino. Estes dois fluxos são ainda mais interessantes se enquadrados nas dinâmicas económicas, políticas e sociais portuguesas, sobretudo se tivermos em conta os elementos que os unem e que, de certa forma, os interligam.

O primeiro fluxo, comumente denominado dos “retornados”, movimentou-se para Portugal nos anos imediatamente a seguir ao 25 de Abril, e trouxe para a Área

Metropolitana de Lisboa algo como 200000 portugueses obrigados a deixar os territórios africanos, os quais, na maioria dos casos, tinham estabelecido relações humanas e económicas duráveis nos anos de “emigração”, incluindo-se aqui a construção de novas identidades culturais e sociais, o que tornou o “retorno” à numa pátria de fato desconhecida. Para ter uma ideia das dinâmicas socioculturais em jogo, é necessário oferecer uma pequena síntese do que foi o fenómeno migratório dos portugueses com destino nas colónias.

O deslocamento e instalação nos territórios coloniais africanos com uma lógica de povoamento “contínuo” teve origem no início do século passado e foi constantemente incentivado pelo Estado Novo, a partir dos anos 30 até boa parte da década de 60. Os portugueses que migraram eram, de início, principalmente funcionários públicos que pudessem sustentar a presença do estado português nas colónias, mas cedo o fenómeno estendeu-se também a outros grupos socioprofissionais. Não obstante as dificuldades encontradas nas formas legais de sair do País, essencialmente a obtenção da “carta de chamada” e os custos das passagens, (Oliveira, 2008), os portugueses conseguiram se deslocar em quantidades sempre crescentes em direção às colónias africanas, principalmente por razões pessoais e na procura de um maior sucesso na vida profissional. Tal foi a força deste “sonho africano”, que, como relata Oliveira (2008), o fluxo não só não parou, mas também não diminuiu, mesmo na década de 60 do século XX quando já estava em curso a Guerra Colonial em Angola, Moçambique e na Guiné-Bissau e já apareciam os primeiros sinais de rotura com as futuras ex-colónias. Esta ligação direta com a África, que permanece também nas declarações e nas memórias dos retornados<sup>16</sup> (Pena Pires, 2003), talvez pode ser maiormente entendida tendo em conta a forma peculiar como se desenvolveu o colonialismo português, que por alguns

---

<sup>16</sup> Decreto-Lei nº 308-A/75, de 24 de junho de 1975 – Cf. Pena Pires, 2003:227

autores foi definido como uma “contra assimilação”. Como relata de forma exaustiva Castelo (2012) a propósito do conceito de “lusotropicalismo” introduzido pela primeira vez por Gilberto Freyre em “Casa-Grande & Senzala”, em 1933, «o povo português tem uma maneira particular, específica, de se relacionar com os outros povos, culturas e espaços físicos, maneira que o distingue e individualiza no conjunto da humanidade. Essa “maneira” é geralmente qualificada com adjetivos que implicam uma valoração positiva: diz-se que a “maneira portuguesa de estar no mundo” é “tolerante”, “plástica”, “humana”, “fraterna”, “cristã» (Castelo, 2012:112), numa imagem que, continua Castelo «acentua a ‘imunidade’ dos portugueses ao racismo, a sua predisposição para o convívio com outros povos e culturas e a sua “vocação universalista”».

Sem querer entrar demasiado no mérito desta questão,    necessário destacar que na maioria dos projetos dos portugueses expatriados nas col  nias africanas, em particular no contexto da Angola e de Moçambique, o retorno a Portugal não estava previsto, pois nos territórios coloniais as condições económicas e sociopolíticas garantiam altas probabilidades de sucesso profissional e sobretudo eram suportadas por uma forte rede de solidariedade que de fato tornou a experiência africana uma melhoria na vida de muitos portugueses (Oliveira, 2008). Este processo de integra  o, junto com a estabilidade económica e pessoal, refletiu-se também na constru  o das identidades culturais dos portugueses e sobretudo dos filhos deles, nascidos e crescidos em África. Quando depois do início da guerra civil em Angola, os portugueses foram obrigados a “retornar”    pátria, os dados do Censo de 1981 falam de cerca de 500.000 pessoas, sendo que destas, cerca 200000 se ter  o instalado na   rea Metropolitana de Lisboa. No fundo, falamos de uma sociedade traumatizada, levada a partir abruptamente e a deixar nos territórios coloniais a maioria dos seus bens e, também, uma qualidade de vida e uma posi  o na hierarquia social bem melhores do que aquelas que encontraram em

Portugal, um país em profunda transição económica, social e política. Será este significativo grupo de população retornada, que incluía naturais da metrópole e muitos descendentes já nascidos em território africano, que, juntamente, com o subsequente fenómeno migratório africano (propriamente dito) exerceram uma enorme pressão económica, social e habitacional no território nacional português.

Relativamente a este segundo fluxo – o dos migrantes africanos - serão aqui considerados como exemplo de um movimento na realidade muito mais amplo e complexo, em termos de origens e destinos, apenas os Guineenses que decidiram (e vamos ver as razões) deslocar-se para Portugal entre os anos 70 e 90 do século XX. Como relata de forma exaustiva Machado (1998), a tradição migratória na Guiné-Bissau tinha até àquela altura características de atuação e de escolha de destino bem diferentes, e estava sobretudo ligada a determinadas etnias (os Manjacos e os Mancanhas). Até os anos 60, estas duas etnias foram caracterizadas por migrações de longa estadia fora da Guiné-Bissau, e na Europa o país de destino preferido era essencialmente a França (Machado, 1998). A escolha de emigrar para um país francófono é facilmente explicável tendo em conta que as rotas migratórias passavam pelos países limítrofes à Guiné, «nomeadamente o Senegal, mas também Gâmbia, rede de que a emigração para a França é, pode-se dizer, um subproduto de alcance maior, mas de dimensões relativamente reduzida» (Machado, 1998:10). Com destino sempre nos países vizinhos, o autor destaca também diferentes tipologias de fluxos geralmente temporários, e determinados sobretudo pela pressão fundiária combinada «com a pressão demográfica e de certas medidas políticas de administração colonial». Falamos de quatro tipologias de emigrantes:

- homens jovens, principalmente de etnia mandinga, fula, manjaca e balanta, que se deslocam a partir do leste da Guiné-Bissau para trabalhos sazonais nas épocas da chuva;

- homens mais velhos, ligados a trabalhos comerciais e de artesanato, que se deslocam sobretudo em direção de Dakar nas épocas secas;
- os curandeiros muçulmanos que seguem substancialmente o mesmo caminho do segundo fluxo, mas com um retorno económico muito maior;
- a migração feminina, caracterizada sobretudo por ter como destino os centros urbanos Senegaleses.

Este quadro, podemos dizer, de migração tradicional muda consideravelmente com o desenvolvimento dos estados pós-coloniais e os problemas económicos que estes são obrigados a encarar na fase da descolonização. Machado (1998) destaca nesta fase dois fluxos migratórios diferenciados por «processos em boa parte desfasados no tempo, protagonizados por segmentos distintos da população guineense atualmente residente no país: os guineenses de nacionalidade portuguesa, aqui designados por “luso-guineenses”, e os “migrantes propriamente ditos”, que constituem a larga maioria dessa população». Esta classificação permite-nos perceber e aprofundar as dinâmicas complexas que caracterizavam a sociedade guineense pós-colonial, as relações presentes entre as comunidades locais e o país colonizador e, sobretudo, as marcas culturais deixadas nos séculos de dominação. Os dois grupos são diferenciáveis não apenas pela altura em que se desenvolveram, mas também pelas características próprias dos seus protagonistas.

Os luso-guineenses, de fato, são os guineenses em posse de cidadania portuguesa, e que, portanto, irão estabelecer dinâmicas peculiares em Portugal. Além disso, a sua composição social caracteriza-os pelo fato de fazerem parte daquela classe social média-alta, urbanizada e escolarizada, e que decide migrar para Portugal sobretudo nos anos imediatamente antes e imediatamente a seguir à independência, entre 1974/5 e 1985. Este fenómeno migratório, portanto, encaixa-se de forma inovadora no quadro clássico



de emigração guineense. Os elementos que levaram à saída para fora da Guiné-Bissau, e que distinguem este fluxo do que se desloca no mesmo tempo para França, são essencialmente a composição social deste grupo (a maioria escolarizados e provenientes de famílias ligadas a ambientes urbanos), os fatores de incremento demográfico que nos anos entre 1972 e 1992 determinaram um crescimento de mais que o 30% da população guineense - e que em Bissau foi de 100% (Bissau passa de 100.000 residentes para 200.000) e, por fim, a crise económica que caracterizou todos os países na fase da descolonização e que na Guiné-Bissau atingiu nível incriveis já no final dos anos 80, tendo mesmo piorado com a introdução do Franco CFA em 1997 (Machado, 1998).

A migração dos luso-guineenses também tinha características próprias em termos de duração e composição étnica e demográfica. De fato, a saída da Guiné começou já antes de 1974 e continuou, ainda que a um ritmo mais lento, depois de 1985 (ano de referência para o fluxo de migrantes laborais), mantendo de certa forma um certo equilíbrio na sua composição étnica e demográfica: o número de homens e mulheres manteve-se paritário, e com uma idade levemente mais alta de que a dos migrantes laborais. Outro elemento importante para compreender as escolhas migratória deste grupo (ou seja, as razões da migração e a preferência do país de destino), é o fato de muitas famílias luso-guineense terem uma ascendência mista, parcialmente portuguesa. Isto implicou, por um lado uma forma privilegiada de relacionamento e de integração no país de destino; mas, por outro lado, constituiu uma diferença substancial nas formas de auto-percepção e autorrepresentação relativamente à pertença étnica e territorial no país de origem (Machado, 1998). Resumindo, é fácil deduzir que os luso-guineenses escolheram Portugal com base numa continuidade cultural e pessoal, tendo provavelmente contatos no País, e conseguindo desenvolver uma tipologia de integração social e laboral diferente, indo com mais facilidade ocupar lugares de trabalho mais

qualificados ou continuando em Portugal percursos escolares e académicos. Em suma, como relata Machado, considerando que a maioria destes migrantes sai de Bissau para se deslocar principalmente para Lisboa (acerca do 80% fica na área metropolitana da Capital), é quase possível falar de uma migração Bissau-Lisboa.

O segundo fluxo de migrantes guineenses, que Machado (1998) define enquanto “imigrantes propriamente ditos”, é caracterizado por dinâmicas diferentes em termos de tempos, composição étnica, social e demográfica, e consequentemente também nas lógicas migratórias. A data “de início” desta emigração da Guiné é algo mais tardia, podendo situar-se cerca de 10 anos depois da independência. O fator temporal é justificado pela emergência de uma crise económica e laboral da Guiné, pela pressão crescente sobre a cidade de Bissau, e, também, pelas más condições de vida e de trabalho nos contextos rurais. Como veremos, um fator adicional é o fato de diversos destes migrantes não estarem na sua primeira experiência migratória, tendo previamente emigrado para países diferentes de Portugal.

Este segundo fluxo, portanto, é caracterizado por uma composição étnica e sobretudo demográfica bem diferente em comparação com os luso-guineenses, sendo os migrantes laborais na sua maioria homens jovens, de etnia papel, fula, mandinga e manjaca. Este segundo grupo é composto, portanto, por jovens muitas vezes provenientes das zonas agrícolas do Sul e do leste da Guiné, chegados em Bissau em busca de um trabalho ou já emigrados nos países limítrofes, sobretudo Senegal e Gâmbia. Também, mesmo se em número residual, há uma componente de migrantes com experiências em outros países da União Europeia, e sobretudo nos países ligados à Guiné por razões políticas, nomeadamente os Países de leste europeu que na altura ainda faziam parte do bloco comunista. Neste último caso, falamos de jovens enviados por razões políticas ou com bolsas de estudo guineenses, elemento que também justifica o “atraso” do fluxo

migratório, sendo estas bolsas disponibilizadas apenas nos anos 80 (Machado, 1998). De qualquer forma, os que escolheram Portugal como país de destino nessa altura, regressaram antes a Bissau, e só depois chegaram a Portugal, atraídos por diferentes motivações: obviamente o elemento linguístico foi uma das razões determinantes, mas foram sobretudo as relações mais ou menos diretas com os guineenses e luso-guineenses já presentes no território português a serem determinantes na escolha do destino. O efeito resultante da rede social emigratória emerge, assim, como fator fundamental neste processo migratório.

Refira-se que os dois processos migratórios que se acabam de descrever (o dos “retornados” e dos africanos dos PALOP, em que se enquadra o dos guineenses) constituem os “dois lados da mesma moeda”. Se fosse possível considerar singularmente todas as histórias de quantos fizeram parte de uma forma mais ou menos consciente destes fluxos, teremos a possibilidade de perceber as modalidades peculiares de uma construção identitária interativa e em tensão, fruto das influências recíprocas entre duas culturas diferentes, que se cruzaram e se deslocaram nos mesmos territórios.

Tudo isto se concretizou com um impacto notável num contexto territorial já afetado por uma crescente pressão demográfica e social que vinha, pelo menos, desde finais dos anos 50. Em particular na cidade de Lisboa, a falta de respostas eficazes à procura de novos espaços habitacionais para as classes sociais média-baixa e baixa devido ao aumento da população atraída pela industrialização e pela concentração progressiva do comércio e dos serviços, conduziu ao aumento das formas de subarrendamento e dos bairros de barracas, bem como dos processos informais de autoconstrução clandestina (Amílcar et al., 2011).

Em suma, já nos anos 60 a situação habitacional em Portugal estava largamente comprometida. Neste período, as medidas tomadas pelo governo português foram

incapazes de resolver o problema, em larga medida devido à implementação de uma abordagem de curto prazo, incapaz de resolver problemas estruturais de dimensão significativa, como a crescente carência habitacional na metrópole lisboeta. Como relatam Amílcar et al. (2011), o Estado Novo limitou-se a ações de carácter “essencialmente simbólico e político”, como o Plano Diretor da Região de Lisboa (1959-1964), e muitas vezes de eficácia limitada como o congelamento das rendas e a oferta de habitações económicas destinadas a funcionários públicos, a membros dos sindicatos corporativos ou a realojamentos no quadro de obras públicas, pelo menos até 1969, quando foi criado o FFH - Fundo de Fomento de Habitação. É este o início de uma nova fase caracterizada por uma abordagem que incorpora uma dimensão quantitativa importante: «Numa primeira fase, com o objetivo primário de “responder rapidamente às necessidades quantitativas”, o Estado constitui-se como o principal promotor na provisão de habitação. Da sua ação, pragmática e de carácter essencialmente funcionalista, resultam as Realizações Diversas e os Planos Integrados, consistindo, estes últimos, em conjuntos residenciais de grande dimensão (mais de 1000 fogos).» (Amílcar et al., 2011:3). Ao mesmo tempo, implementaram-se as iniciativas públicas domínio da planificação económica de âmbito macro, como o Plano Intercalar de Fomento (1965-67) e o III Plano de Fomento (1968-73) que previam investimentos públicos na habitação.

Numa análise diacrónica dos acontecimentos daquela altura, não é difícil intuir o impacto que o fluxo dos “retornados”, ocorrido apenas seis anos depois e bastante concentrado em pouquíssimos meses entre a primavera e o outono de 1975, terá tido em termos de pressão residencial e urbanística. Como relata Oliveira (2008), os processos de retorno à pátria, sobretudo dos territórios angolanos e moçambicanos, “envolveram uma grande carga dramática”: os ex-colonos tentaram principalmente por a salvo a vida

e contextualmente tentaram recuperar parte dos seus bens. Entretanto, uma vez chegados a Portugal, a questão era ainda mais complexa. De fato, todos os que não tinham uma família capaz de suportar o seu regresso, encontraram-se numa situação de grande dificuldade em termos humanos, sociais, económicos e obviamente habitacionais. Na verdade, o trauma pessoal da transição brusca para uma sociedade em forte convulsão política que possuía diversos setores que rejeitavam os retornados era agravado pelo fato de terem deixado todos os bens e posições, por vezes de prestígio, nas colónias africanas. Esta situação, marcada por uma forte precariedade económica e social, gerou situações de grande conflitualidade e exclusão social. Com o Decreto-Lei nº169/75, de 31 de março 1975, foi instituído o IARN – o Instituto de Apoio ao Retorno dos Nacionais (daqui o termo “retornados”, Oliveira, 2008), que perdurou até setembro de 1976. Este Instituto era destinado ao apoio à inserção dos retornados na sociedade portuguesa, incluindo-se aqui a gestão dos problemas de alojamento, resolvidos, de modo imediato e no quadro da situação então qualificada como de emergência, através da ocupação a título provisório de equipamentos hoteleiros e de alguns alojamentos coletivos públicos que, em muitos casos, acabaram por se prolongar por muito tempo, dando origem a várias situações graves de vulnerabilidade e precariedade residencial.

Todavia, o período revolucionário que sucedeu imediatamente ao 25 de Abril de 1974, mesmo se caracterizado por um aumento dos problemas habitacionais, foi também marcado por um ambiente político fortemente marcado por preocupações com a justiça social e o desenvolvimento, que tentou encontrar soluções novas e respostas significativas para o atraso social do país e das suas regiões. Neste contexto, a luta pelo direito à habitação (feita essencialmente por via de processos e ações reivindicativas) constitui, provavelmente, um dos aspetos mais interessantes da nascente democracia portuguesa, pelo menos por via das experiências que proporcionou.

«Da conjuntura surge a vontade de criar uma política de habitação que, mais que responder às necessidades mais evidentes, contemple todo o tipo de carências existentes, nomeadamente a reabilitação e o apoio no acesso ao mercado privado, verificando-se, para tal, a descentralização do sector da habitação e a inclusão da participação comunitária como fatores fundamentais da Política de Habitação.» (Amílcar et al, 2011). É neste período, de fato, que, como veremos mais adiante, foi lançado um programa habitacional ainda hoje emblemático, o SAAL - Serviço de Apoio Ambulatório Local - processo colaborativo entre as populações e o Estado, que criou equipas técnicas interdisciplinares e forneceu apoio para aquisição de materiais, com o objetivo de produzir habitação para a população carenciada. Instituído em julho de 1974, três meses depois da revolução, o Serviço de Apoio Ambulatório Local funcionou, em termos concretos, principalmente para dar complementar os programas de realojamento tradicionais, implementando e gerindo processos de autoconstrução. A componente mais inovadora do SAAL foi sem dúvida ter constituído na recém-nascida democracia portuguesa a primeira experiência de participação direta da população nas escolhas relativas às políticas habitacionais e, mais do que isso, a participação de uma população constituída por pessoas com baixos recursos económicos e escolares, que, portanto, era sistematicamente deixada fora de tais processos de decisão. O SAAL, apesar das limitações e dificuldades registadas, bem como dos elementos de conflitualidade que lhe foram inerentes, conflitualidade, deixou marcas importantes em termos de processo de trabalho, para além de conseguir assegurar planos habitacionais que se destinaram a cerca 40.000 famílias. Adicionalmente, a força do SAAL consistiu também em ter questionado as regras do crescimento urbano ligadas a lógicas economicistas, especulativas e não participadas. Nesse sentido, e não obstante a sua curta duração, permitiu desenvolver uma nova abordagem, também teórica, relativamente às dinâmicas habitacionais, baseada no debate emergente no âmbito da

arquitetura social que dominou a década de 70, não apenas em Portugal, mas em toda a Europa.

Para além do SAAL, programa habitacional mais emblemático, para o caso específico do alojamento de pessoas retornadas das ex-colónias, foi criado em 1976 um programa habitacional próprio vocacionado para a produção de casas pré-fabricadas, da responsabilidade da Comissão para o Alojamento dos Refugiados e colocado no quadro das responsabilidades do IARN, que para tal recebeu verbas do Fundo de Fomento da Habitação. Esta iniciativa, ainda hoje conhecida como Programa Habitacional Extraordinário CAR, tinha como objetivo resolver a situação de transitoriedade residencial dos retornados alojados em instalações hoteleiras através da intenção de produzir alguns milhares de fogos distribuídos por vários locais do país, com destaque para o Algarve e a Área Metropolitana de Lisboa. Embora tenha ficado abaixo dos objetivos estipulados, deve notar-se que vários dos designados Bairros CAR ainda hoje existem (ex. Bairro CAR da Portela em Cascais ou Bairros CAR do Zambujal, Sacavém, Camarate e Mealhada no concelho de Loures).

Em suma, os anos 60 e 70 acabam assim por ser décadas de mudança nas políticas de habitação, e isto reflete-se no nascimento de bairros residenciais nas periferias das cidades, com claro destaque para Lisboa, e na autoconstrução de bairros “informais” ou clandestinos. Ainda nesta altura, foram conduzidas investigações dirigidas à identificação dos grupos familiares com mais dificuldades, e resultou que, já em 1965, cerca de 4% da população do concelho de Lisboa residia em bairros de lata (Oliveira, 2008). Estes dados mostram como a cidade estava sujeita a um processo de crescimento intenso, para o qual a resposta habitacional e urbanística era claramente deficitária, o que conduzia, inevitavelmente, a informalidade, precariedade e marginalização social.

Face a este quadro, a chegada dos retornados e pouco depois dos fluxos migratórios provenientes das ex-colónias apenas podiam agravar a situação.

Os anos 80 foram caracterizados por uma diferença significativa seja em termos políticos, seja consequentemente na situação habitacional e económica de Portugal. No quadro de reorientação política marcada por um processo progressivo de privatização, liberalização e *financeirização* da economia, um dos elementos principais foi a promoção da propriedade privada residencial, sobretudo através de formas de acesso facilitado ao crédito bancário. Esta nova estratégia habitacional favoreceu um conjunto de famílias com rendimentos médios e elevados, mas deixou uma parte considerável da população metropolitana a viver sem condições ou em condições precárias. É neste quadro de grande complexidade e aumento de desigualdade social (Farinha, 2005), que em 1993 foi instituído o PER – Plano Especial de Realojamento. Este programa baseava-se num conjunto de justificações pragmáticas e técnicas e apontava sobretudo para resolver o problema mais urgente das barracas e dos “bairros de lata”. A estratégia era, portanto, abater estas estruturas e concretizar processos de realojamento dos residentes. Todavia este programa encontrou enormes dificuldades a caráter burocrático. Por um lado, foi adotada uma lógica completamente diferente em comparação com o SAAL, que consistia em construir (sem concertação com a população) habitações de fácil execução e de custos limitados. Por outro, havia a crescente necessidade de criar processos de harmonização entre as autarquias locais para que se pudessem encontrar acordos satisfatórios relativamente ao posicionamento dos alojamentos. Estas duas estratégias tiveram o grande limite de, frequentemente, darem origem à construção de bairros “ex-novo” onde se alojaram em massa pessoas que partilhavam situações idênticas de vulnerabilidade socioeconómica. Adicionalmente, os processos de mudança dos bairros de barracas para os bairros sociais experimentaram, por diversas vezes, um



défice de acompanhamento que dificultou a adaptação social, para além do acesso aos serviços públicos e aos centros das cidades ser planeado de forma deficiente. Tudo isto contribuiu para gerar uma maior segregação e marginalização das classes mais frágeis, sobretudo porque muitos destes bairros ocuparam terrenos periféricos aos núcleos urbanos (Guerra, 1994).

Relativamente à Área Metropolitana de Lisboa, é também preciso destacar que a partir do fim dos anos 70 a autoconstrução clandestina de bairros precários aumentou de forma considerável por causa da forte crise financeira e do afluxo de imigrantes vindos das ex-colónias africanas. Tendo em conta a pressão populacional, é evidente que outro problema era constituído pela escolha dos terrenos onde implementar a nova política habitacional prevista pelo PER, sobretudo porque os bairros de lata estavam frequentemente vezes localizados em zonas de grande interesse económico, em virtude da sua boa acessibilidade, efetiva ou potencial. Muitos imigrantes sem possibilidades económicas acabaram, portanto, por se instalar nestes bairros, aqui construindo as suas próprias casas e, mesmo na completa informalidade, gerando lógicas de arrendamento e compra-venda ilegais, quer com os primeiros ocupantes quer com outros residentes. Entretanto, a liberalização do controlo das rendas juntamente com a orientação política de apoio à casa própria (através de crédito bonificado, da isenção de imposto para os proprietários de primeiras habitações nos dez anos posteriores à aquisição) e o progressivo aumento dos preços, contribuíram para excluir grupos de população mais vulneráveis e mais orientados para o arrendamento, como os imigrantes, do mercado oficial (Malheiros e Fonseca, 2011).

Neste contexto, a cidade de Lisboa acabou por ser sujeita a fenómenos de esvaziamento, que tiveram como contrapartida a geração de processos de suburbanização, assentes no desenvolvimento de bairros informais, sobretudo nas periferias, embora fosse possível

detetar áreas de barracas e edifícios precários em territórios intersticiais e mais desconectados da própria cidade (e.g. Vale de Chelas e áreas da coroa interna localizadas na Charneca do Lumiar). Para além de Lisboa, os municípios com maior número de barracas eram os da Amadora, Loures e Oeiras, sendo esta distribuição territorial desde o início caracterizada por segregação sócio espacial e exclusão social. Neste complexo quadro, e não obstante os seus limites constitutivos, o PER permitiu a realização de 30.000 fogos (Guerra, 2011).

Retomando o que afirmámos no início deste subcapítulo, esta breve síntese histórica contemporânea dos processos habitacionais em Lisboa e na sua área metropolitana, de alguma forma cruzada com os movimentos migratórios mais significativos ocorridos nos decénios de 70 e 80 do século passado, revela-se uma base fundamental, não só para a compreensão da presença guineense na Quinta do Mocho, mas também para o modo como este território foi produzido e apropriado. Embora a construção do atual bairro de realojamento PER da Quinta do Mocho, território da 1ª coroa metropolitana de Lisboa e formalmente designado como Terraços da Ponte, já seja um produto do início do século XXI, a presença de imigrantes africanos neste local data dos anos 80 do século XX e remete, como veremos mais adiante, para um processo de ocupação informal de edifícios inacabados, cuja construção foi abandonada na sequência da turbulência política e económica do período revolucionário. A territorialização e a apropriação específicas do espaço de construção inacabado como consequência da ocupação por parte de africanos que não encontravam outras soluções residenciais na AML e a posterior formalização da presença por via de um processo de realojamento PER ocorrido praticamente *in situ*, têm necessariamente de ser posicionadas no quadro das dinâmicas macro metropolitanas, quer migratórias, quer residenciais. Na verdade, apenas assim, cruzando os aspetos estruturais com as ações específicas dos atores locais

no contexto do seu bairro, é possível compreender os processos em estudo na sua plenitude.

## SEGUNDA PARTE

### **Os Guineenses na Quinta do Mocho: percepção, apropriação e uso do território.**

*"O homem é parte da realidade, a realidade existe independentemente da vontade do homem, e o homem, na medida em que adquire consciência da realidade, na medida em que a realidade influencia a sua consciência, cria a sua consciência, ele pode adquirir a possibilidade de transformar a realidade a pouco e pouco."*

Amílcar Cabral, Unidade e luta, 1976

#### **4. O bairro da Quinta do Mocho e a sua génese.**

A história do bairro da Quinta do Mocho inscreve-se no complexo processo de reorganização territorial e social que caracterizou Portugal e principalmente a Área Metropolitana de Lisboa nas décadas 70, 80 e 90.

Como já destacámos na introdução, nos anos 70 e 80, ocorreu um crescimento significativo da população urbana, prolongando a dinâmica verificada no decénio anterior caracterizada por importantes migrações campo-cidade, a que se vieram juntar o retorno forçado das dezenas de milhar de portugueses residentes nas ex-colónias e um movimento crescente de imigrantes provenientes dos PALOP. Todo este processo veio gerar uma situação de carência habitacional significativa que, nesta fase, têm raízes nos anos 60 do século XX e se vai agravando progressivamente. De fato, um processo de concentração do investimento ligado à indústria e ao subsequente desenvolvimento dos serviços, foi contribuindo para o alargamento progressivo da oferta de trabalho em Lisboa e na sua envolvente<sup>17</sup>, tornando-a fortemente atrativa para quantos deixavam as

---

<sup>17</sup> A crise económica internacional dos anos 70 do século XX, que tem como ano de referência 1973 e a crise petrolífera, interrompeu este processo de dinamismo económico. Naturalmente, a alteração da situação económica portuguesa decorre também das profundas modificações, diretas e indiretas, que resultaram da implantação do regime democrático.

áreas rurais do País na procura de condições de trabalho melhores. Contextualmente, os anos 70 foram marcados pelo fim do Imperio colonial e, portanto, por uma rotura definitiva na organização política, económica, social e territorial do País. Essa rotura traduziu-se em importantes fluxos migratórios no final dos anos 70 e 80 caracterizados principalmente pelo regresso de portugueses das ex-colónias a que se juntaram o retorno de emigrantes e exilados provenientes sobretudo de destinos europeus como a França ou a Alemanha e um número crescente de imigrantes de origem africana, aos quais se juntariam, de modo progressivo, brasileiros, asiáticos e europeus (Malheiros, 1996).

Neste quadro, a Quinta do Mocho constitui um bom exemplo para ter uma ideia de todas as fases que caracterizaram a procura da habitação naquela altura, em particular pelos imigrantes (mas também pelos portugueses “retornados”). No caso dos imigrantes africanos, ocorria um complexo calvário composto por etapas quase sempre estandardizadas: chegada a Portugal, falta de emprego e condições sociais, em muitos casos relacionadas com a falta de documentos que possibilitassem o desempenho formal de um trabalho, o que, por sua vez, dificultava a obtenção de condições mínimas de vida e sobrevivência, apesar do frequente apoio por parte das redes sociais de conterrâneos. Tudo isso, como é óbvio, acabava por ter repercussões na possibilidade de escolher ou simplesmente encontrar um abrigo adequado. É nesta situação de grande precariedade e pressão demográfica, que em Lisboa se desenvolveram os chamados “bairros de lata”, ou na melhor das hipóteses, bairros de autoconstrução. Em muitas situações, como no caso da Quinta do Mocho, a necessidade e a procura de um abrigo transformou-se na ocupação de estruturas habitacionais semiconstruídas e abandonadas e sem condições nenhuma em termos de segurança, infraestruturas e equipamentos mínimos de saúde e higiene. Estes processos de ocupação tiraram partido das supracitadas redes sociais de conterrâneos, quer porque, sobretudo nas suas fases iniciais, os movimentos

incorporavam lógicas coletivas de entreajuda (na autoconstrução, na adaptação e delimitação dos espaços...), quer porque a chegada de novos residentes tinha como fonte de informação e apoio (por via da coabitação ou do arrendamento informal, por exemplo) as famílias e os indivíduos já instalados.

A Quinta do Mocho (hoje oficialmente rebatizada Terraços da Ponte) situa-se no Concelho de Loures (Área Metropolitana de Lisboa), que regista uma população residente de 205.054 habitantes, numa área de 168Km<sup>2</sup> (*Site* da Câmara Municipal de Loures: <http://www.cm-loures.pt/>). Este município inclui cerca de vinte bairros de habitação social situados em dez Freguesias, caracterizados por uma considerável variedade em termos de localização (incidência em zonas rurais e urbanas) e de população residente (etnias, estruturas demográficas...). Estes bairros possuem um total de 2437 fogos de habitação social, dos quais 2285 são fogos unifamiliares e 152 são fogos de unidades de realojamento (<http://www.cm-loures.pt/>).

Como relatam Baptista & Cordeiro (2002:23), «o concelho de Loures era, em 1991, o segundo mais populoso e o quarto mais densamente povoado do distrito de Lisboa (a seguir a Lisboa, Amadora e Oeiras).» [...] «Segundo dados do INE (Instituto Nacional de Estatística), em 1991, Loures era o terceiro concelho do distrito de Lisboa com maior número de estrangeiros, a seguir a Lisboa e a Cascais, e o terceiro com maior número de oriundos de países africanos, essencialmente das ex-colónias portuguesas, a seguir a Lisboa e a Amadora».

Durante o segundo processo de regularização de estrangeiros (de 11/06 a 11/12 de 1996), dada a importância da população imigrante aqui instalada, o concelho de Loures teve um centro de receção de pedidos, entre os 16 situados na área da Grande Lisboa, que contou com cerca de 13% (3.871) das solicitações recebidas pela Direção Regional

de Lisboa. Destacaram-se, então, os pedidos de angolanos, guineenses e, em menor quantidade, cabo-verdianos, são-tomenses, indianos e paquistaneses.»

Este concelho também é significativo em termos de diversidade étnica. Como relatam os autores, a partir dos dados sobre a imigração (GARSE 1995, CML), resulta que as principais etnias aqui instaladas são principalmente os africanos, ciganos e indianos, com uma substancial divisão entre freguesias, o que denota um elemento supletivo de segregação com base no grupo de pertença, que se cruza com diferentes acessibilidades relativamente à cidade de Lisboa. No conjunto dos bairros, a Quinta do Mocho é particularmente interessante pela concentração oriunda dos PALOP e pela variedade nacional e étnica, neste contexto. Contudo, parece importante destacar que na maioria desses conjuntos habitacionais, a componente multiétnica dos moradores não constitui, na maioria dos casos, fator de conflito, e que, aliás, as relações sociais são baseadas em laços de solidariedade e recíproco suporte (Baptista e Cordeiro, 2002).

A freguesia de Sacavém (Loures), à qual pertence o bairro da Quinta do Mocho, também tem uma história interessante em termos de ocupação e reorganização territorial. Na verdade, este território tem sido caracterizado por uma série de alterações administrativas: num primeiro momento, até 1989, Sacavém era uma única freguesia, juntamente com o território de Prior Velho. Como relata o site da junta de freguesia<sup>18</sup>, em 1989 deu-se a desagregação do Prior Velho que se tornou freguesia independente. Em consequência da reorganização administrativa do território operada em 2013, as duas administrações estão novamente agregadas, dando origem à União de Freguesias de Sacavém e Prior Velho.

A história da freguesia de Sacavém (elevada a cidade em 1997) também está interligada com a história da cidade de Lisboa. Quase totalmente destruída pelo terramoto de 1755,

---

<sup>18</sup> <http://www.uf-sacavemepriorvelho.pt/>

caracterizava-se até ao século XIX pelas atividades agrícolas e comerciais impulsionadas pela presença do rio. A população era, então, constituída essencialmente por trabalhadores rurais e pequenos artesãos. A partir das lutas liberais dos anos 30 do século XIX, com a expropriação das terras pertencentes à nobreza e uma fase precoce e limitada de industrialização, a freguesia sofreu uma alteração nas dinâmicas económicas. O melhor exemplo deste processo consistiu na instalação, no decénio de 50 da centúria de 1800, da Fábrica de Loiça que veio a ter um papel fundamental nas atividades económicas locais, constituindo fonte de atração para uma primeira onda de população migrante, proveniente principalmente do Alentejo<sup>19</sup>.

Relativamente ao Prior Velho, é considerado hoje uma das mais importantes áreas industriais e de armazenagem do concelho. O seu crescimento urbano iniciou-se a partir de meados do século passado, com a construção do aeroporto da Portela e da autoestrada do Norte, e foi nessa altura que começaram a instalar-se no território as primeiras unidades industriais, com um consequente aumento populacional. A particular conformação desta localidade, no limite exterior da cidade de Lisboa, conjuga em si diferentes elementos de atração, em termos de possibilidades de trabalho e de acessibilidade ao mercado imobiliário, tanto que registou um crescimento constante a nível demográfico (Aniceto et al., 2005).

O bairro da Quinta do Mocho está inserido nesse contexto, numa zona de interseção com a União de Freguesias de Camarate, Unhos e Apelação (Fig.4)

---

<sup>19</sup> A Fábrica de Loiça de Sacavém laborou mais de 120 anos, tendo encerrado em 1983.  
<http://www.uf-sacavempriorvelho.pt/>



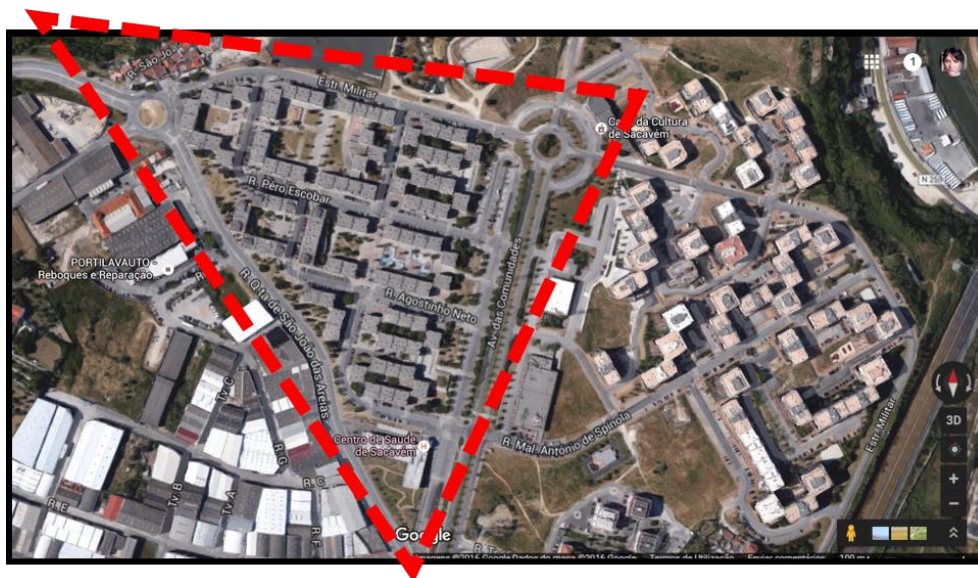


Fig. 4: Quinta do Mocho: foto aérea, (fonte: Google Map, 2016)

A sua génese remonta à segunda metade dos anos 60 quando uma empresa de construção civil, a Jota Pimenta, obteve autorização por parte da Câmara Municipal de Loures para a realização de quatro edifícios de mais de dez andares - um complexo de 1500 fogos de habitação comercial – a que se juntavam mais 400 alojamentos de carácter social (Malheiros, 1996). Não obstante a aprovação definitiva do projeto em 1969, a realização do mesmo sofreu atrasos e interrupções por causa da falta de acordo entre a empresa construtora e os atores políticos envolvidos, até chegar a um ponto de rutura na pós-revolução. Como relata o autor, em 1975, os terrenos e os imóveis são declarados de utilidade pública e transitam para outra empresa construtora, devido ao fim do financiamento. No ano seguinte, a situação inverte-se, mas nos quatro anos posteriores as passagens de uma construtora a outra acabaram para atrasar as obras, até que, em 1979, os terrenos cessaram de ser de interesse público e a empresa original retomou posse da propriedade. Todavia, os problemas burocráticos e de propriedade mantiveram-se por mais dez anos, até que em 1988 «o Banco Fonsecas & Burnay (BFB) tomou posse de 2/3 da propriedade como forma de pagamento de empréstimos bancários contraídos pela empresa construtora» (Malheiros, 1999:74). Porém, nem esta

situação proporciona um desfecho positivo. A aprovação da primeira fase do loteamento (previsto para 480 fogos) não foi levada à prática, visto que não haveria autorização para levar a cabo a segunda fase do mesmo (prevista para 1477 fogos) por parte da Comissão da Coordenação de Lisboa e Vale do Tejo e da Direção Geral do Ordenamento do Território (Esteves, 2004; Malheiros, 1999).

Note-se que, ao longo de todos estes anos, algumas das fases de construção ocorreram efetivamente, tendo as estruturas de alguns edifícios sido levantadas, enquanto outros chegavam a atingir uma situação próxima de “toscos”, com paredes de tijolo construídas. Face às dificuldades de obter habitação que atrás se descreveram, começou a verificar-se uma progressiva ocupação e adaptação dos edifícios semiconstruídos, sobretudo por famílias oriundas dos PALOP. Às 63 famílias contabilizadas em 1989 viriam a juntar-se muitas outras. Note-se que o censo de 1991 já conta 296 famílias (1093 indivíduos) e os registos do PER em 1993 registam 447 famílias (1495 indivíduos). Face às precárias condições de habitação verificadas, ao crescimento contínuo da população e às tensões com os bairros envolventes, a Câmara Municipal de Loures viu-se obrigada a alargar e acelerar o processo de realojamento das populações no âmbito do Programa Especial de Realojamento (Decreto-Lei nº 163/93, de 7 de maio), de forma a incluir todos residentes na Quinta do Mocho. Assim, em 1997, a Divisão Municipal de Habitação da Câmara Municipal de Loures fez uma última contagem da população presente que identificou cerca 3500 pessoas. O realojamento foi concluído em duas fases, uma realizada no mês de abril de 2000 e outra em março de 2002.

Entre 2004 e 2005, a Câmara Municipal de Loures realizou nos bairros sociais do município um “Estudo Sociológico da População Residente em Bairros Municipais”, com o objetivo de obter uma caracterização social, demográfica e profissional das

populações aqui residentes. De acordo com este estudo, realizado pelo Gabinete de Intervenção Local do Mocho, 92% dos seus moradores são naturais dos PALOP. Os dois grupos maioritários são de origem angolana e são-tomense, representando, em conjunto, mais de metade da população do bairro, seguidos dos indivíduos de origem cabo-verdiana e guineense (15% cada). O estudo mostra-nos ainda que a população da Urbanização Terraços da Ponte é maioritariamente jovem/adulta, entre os 31 e os 50 anos. O grupo seguinte mais representado, apresenta idades entre os 21 e os 30 anos.

Dos prédios inicialmente ocupados pelos migrantes restam apenas alguns registos fotográficos (Fig. 5) e relatos de um conjunto de cidadãos provenientes dos PALOP, alguns com nacionalidade portuguesa, apresentando um micro-padrão específico de organização étnico-espacial. «Nas barracas predominam os cabo-verdianos, habitantes mais antigos do Bairro, com algumas pessoas já instaladas há quase vinte anos; no edifício correspondente aos lotes 1, 2 e 3, que regista o estado de construção mais avançado, estão instalados os guineenses, sendo os são-tomenses maioritários no edifício dos blocos 5 a 8, e os angolanos nos lotes 9 a 12, que contactam diretamente com os prédios da vizinha urbanização da Quinta Nova» (Malheiros, 1999: 75).



Fig. 5: Quinta do Mocho “Velho” (Fonte: <http://www.skyscrapercity.com>, 1989)

A nova designação do bairro não é de todo consensual. Aprovada em Julho/Agosto de 2008, com o topónimo de “Terraços da Ponte”, refere-se sobretudo à construção de condomínios de luxo destinados ao mercado comercial (Fig. 6) e realizados no local dos antigos prédios ocupados (Mocho Velho).

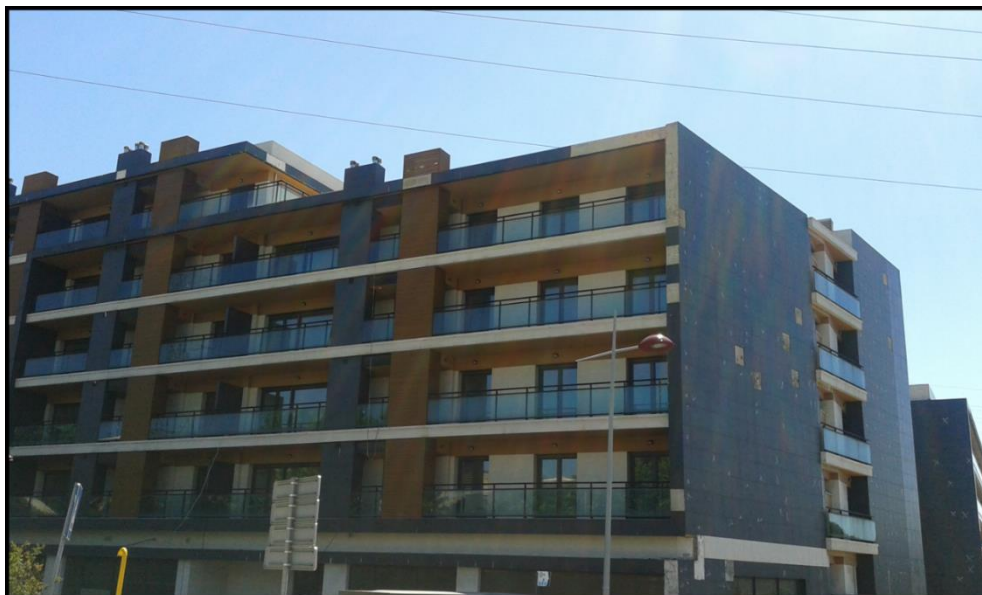


Fig. 6: Terraços da Ponte, prédio de luxo (Fonte: própria, Terraços da Ponte, 2016)

A dicotomia entre as duas áreas atuais do bairro – a zona de habitação comercial e o bairro social (Fig. 7), mantem-se não apenas na denominação - “Mocho Velho” e a atual Quinta do Mocho versus a nova “Terraços da Ponte”, mas também concretamente nas caraterísticas e funções.





Fig. 7: Quinta do Mocho (fonte: <http://www.record.xl.pt/>, dezembro 2015)

É importante destacar que a separação entre Quinta do Mocho e Terraços da Ponte, evidencia-se tanto de um ponto de vista simbólico, como de um ponto de vista estrutural. Já a partir dos relatos dos entrevistados, é possível evidenciar como de um ponto de vista simbólico, os espaços de Mocho Velho são representados de forma algo adoçada. As estratégias desenvolvidas naquela altura são relatadas hoje não só como práticas diárias de sobrevivência, mas também como instrumentos de agregação e solidariedade pela comunidade, incluindo organização de festas, rituais simbólicos, etc. Refira-se que, apesar das mudanças e do realojamento de algumas famílias noutros locais, diversos destes laços de solidariedade e vizinhança se mantiveram também na Quinta do Mocho – bairro de realojamento – e que, como relatam Ramalho e Trovão (2010:45), estes não são motivados exclusivamente pelas pertenças étnicas, religiosas e nacionais, mas sobretudo «pelos laços de família, amizade e vizinhança transportados dos países».

Relativamente ao bairro de realojamento, portanto, de acordo com Ramalho e Trovão (2010), as novas infraestruturas presentes no bairro e os equipamentos permitem – se bem que parcialmente – o desenvolvimento de algumas atividades comerciais e associativas dos moradores. Mais, existem espaços utilizados para práticas de lazer, educação e funções religiosas (seja para católicos, seja para muçulmanos).

O processo de realojamento, e sobretudo a convivência no “Mocho Velho”, alimentou um forte sentido de solidariedade e organização entre os moradores do bairro, o que levou à criação de diferentes organizações com base cultural e às vezes étnica (isto também devido à presença de uma conflitualidade entre reivindicações étnicas e de interesses particulares). Uma das mais antigas, como relatam os autores, é a Associação Unida e Cultural da Quinta do Mocho, que nasce em 1994, precisamente para representar e reivindicar os interesses dos moradores no acesso à habitação, sendo o seu presidente, atualmente, um dos líderes dos guineenses residentes no Bairro. A associação está relacionada com outros projetos com finalidades e objetivos específicos e é uma das associações reconhecidas e apoiadas pelo Alto Comissariado para as Migrações.

Ao mesmo tempo, os recentes edifícios dos condomínios fechados, construídos nas áreas do antigo Mocho Velho, constituem uma ilha de auto-segregação. Esta divisão não é apenas fruto de lógicas de autorrepresentação, mas fisicamente concretiza-se por um lado na diferente tipologia arquitetónica (bairro de realojamento vs condomínio fechado) e, por outro, na diferente composição étnica e social. De fato, apesar da nomenclatura “Terraços da Ponte” ser extensiva à Quinta do Mocho, as duas áreas são distintas tanto nos espaços como na origem geográfica dos residentes. Se 92% dos moradores da Quinta do Mocho são naturais dos PALOP (Estudo Sociológico da População Residente em Bairros Municipais realizado pelo Gabinete de Intervenção

Local do Mocho, da Câmara Municipal de Loures em 2004-2005), os prédios de Terraços da Ponte são destinados a um modelo de moradores completamente distinto. Como também é possível destacar a partir de algumas iniciativas de carácter privado (veja-se, a título de exemplo, a “Associação de Moradores e Comerciantes da Urbanização Terraços da Ponte<sup>20</sup>”, cujo objetivo é *“Defender, preservar e pugnar pela melhoria das condições urbanísticas, ambientais e de qualidade de vida, seja através da negociação com as entidades responsáveis, seja através de ações judiciais que tenham em vista interesses comuns dos seus associados”*), os condomínios de luxo da Urbanização são evidentemente destinados a moradores “brancos” e com um alto nível de vida.

A divisão entre as duas áreas é também marcada fisicamente no espaço público pelo efeito “de corte” introduzido pela Avenida das Comunidades (Fig. 8).



Fig. 8: Avenida das Comunidades que divide a Quinta do Mocho (bairro social) dos Terraços da Ponte (urbanização privada comercial) (Fonte: própria, Quinta do Mocho 2016)

---

<sup>20</sup> <http://www.amcutp.pt/>

## **5. Objetivos principais da investigação.**

Como referido no início, a presente dissertação tem como objetivo mostrar de um ponto de vista qualitativo, como e de que forma os migrantes presentes no território português - nomeadamente os guineenses presentes no bairro de realojamento da Quinta do Mocho – reterritorializam o espaço público e privado. Em particular, a investigação foi dirigida a verificar qual é a perceção do território no país de acolhimento; quais as formas de apropriação do espaço público e do espaço doméstico; e, relativamente ao uso do espaço público, quais são as lógicas que levam a preferir algumas áreas da metrópole em relação a determinadas funções e objetivos, e quais são as diferenças nas dinâmicas de acesso ao espaço urbano em geral e ao espaço do bairro.

Com estes objetivos, foram identificadas no Bairro da Quinta do Mocho vinte pessoas, divididas primariamente em dois macro grupos “adultos” e “jovens” e tendo em conta simultaneamente as diferenças de género: homens e mulheres adultos, homens e mulheres jovens. O objetivo dessa divisão não foi apenas a comparação entre duas gerações, mas foi dirigida sobretudo a verificar, quando possível, a relação com e a influência que o país de origem ainda exerce sobre a bagagem cultural dos migrantes, e consequentemente como isto se reproduz nas dinâmicas de reterritorialização (simbólica e material) no país de acolhimento. Com esta finalidade, os dois grupos foram estabelecidos de forma bastante flexível relativamente à idade, valorizando sobretudo o percurso migratório de cada participante. Com um mínimo de 13 anos para os mais novos, até um máximo de 70 anos para os adultos, os dois grupos foram divididos sobretudo com base no momento de chegada a Portugal e com o tempo de vivência na Guiné-Bissau, o que determinou uma divisão substancial entre a primeira geração de migrantes e a segunda: entre quem morou no “Mocho Velho” e quem só viveu no bairro



de realojamento. As entrevistas foram realizadas entre o mês de junho 2015 e o mês de maio 2016, no entanto que a observação ocorreu entre os meses de maio e junho 2016.

### 5.1 Primeiros contatos com os migrantes e escolha da metodologia de investigação.

A partir de uma primeira fase exploratória em que foram examinadas as fontes secundárias e a literatura relativa aos temas principais indagados nesta dissertação, foram identificados e selecionados os participantes e escolhidos os métodos de investigação.

Relativamente à primeira questão, os elementos mais condicionadores foram a idade e o sexo dos entrevistados. Relativamente à idade, é necessário destacar que, como relata o *site* da Câmara Municipal de Loures, 50% da população do bairro tem menos de 29 anos, o que dificultou o contacto com a primeira geração de migrantes. O segundo fator de condicionamento diz respeito à dificuldade nos contatos com as mulheres adultas, seja por causa de uma menor presença no bairro, seja por causa dos seus horários e locais de trabalho.

Foi desde o início evidente, portanto, que, para poder compreender mais aprofundadamente as dinâmicas sociais do bairro, era necessário ativar diferentes formas de interação com os entrevistados. Relativamente aos mais novos, foi possível, através do projeto “Esperança”, entrar em contato com a maioria deles. O projeto, identificado pelos moradores na sua sede definida como o “SPOT”<sup>21</sup> é dirigido a

---

<sup>21</sup> O projeto é inteiramente financiado pelo ACIDI – atual ACM - e oferece um serviço completamente gratuito, também pelas atividades organizadas. «Por isso, a AUCQM recebe muitos pedidos de inscrição por parte das famílias, para os quais não têm capacidade de resposta, nem em termos de recursos humanos nem de infraestruturas. Mesmo o espaço de que dispõem, uma pequena sala quadrada, é escrupulosamente gerido de acordo com diferentes horários de utilização mediante as idades dos utilizadores (isto porque os mais novos não se querem misturar com os mais velhos e vice-versa). Ao

crianças e jovens adultos entre os 6 e os 24 anos. O espaço do projeto acolhe os jovens sobretudo em horários da tarde, e oferece um lugar de encontro, diversão e apoio ao estudo. Os rapazes podem frequentar os espaços do projeto livremente, sobretudo nos horários pós-escolares, quando recebem apoio e podem usufruir dos equipamentos e materiais do espaço (livros, computadores, etc.).

Isto permitiu-me entrevistar 10 jovens, 6 rapazes e 4 raparigas. A escolha nesse caso recaiu sobre as entrevistas semiabertas, dirigidas a partir de um inquérito-guião (ver anexo). As entrevistas foram desenvolvidas todas pessoalmente, menos num caso, em que o formulário foi enviado através do correio eletrónico. Os dez jovens, tanto maiores como menores de idade, ficaram completamente anónimos, e não houve gravação, mas apenas uma transcrição direta das respostas deles; no entanto, no caso da entrevista via *email*, o entrevistado procedeu à compilação do mesmo. Os dez entrevistados forneceram informações pessoais relativamente à idade e ao momento de chegada a Portugal (quem não nasceu no País).

A abordagem com os adultos foi mais complexa, e passou sobretudo pela construção de relações mais pessoais com os participantes. Depois de uma primeira investigação exploratória, percebi que a estratégia adotada com a segunda geração não iria funcionar com a primeira. Decidi, portanto, para este grupo, adotar a estratégia da observação

---

serviço do projeto encontram-se cinco técnicos pagos: uma coordenadora, um mediador, um animador, um técnico de informática e uma psicóloga. Às sextas-feiras reúnem-se para tratar de questões administrativas e organizar trabalho. Duas vezes por semana saem para a rua para falar com as famílias, entre as 18 e as 20 horas, na altura em que o bairro ganha algum dinamismo pelas pessoas que regressam dos seus locais de trabalho. [...] O objetivo é identificar jovens com problemas e encaminhá-los para as atividades ou para as formações e encontros específicos que vão organizando. A maioria dos jovens que integra o projeto vem de famílias monoparentais. As reuniões de pais são unicamente frequentadas pelas mães. Também estas reuniões têm sofrido alterações desde o início do projeto. Há sete anos atrás, quando a coordenadora abraçou o projeto, apenas uma ou duas mães apareciam, agora conseguem juntar-se à volta de 50. A coordenadora justifica a adesão com os laços que se foram construindo, e com o reconhecimento que o seu trabalho foi obtendo, tanto por parte dos moradores como de outras entidades, com quem, entretanto, foi juntando sinergias. [...] (Outros projetos organizados são): gravação do CD de *hip hop*; formação sobre Educação Parental, dirigido aos pais; ações de formação e esclarecimento sobre planeamento familiar, sexualidade, em colaboração com o centro de saúde, etc.» (Ramalho & Trovão, 2010:45-47 e seguintes)

participante. Devido à impossibilidade de seguir os participantes ao longo do dia e nos respetivos lugares de trabalho, a observação teve essencialmente lugar nos dias de descanso, em particular nos domingos, e isto permitiu-me frequentar o espaço doméstico na Quinta do Mocho e observar sobretudo as dinâmicas familiares e, mais em geral, sociais e de amizade presentes no Bairro.

Este grupo foi mais heterogéneo na composição porque através dos laços ainda presentes dentro da comunidade que hoje vive na Quinta do Mocho, foi possível entrar em contato também com os primeiros moradores do “Mocho Velho”, que durante o processo de realojamento foram deslocados para bairros diferentes. Também neste caso, a maioria dos participantes foi masculina, com uma relação de 7 homens e 3 mulheres. Apresenta-se de seguida o quadro de síntese dos participantes (quadro 5):

	NOME	SEXO	IDADE	DESCRIÇÃO DO GRUPO
JOVENS	1. Y.	H	25	Este grupo foi selecionado tendo em conta a origem guineense. No caso das raparigas e do rapaz mais novo, falamos de jovens nascido em Portugal. Os outros cresceram ou de facto passaram a parte principal da vida deles em Portugal ou em outros destinos migratórios fora da Guiné. Contudo, nestes últimos casos, o laço identitário permanece através da reconstrução da narrativa familiar (pais guineenses – pelo menos um)
	2 K.	H	35	
	3 D.	H	23	
	4 M.	H	15	
	5 A.	H	18	
	6 C.	H	20	
	7 A.	M	13	
	8 S.	M	14	
	9 T.	M	13	
	10 Z.	M	13	
ADULTOS	11 T.	H	60	Este grupo foi selecionado a partir do contato principal (T. 60 anos) que me permitiu desenvolver a observação participante. Portanto a escolha dos participantes consistiu numa seleção dos relatos dos primeiros moradores de Mocho Velho, atualmente residentes ou que frequentam regularmente o bairro.
	12 K.	H	55	
	13 J.	H	45	
	14 D.	H	48	
	15 C	H	50	
	16 M	H	51	
	17 A.	H	59	
	18 K	M	55	
	19 S	M	45	
	20 M	M	50	

Quadro 5: Síntese dos participantes (elaboração própria)

## 5.2 Recolha de dados: pesquisa qualitativa, entrevistas semiabertas, observação participante.

De acordo com Yin (2016:68), uma pesquisa qualitativa permite «a realização de estudos aprofundados sobre uma ampla variedade de tópicos» e tem geralmente algumas características próprias: «estudar o significado da vida das pessoas; representar as opiniões e perspectivas [...] dos participantes de um estudo; abranger as condições contextuais em que as pessoas vivem; contribuir com revelações sobre conceitos existentes ou emergentes [...]; (o uso de) múltiplas fontes de evidência.» Nesta perspectiva, uma pesquisa qualitativa tem tudo a ver com as formas através das quais é possível definir a realidade. Como relata Stake (1999), de fato, cada processo dirigido ao conhecimento da realidade, leva inevitavelmente à sua interpretação e representação, e não apenas à sua avaliação. Contrariamente às lógicas quantitativas, uma investigação qualitativa vai além do “reconhecimento” do conhecimento, para chegar à sua “construção”, numa dinâmica que afeta também o papel do investigador e a sua mais ou menos direta ligação com a realidade investigada.

Relativamente à moldura que deve encaixar uma investigação qualitativa, alguns autores também destacam a importância do estudo de caso como estratégia de investigação. Entre outros, Gerring (2004) sublinha a importância dos estudos de caso quando a investigação é delimitada numa área determinada e num período de tempo definido. Esta abordagem permite de fato de analisar um evento contemporâneo e real permitindo ao investigador dar espaço ao elemento da descrição, mas também a possibilidade de testar teorias ou acrescentar elementos teóricos inovadores.

Relativamente às estratégias utilizadas para recolha de dados e informações, no presente trabalho, além da análise das fontes, foram privilegiadas as entrevistas semiestruturadas e a observação participante.

### *Entrevistas semiestruturadas*

Segundo Yin (2016), as entrevistas são instrumentos privilegiados na recolha de informações, sobretudo no âmbito dos estudos de caso. Na investigação de tipo qualitativo, de fato, as entrevistas permitem ao investigador perceber as diferenças na interpretação que as pessoas fazem da realidade, e, portanto, alimenta aquela construção e interpretação do conhecimento de que fala Stake (1999). Já a partir dos estudos sociológicos e antropológicos dos anos 70, da escola de Chicago e não só, foram estruturadas diferentes tipologias de entrevista. Como o objetivo de uma investigação de tipo qualitativo não é apenas uma recolha de dados objetivos, mas é a perceção da realidade na sua complexidade, é necessário em muitos casos que a fase da entrevista garanta ao participante uma maior flexibilidade na possibilidade de responder. Instrumentos como os inquéritos, por exemplo, sobretudo quando constituídos principalmente por perguntas fechadas, nem sempre permitem ao entrevistado a liberdade de expressar de forma mais aprofundada o seu ponto de vista ou as suas experiências. Nessa perspetiva, as chamadas entrevistas “semiestruturadas ou qualitativas” são particularmente úteis por duas razões principais: deixam o investigador conduzir e manter o objeto da sua investigação através o uso de um protocolo de investigação, mas ao mesmo tempo permitem que o entrevistado possa fornecer informações na forma que mais lhe agrada. De acordo com alguns autores, na entrevista qualitativa «a relação entre pesquisador e o participante não segue um roteiro rígido. [...] (O) pesquisador qualitativo não tenta adotar um comportamento ou conduta uniforme em todas as entrevistas (Yin, 2016:119), criando assim um relacionamento

social com cada entrevistado. Todavia, é necessário destacar que esta forma mais livre e coloquial de dirigir as entrevistas não afeta a recolha de dados, desde que o investigador mantenha uma atitude rigorosa: de acordo com o autor, o investigador deverá não ser demasiado diretivo e manter-se neutro em relação ao assunto investigado, construindo passo a passo e em função das respostas obtidas, a sua relação com o entrevistado.

### *Observação participante*

Como já destacámos, no âmbito de uma investigação de tipo qualitativo, a relação entre investigador e entrevistados tem um peso muito maior do que numa investigação de tipo quantitativo. Sobretudo adotando determinadas estratégias de recolha de dados, a presença do investigador no ambiente investigado e o seu comportamento podem não apenas alterar o bom êxito da pesquisa como impedi-lo completamente.

A observação é um instrumento muito interessante, não apenas para recolher informações, mas também para avaliar os dados obtidos na perspetiva do pesquisador, permitindo perceber a realidade na sua complexidade. No ato de observar, o investigador pode manter diferentes níveis de passividade, de forma a controlar os elementos subjetivos na descrição da realidade. «Qualquer que seja o grau de passividade, os métodos observacionais mais formais normalmente vão incluir um instrumento (observacional) formal e a identificação de um conjunto de ocasiões para fazer a observação [...]» (Yin, 2016:127)

Todavia, um dos elementos debatidos na literatura é também o grau de reflexibilidade, ou seja, de influência que o observador acaba por ter sobre o objeto de investigação. Ao contrário das observações conduzidas no mundo físico, nos estudos sociais a presença do investigador «terá uma influência desconhecida sobre as outras pessoas» (Yin, 2016:130). Neste sentido, quanto maior é a passividade do investigador, maior será a

possibilidade de reduzir a subjetividade. Todavia, numa abordagem construtivista, a interação entre investigador e objeto de investigação pode também alimentar e coadjuvar o processo interpretativo da realidade. De acordo com muitos autores (Flick, 2008; Yin, 2016), a participação na observação constitui um método de recolha de dados dinâmico, no qual a interação por parte do investigador pode influenciar o objeto de observação, tornando o próprio pesquisador como parte da realidade observada.

No âmbito dos estudos de caso, portanto, «a ideia de participação não é absoluta e podem ocorrer diferentes graus de implicação por parte do investigador. Assim, na mesma investigação, a participação do investigador pode variar conforme a necessidade e as circunstâncias, podendo a participação ser baixa em alguns momentos e, noutros momentos, ser mais alta.» (Meirinhos & Osório, 2010:61). De acordo com os autores, «apesar de se colocar o problema da interferência, a implicação apresenta também vantagens, tais como uma maior aproximação à realidade dos dados, uma melhor compreensão das motivações das pessoas e uma maior facilidade na interpretação das variáveis do contexto de estudo.» (idem: 61)

## 6 Análise de resultados I: percepção do espaço

Relativamente ao primeiro eixo de análise, um dos objetivos da presente dissertação foi analisar de que forma é percebido o espaço urbano (seja no bairro, seja na cidade de Lisboa) e quais são as componentes socioculturais que alimentam este processo.

Com esta finalidade, a primeira parte do guião que orientou as entrevistas semiabertas foi dedicado à identificação das componentes mais representativas do processo de percepção do território, ou seja, os elementos percebidos a nível sensorial pelos entrevistados. O conceito geográfico de “paisagem” (veja-se parágrafo 2.2 da presente dissertação) funcionou como moldura, como a estrutura onde encaixar os sentidos dos participantes, e destacar assim uma diferença entre contextos territoriais que conseguem transmitir uma sensação de *bem-estar*, *harmonia* e *pertença/familiaridade* versus espaços pouco confortáveis e desagradáveis, e as razões destas escolhas.

Portanto, a partir de uma tentativa de definição do conceito de paisagem por parte dos entrevistados, foram escolhidos três eixos principais que permitissem uma análise mais detalhada. O primeiro foi a identificação dos elementos que determinam a representação e a percepção dos aspetos mais propriamente estéticos do território, a sua beleza e agradabilidade. Um segundo eixo consistiu na análise dos elementos sensoriais ligados aos “sons”, através da distinção entre sons positivos e negativos, e os respetivos lugares a eles associados. Esta parte das entrevistas permitiu uma reflexão, se bem que apenas inicial, sobre o conceito de *soundscape*, e sobre a relação entre sons e lugar. Por fim, o terceiro eixo, sempre ligado às sensações físicas que os espaços proporcionam, foi dirigido à identificação “dos cheiros”, distinguidos entre positivos e negativos, e aos lugares a eles associados, o que será definido como *smellscape*.



A análise dos elementos sensoriais, caracterizados por uma notável componente de subjetividade, foi conduzida numa abordagem construtivista e qualitativa que vê a análise da realidade como o resultado da interação entre o sujeito observante e agente, e o objeto físico, ou seja, enquanto resultado dessa ligação indissociável e dinâmica, que nem sempre pode ser explicada apenas através de uma abordagem quantitativa (Kauark et al., 2010).

### 6.1 Paisagem, *soundscape*, *smellscape* para os “jovens”

#### *Paisagem*

Relativamente ao conceito geral de paisagem, os participantes responderam a perguntas relativas à própria ideia de paisagem, e foram encorajados a oferecer uma definição. Mais, foram convidados a escolher três lugares com base na sensação de beleza e bem-estar e a indicar as razões<sup>22</sup> da própria escolha.

Foi curioso constatar que no processo de identificação entre espaço real e a ideia de paisagem, o elemento da *natureza* foi presente e preponderante em todas as respostas. Seja entre os rapazes, seja entre as raparigas, a presença de espaços “verdes” - como parques ou jardins – ou do mar (as praias de Caparica e Carcavelos, por exemplo), condicionou a escolha dos lugares preferidos.

«*Através da natureza eu consigo desenvolver os meus talentos. Sobretudo desenhar e escrever música. A natureza dá-me ânimo de fazer o que sei fazer*» Y. 25 anos (h)

---

<sup>22</sup> Ver inquérito completo em anexo.

Note-se que, se tivermos em conta, quer o tipo de informação frequentemente veiculado através da internet e consumido por estes jovens, quer a própria formação escolar, não é de admirar esta identificação de paisagem com natureza. Efetivamente, ao longo de todo século XX, a associação da paisagem aos elementos ecológicos e naturais foi de certa forma dominante (Mela et al, 2001) e muitas vezes difundida nos diferentes níveis do sistema educativo (Bernardes, 2010), não sendo, pois, surpreendente que os jovens continuem a fazer este tipo de leituras, até porque conceitos e interpretações muito enraizados têm dificuldade em alterar-se.

Para além da constatação que se acaba de fazer, há um segundo aspeto que merece destaque e que é mais evidente entre o grupo das raparigas (duas entre quatro; nos rapazes, dois entre seis). Na verdade, o elemento arquitetónico também teve uma certa relevância nas respostas, sobretudo no que respeita aos locais que permitem uma visualização do conjunto complexo da cidade, como os miradouros (São Pedro a Alcântara; Amadora Este), ou que conseguem combinar elementos arquitetónicos e elementos da natureza (Belém).

No entanto, nem a proximidade, nem a pertença à cidade de Lisboa, entendida aqui enquanto metrópole e não nos seus limites administrativos, parecem ter alguma ligação com a ideia de paisagem ou de bem-estar; aliás, a maioria dos sítios indicados ficam fora do centro da cidade ou do bairro.

### *Soundscales*

Um dos objetivos deste primeiro eixo de investigação, foi sobretudo tentar definir e perceber uma diferença entre qualidade e não-qualidade dos lugares. A definição de paisagem na sua componente mais ampla não é suficiente para a definição da qualidade dos lugares dos quais se “gosta” no dia-a-dia. É por isso que esta categoria central foi

acompanhada por duas dimensões adicionais, que podem ajudar na definição do processo de percepção.

A primeira destas componentes tem a ver com a ligação entre sons e lugares, o já mencionado *soundscape*. A construção e a identificação de uma paisagem sonora, passa por vários aspetos que envolvem diferentes disciplinas e componentes.

Um dos precursores no estudo das paisagens sonoras e das formas como afetam e alteram a capacidade de percepção dos indivíduos é R. Murray Schafer, que já em 1977 publicou um livro titulado “*The Tuning of the world*”. Nesse livro, Schafer faz uma crono-história da evolução dos diferentes contextos sonoros, a partir das paisagens sonoras naturais, passando pelas alterações provocadas pelo nascimento das cidades e sucessivamente pelas revoluções industriais e elétrica. Ao mesmo tempo, o autor relata como os diferentes contextos de audição alteram as formas de perceber a paisagem sonora e a receção dos sons, não apenas de um ponto de vista físico, mas também simbólico e cultural.

Como destacam Cain et al. (2008), um *soundscape* é constituído, de fato, por duas componentes principais: o “*sound*” e a “*scape*”. Isto quer dizer que por um lado é construído a partir das fontes de produção sonoras e das formas de receção dos sons (e neste aspeto, podem ser incluídas todas aquelas disciplinas que se ocupam de sons de um ponto de vista técnico-científico como a acústica, fisiologia etc.) incluindo, por outro lado, a componente que define o lado mais propriamente ligado à percepção, a *scape*, que tem a ver com as relações que os sujeitos interlaçam com as fontes de produção sonora. A análise das paisagens sonoras relaciona-se, de fato, com uma série de componentes subjetivas que condicionam a percepção do auditor. Por exemplo, a associação entre som e estado emocional; as memórias associadas a determinadas

sonoridades; as diferenças entre os contextos de audição (por exemplo: o ambiente urbano versus o ambiente rural); as atividades desenvolvidas no momento da audição, etc. (Cain et al., 2008). A percepção de uma *soundscape*, está, portanto, influenciada pelos fatores demográficos (quem é o sujeito auditor), temporal (quando os sons são ouvidos e no âmbito de que atividades) e espacial (onde é que os sons são percebidos), condicionando e caracterizando os sons enquanto positivos ou negativos

Os participantes foram, portanto, convidados a fazer uma distinção principal entre sons positivos e sons negativos, e, conseqüentemente, a fazer uma associação entre os sons mais frequentemente ouvidos no dia-a-dia e os respectivos lugares.

Apesar de ser uma análise de elementos quase exclusivamente caracterizados por sentidos individuais e subjetivos dos entrevistados, foi possível encontrar padrões comuns na definição da qualidade dos sons, seja, tanto para os sons negativos como para os sons positivos. Em particular, as atividades desenvolvidas ao longo da audição, são determinantes para que os sons sejam recebidos como positivos ou negativos. Nesse sentido, os sons podem ser classificados também com base nas fontes de proveniência: distinguimos, assim, sons “de fundo”, “previsíveis”, “inesperados” etc. Quanto maior é a intencionalidade da audição, tanto maior será a probabilidade que os sons ouvidos sejam percebidos como positivos (Cain et al. 2008:8).

Relativamente aos sons positivos, comum a todos os entrevistados foi a *música*, ouvida individualmente, através dos *smartphones* ou outros dispositivos eletrônicos; ou coletivamente, por exemplo em grupo entre amigos nos momentos de convívio.

Já relativamente à música, Schafer (1977) relata-a como o elemento chave da percepção auditiva, e de como a própria forma de perceber ou não determinadas características, (como por exemplo a intensidade ao longo de uma execução) tem também

correspondência com determinadas culturas. Um dos exemplos relatados por Schafer, também conhecido graças ao famoso livro de Chatwin “*The songlines*” (1986), tem a ver com um grupo de aborígenes australianos. Efetivamente, quando a etnomusicóloga Catherine Ellis pedia para eles diminuírem a intensidade da música, eles «simplesmente paravam de tocar» (Schafer, 1977:218).

A música, de fato, representou entre os outros sons positivos, o elemento acústico que permitiu realçar a maioria das reflexões não apenas em relação aos lugares de audição (diferentes com base nas modalidades de audição: individual ou coletiva), mas também em relação às características próprias dos entrevistados.

Relativamente à primeira questão, a partir dos relatos dos entrevistados, foi possível destacar como a música permite uma relação polivalente com os lugares: de fato, sendo possível ouvi-la e “transportá-la” através dos dispositivos móveis, é um elemento sonoro que pode ser associado a qualquer lugar; isto sobretudo quando a sua fruição é individual. Nesse caso, e voltando a sublinhar a relação entre as atividades desenvolvidas e os sons associados, destaca-se que os lugares privilegiados de audição são a própria habitação e os momentos de deslocação entre uma atividade e outra (por exemplo, o trajeto de casa para a escola ou para o trabalho).

Ao mesmo tempo, sobretudo quando a fruição é coletiva, a escolha do lugar de audição é determinada pelo estilo da música ouvida e pelo género/idade dos auditores. Mais uma vez, as atividades desenvolvidas determinam o lugar de audição: os lugares públicos como teatros, discotecas etc., relacionados com uma função de lazer, são escolhidos exclusivamente pelos rapazes com uma idade superior a 20 anos.

Relativamente ao estilo musical, isto está também muito relacionado com as diferenças de género, e leva-nos a ulteriores reflexões. Por exemplo, há alguns estilos musicais,

como o rap e o hip-hop, que não são apenas ouvidos, mas também tocados e realizados pelos próprios participantes, que são escolhidos exclusivamente pelos rapazes (as raparigas preferem outros géneros musicais). Esta escolha determina, sobretudo quando são os jovens a tocar, a seleção do lugar da execução/audição (um dos sítios de encontro do bairro, ou espaços predispostos para a realização de música, sempre no bairro) e não é nada casual. Estes estilos musicais, de fato, ouvidos quase exclusivamente de forma coletiva, fazem parte do complexo processo de construção e reconstrução da identidade multicultural e social dos jovens. A música acaba por ser para eles um elemento simbólico de reivindicação social e de reafirmação da identidade africana.

*«Eu ouço música continuamente, andando ao trabalho, na rua. Mas só a nossa música, a música africana, não a música tuga» A. 18 anos (h)*

Além disso, o aspeto coletivo da fruição, garante o acesso aos pontos de agregação no bairro, espaços que ganham particular importância (como por exemplo o SPOT) não apenas enquanto lugares onde é possível tocar ou simplesmente ouvir esta tipologia de música, mas sobretudo porque são representativos de uma nova imagem do bairro.

*«Canto só música rap, porque alimenta o sentimento de união» Y. 25 anos (h)*

Esta música, e os lugares do bairro nos quais é praticada, são instrumentos de uma reivindicação social e identitária: por um lado, a afirmação da cultura africana em contraste com a sociedade portuguesa. Por outro lado, o que é também significativo, constitui a afirmação de uma forma nova de viver e habitar o bairro, em contraste com uma representação estereotipada dos jovens das periferias. Nesse sentido, a música representa não só um instrumento de agregação e afirmação identitária, mas também tem repercussões na forma de experienciar e aproveitar o espaço público do bairro.

As raparigas, ao contrário, ouvem principalmente música *pop* nos trajetos entre escola e casa ou em casa, portanto numa dimensão mais individual. Elas de fato, além da música, preferem outros elementos sonoros que também estão associados aos momentos de convívio.

«*Gosto de ouvir as pessoas falando fora da minha janela, faz-me companhia*» A. 13

anos (m)

Outros sons positivos estão relacionados com o ambiente natural (chilrear dos pássaros, movimento das árvores com o vento, etc.), destacados em contraposição com os espaços urbanos, em particular. A natureza, mais uma vez, é elemento comum a rapazes e raparigas e contribui de forma significativa para a perceção de lugares agradáveis e lindos.

Relativamente aos sons negativos, é importante destacar que a maioria das atividades diárias dos jovens moradores da Quinta do Mocho se desenvolve principalmente no bairro ou nas proximidades. Há, portanto, uma substancial concordância na escolha dos ruídos principais, que estão ligados principalmente aos ambientes urbanos e são constituídos principalmente pelo barulho dos aviões e do trânsito dos automóveis.

### *Smellscape*

O *smellscape* é o terceiro elemento de trilogia que possibilita ter um quadro relativo ao bem-estar dos lugares. Como para os sons, neste caso a combinação tem a ver com os cheiros e os respetivos lugares. Também neste caso, os entrevistados foram convidados a fazer uma distinção principal entre cheiros positivos e negativos, e a escolher, entre os mais frequentes no dia-a-dia, três cheiros por cada grupo, indicando os lugares a que estavam associados.

De acordo com Hoover (2009), os cheiros marcam as vidas das pessoas e influenciam a forma e a modalidade através das quais elas vivenciam o espaço. De um ponto de vista biológico, numa forma quase inconsciente, de fato, os cheiros atingem diretamente o sistema límbico até chegar ao cérebro sem serem processados pelo hipotálamo, o que faz com que o nosso corpo reaja de forma emocional e espontânea aos estímulos olfativos (Hoover, 2009). Ligados de forma indissolúvel com os espaços, os cheiros estimulam o olfato e criam uma ligação forte com a experiência. Assim, a percepção dos cheiros (como dos sabores) em determinados lugares pode não apenas amplificar a sensação de bem-estar ou de desconforto, como também suscitar lembranças e memórias do passado, gerando sensações positivas ou completamente negativas.

Relativamente aos cheiros positivos, a maioria dos entrevistados destaca os cheiros ligados à comida, em particular comida africana e alguns frutos tropicais. É também identificado, sobretudo entre as raparigas<sup>23</sup>, o elemento dos perfumes, sobretudo nos contextos fechados.

*«Gosto sobretudo do cheiro do coco» A., 13 anos (m)*

*«O cheiro da comida faz-me sentir em casa» K. 35 anos, (h)*

Relativamente aos cheiros negativos, estes são sobretudo associados às atividades desenvolvidas principalmente no bairro e são constituídos pelo cheiro dos esgotos e do lixo e pelos odores resultantes da poluição da cidade devida sobretudo à presença dos carros e dos gases dos seus escapes.

---

<sup>23</sup> Apenas dois rapazes se referem a isto.



## 6.2 Paisagem, *soundscape*, *smellscape* para os “adultos”

Como já referido, para o grupo dos adultos da primeira geração de migrantes, foi escolhida uma modalidade de investigação distinta, constituída essencialmente pela observação participante. No caso desta dissertação, a forma que me levou a criar os laços com os participantes e a quebrar uma inicial frieza e distância, resultou de um processo lento de contatos progressivos, facilitados pela intermediação de outros investigadores já conhecidos no bairro (isto sobretudo no que respeita à segunda geração, pois estão a correr vários projetos de colaboração entre os jovens da Quinta do Mocho e alguns grupos de pesquisa) ou de moradores do bairro (sobretudo úteis para conseguir o contato com a primeira geração de migrantes).

Com este segundo grupo, a investigação foi desenvolvida quase totalmente no dia de descanso (os domingos) e principalmente na casa de um casal de referência entre os guineenses presentes no bairro, que se inclui entre os moradores mais antigos da Quinta do Mocho. O grupo envolvido nesta segunda fase da investigação é oriundo principalmente da cidade de Bissau, incluindo diversos elementos que nos anos a seguir à independência da Guiné-Bissau desempenharam papéis sociais importantes na coletividade e trabalhos com algum prestígio social (sobretudo funcionários públicos). Falamos, portanto, de um grupo de migrantes caracterizado por um notável grau de instrução e desenvolvimento cultural. Em particular, o casal que me acolheu em todas as minhas visitas é líder de um grupo musical tradicional da Guiné-Bissau, fato que, como veremos mais a frente, influenciou bastante o *soundscape* que consegui observar.

### *Paisagem*

Relativamente ao primeiro eixo, também para este grupo, tal como observado para os mais novos, o elemento determinante na definição e na identificação de lugares

agradáveis está ligado à natureza e mais em geral aos espaços de convívio ao ar livre. Tal como referimos na análise das respostas dos mais jovens, não há aqui uma surpresa face ao modo clássico com “paisagem” e “natureza” têm vindo a ser frequentemente tratadas, quer no discurso mediático e comum, quer mesmo no discurso escolar.

Sobretudo no caso dos homens, foram assinalados também alguns percursos específicos na cidade de Lisboa, em particular a praça de São Domingos (lugar de encontro de muitos guineenses e também de venda de produtos tradicionais) e os passeios à beira-rio até Belém.

As mulheres dão mais atenção ao tempo passado em casa, em companhia de familiares e vizinhos, e no bairro – principalmente nas áreas limítrofes à habitação.

*«Há sempre alguém que vem me visitar. Por isso sinto-me bem na minha casa»* M (m,  
50 anos)

*«Aqui perto da janela está fresquinho, e toda a gente que passa me cumprimenta»* K  
(m, 55 anos)

### *Soundscape*

O elemento musical para este grupo particular de entrevistados tem um papel absolutamente determinante. Em primeiro lugar, porque, como já referido, o casal (o Sr. Tony e a sua mulher) que acolheu as minhas visitas é líder do grupo do *Bambaram* (Fig. 9). Este grupo musical foi criado no final dos anos 70 em Bissau por um grupo de jovens artistas oriundos de Bissau e Bolama, tendo Tony sido o seu organizador. O nome do grupo, que no crioulo da Guiné indica o pano com o qual as mulheres agarram os filhos ao corpo para trazê-los com elas nas horas de trabalho, foi mantido também em

Portugal, quando o grupo foi reconstituído no Mocho Velho, com o objetivo de marcar, através da metáfora do pano da “mãe”, a contínua ligação com a própria terra.



Fig. 9: Grupo Bambaram no B.Leza, 2012 (Fonte: [www.buala.org](http://www.buala.org))

Este grupo continua a fazer principalmente música tradicional, com uma atenção particular para a música ritual do *Badju de Tina*. Neste género musical tradicional da Guiné-Bissau, o coração é a própria tina - um tambor obtido a partir de uma cabaça (Fig. 10) -, tocada à superfície da água. Cantando e dançando à volta do seu som grave e profundo, são celebrados os momentos fundamentais da vida em comunidade.

Com algumas semelhanças ao *Batuque*<sup>24</sup> de origem cabo-verdiana, também no *Badju de Tina* são as mulheres a desenvolver o papel fundamental, sendo admitidos no grupo apenas entre dois e quatro homens contra 10-12 mulheres aproximativamente.

---

<sup>24</sup> O *Batuque* é um género musical tradicional das Ilhas de Cabo Verde. Atualmente se encontra principalmente na Ilha de Santiago e no Tarrafal. Como o *Badju de Tina*, é tradicionalmente desenvolvido pelas mulheres e por causa dos ritmos acelerados e dos movimentos “atrevidos” do corpo, era proibido na época colonial seja por razões de segurança – impedir reuniões entre os africanos – seja por razões “morais”, por causa das danças serem consideradas demasiado provocantes e terem um cunho “sexual”. Tradicionalmente, o *batuque* era desempenhado nas cerimónias e nos dias dos santos, como nas festas antes e durante os casamentos.

O grupo Bambaram, por além das exibições públicas, continua a praticar este género musical nos momentos salientes da vida de comunidade da Quinta do Mocho, mantendo viva a tradição guineense aqui em Portugal.



Fig. 10: O tambor utilizado no *badju de tina* (fonte: elaboração própria, Quinta do Mocho, 2016)

É interessante destacar como também para a primeira geração de migrantes a música desenvolve um papel identitário, sobretudo quando são eles mesmos a tocar. Todavia, é preciso salientar algumas diferenças em relação ao grupo dos jovens, designadamente a preservação do laço com a tradição cultural guineense. Esta mantém-se completamente, seja nos momentos clássicos da prática do *badju de tina* (músicas tocadas em acontecimentos de carácter coletivo em que a comunidade precisa se de manter unida, como funerais ou casamentos); seja nos próprios temas, que incluem, por exemplo, o papel desenvolvido pelas mulheres na comunidade e na família. Note-se que a centralidade das mulheres também não mantém correspondência com o que acontece no grupo dos jovens, no qual, como já destacado, são os rapazes a envolver-se mais na música enquanto instrumento de afirmação e reivindicação.

No entanto, também no grupo da primeira geração encontramos músicas contemporâneas e instrumentos modernos de reprodução. Não é até inusual, ao longo das reuniões dominicais, ouvir mais do que um aparelho transmitindo coisas diferentes em simultâneo. Isto demonstra que não existe um único momento na casa do T. que não seja acompanhado pela música.

No entanto, entre os ruídos é possível destacar sobretudo a inquinação acústica que acompanha o dia-a-dia na Quinta do Mocho, produzido sobretudo pelos aviões, que passam baixo e com uma frequência muito elevada, devido à presença próxima do aeroporto.

### *Smellscape*

Relativamente ao último eixo, com base nas observações efetuadas, é possível deduzir que, também neste caso, relativamente aos cheiros positivos, são sobretudo os que estão ligados à comida a gerar sensações positivas e sentido de pertença sobretudo no

ambiente doméstico, onde oferecer refeições aos visitantes faz parte dos rituais de hospitalidade típicos da cultura guineense.

Todavia, através da observação participante não foi possível destacar mais elementos relativamente a este aspeto, pois preferiu-se não fazer perguntas demasiadas diretas, e observar o natural comportamento dos participantes.

### 6.3 Quadro de síntese da perceção

Podemos resumir que a paisagem, enquanto elemento visual, abrange mais uma dimensão exterior e coletiva, em que, para ambas as gerações, a natureza protagoniza o papel principal. No entanto, a procura de beleza estende-se além dos limites do Bairro e inclui progressivamente a cidade de Lisboa, nos espaços onde os equipamentos arquitetónicos permitem uma constante interação com os elementos naturais.

A componente sonora da paisagem afeta sobretudo a dimensão íntima e individual do ser, designadamente em relação aos sons positivos e à música que acompanha e marca os momentos mais importantes no dia-a-dia das pessoas e contribui notavelmente para o desenvolvimento do sentido de pertença, sobretudo ao Bairro. Este processo acontece de forma complementar nas duas gerações, sobretudo nos aspetos criativos e artísticos, através dos quais é possível uma afirmação cultural e identitária muito forte. A este respeito, é importante destacar que para as novas gerações, a produção de géneros musicais específicos e a escolha de determinados temas - o amor, a vida no bairro, o racismo - fazem com que através da música os rapazes de segunda geração construam a própria identidade socio-espacial: por um lado, claramente e reivindicativamente africana (negra), contra a música e influência cultural “tuga” (branca); por outro, o

desenvolvimento de dinâmicas alternativas ao modelo estereotipado de “jovem morador de bairro preto” (criminoso, sem instrução e trabalho), em polémica com as lógicas de exclusão e segregação próprias das cidades europeias.

Por fim, relativamente aos cheiros, os mais importantes e positivos estão ligados à comida e geram uma maior sensação de bem-estar e pertença ao lugar, e estão sem dúvida relacionados principalmente com os espaços domésticos e do Bairro.

Em síntese, oferece-se de seguida (Quadro 6) um esquema que representa os lugares preferidos pelas duas gerações de migrantes, divididos entre paisagem (geral), paisagens sonoras e paisagens dos cheiros.

	JOVENS		ADULTOS	
Paisagem ( <i>Lugares preferidos, relacionado com sentido de beleza e bem-estar</i> )	TIPOLOGIA DE LUGAR <ul style="list-style-type: none"> <li>• Parque</li> <li>• Jardins</li> <li>• Natureza</li> <li>• Miradouros</li> <li>• Praia</li> <li>• Beira rio</li> </ul>		TIPOLOGIA DE LUGAR <ul style="list-style-type: none"> <li>• Parque</li> <li>• Jardins</li> <li>• Natureza</li> <li>• Praia</li> <li>• Casa</li> </ul>	
	LISBOA AM <ul style="list-style-type: none"> <li>• Mir. São Pedro Alcântara</li> <li>• Belém</li> <li>• Linha Sintra</li> <li>• Carcavelos</li> </ul>	QUINTA DO MOCHO <ul style="list-style-type: none"> <li>• SPOT</li> <li>• Jardins internos ao bairro</li> </ul>	LISBOA AM <ul style="list-style-type: none"> <li>• Praça São Domingos</li> <li>• Cais do Sodré</li> <li>• Carcavelos</li> <li>• Caparica</li> </ul>	QUINTA DO MOCHO <ul style="list-style-type: none"> <li>• Casa</li> <li>• Áreas limítrofes à habitação</li> <li>• Jardins internos ao bairro</li> </ul>
Soundscape ( <i>relativo à música</i> )	LISBOA AM <ul style="list-style-type: none"> <li>• Transportes (dispositivos moveis)</li> <li>• Bairro Alto</li> <li>• Cais do Sodré</li> </ul>	QUINTA DO MOCHO <ul style="list-style-type: none"> <li>• SPOT</li> <li>• Casa</li> <li>• Jardins internos ao bairro</li> </ul>	QUINTA DO MOCHO <ul style="list-style-type: none"> <li>• Casa</li> </ul>	
Smellscape ( <i>relativo aos cheiros que suscitam sentido de pertença e bem-estar</i> )	QUINTA DO MOCHO <ul style="list-style-type: none"> <li>• Casa (comida)</li> <li>• Ruas do bairro (comida)</li> </ul>		QUINTA DO MOCHO <ul style="list-style-type: none"> <li>• Casa (comida)</li> <li>• Ruas do bairro (comida)</li> </ul>	

Quadro 6: Quadro de síntese - percepção (fonte: elaboração própria)

## 7 Análise de resultados II: apropriação e uso do espaço

*«Não tivemos um passado comum, vocês e nós, mas vamos ter, obrigatoriamente, o mesmo futuro.»*

Cheikh H. Kane (1975)

As lógicas de percepção e representação do espaço, enquanto objeto socialmente produzido (Lefebvre, 2012; Santos, 1978), refletem-se não apenas nas formas como o território é materialmente organizado e construído, na sua “morfologia” (Lefebvre, 2012:24), mas também na tipologia de relações sociais que produz. Segundo Ferreira (2007:4), de fato, «ao analisar o espaço urbano devemos considerá-lo como produto, condição e meio do processo de reprodução das relações sociais».

Nesse sentido, para compreender um território é necessário destacar os processos de apropriação do espaço, ou seja, o conjunto das «relações socio-espaciais produzidas pelo uso, nas práticas cotidianas, que conformam o plano do vivido e que constroem a identidade e o sentimento de pertencimento das pessoas.» (Sobarzo, 2006:103). Dentro de um único território, podem estar presentes e coexistir simultaneamente múltiplas representações, que manifestam de forma mais ou menos explícita a própria relação com o espaço percebido e vivido. Nessa perspectiva, um planejamento urbano que tenha em consideração apenas os aspectos funcionais da cidade e organize os espaços apenas com base nas suas funcionalidades, sem ter em consideração o desenvolvimento das práticas sociais nele reproduzidas, não consegue dar conta da complexidade dos fenômenos de produção e reprodução das relações sociais, nem responder às necessidades das coletividades.



Perante este quadro, o último eixo da presente investigação é dirigido à compreensão do espaço público e privado através das práticas cotidianas que nele são praticadas. Segundo Sobarzo (2006:94), «a cidade (tem de ser entendida) como produto e condicionante da reprodução da sociedade, da reprodução da vida, das relações sociais que se manifestam na prática socio-espacial, ou seja, o espaço construído e modificado, no dia-a-dia, nas ações cotidianas, no uso e na apropriação que dele se faz e, ao mesmo tempo, o espaço influenciando essa quotidianidade.»

Na perspetiva de uma correspondência entre produção de espaço e reprodução das práticas socio-espaciais, foram, portanto, questionados os comportamentos dos participantes seja em relação ao espaço público na cidade de Lisboa e no bairro da Quinta do Mocho, seja em relação às dinâmicas habitacionais. No primeiro caso, foram investigados os lugares preferidos com base nas suas funcionalidades, divididos em lugares de convívio/lazer, consumo e trabalho/formação escolar. Relativamente ao espaço doméstico, foram privilegiados o uso e o tempo despendido em casa e as práticas relacionadas, como o convívio e os laços interpessoais.

Também nesse caso, foram adotadas estratégias diferentes para os dois grupos de jovens e adultos, respetivamente as entrevistas semiestruturadas e a observação participante.

### 7.1 Apropriação e Uso do espaço público: a cidade e o bairro.

Antes de entrar diretamente no tratamento dos dados e dos resultados obtidos pela investigação, deseja-se aqui acrescentar uma breve nota introdutória.

Relativamente às dinâmicas de apropriação e uso do espaço público urbano, acredita-se que é importante destacar que as cidades contemporâneas são caracterizadas por um crescente fenómeno de desvalorização do “valor de uso” face ao “valor de troca” do

espaço urbano, tanto público como privado (Lefebvre, 2012). Este fenómeno condicionou nas últimas décadas, não apenas a produção formal e física do espaço, através, por exemplo, da criação e realização material de espaços semipúblicos (shoppings, etc.), mas também a sua produção simbólica, por via da consolidação de novos comportamentos e práticas de socialização. De acordo com alguns autores (Sobarzo, 2006; Carlos, 2001), o espaço público é assim alterado e condicionado nas possibilidades da sua fruição, constrangido e mediado pelas normas ligadas principalmente ao consumo, o que de fato aumenta a produção de espaços de exclusão e “guetificação”.

Segundo Malheiros et al. (2012: 99), estes processos de reestruturação espacial pontualmente associados ao modelo capitalista, comportam uma «reconfiguração da estrutura social sob o signo de uma condição urbana pós-moderna - entendida como um conjunto articulado de mudanças culturais nas experiências e práticas urbanas quotidianas - indissociavelmente ligada a uma cultura de consumo e à estetização da vida social».

Quando o espaço se encontra condicionado por lógicas de acumulação capitalista, que não afetam apenas os espaços públicos explicitamente dedicados ao consumo, mas também transformam em mercadoria os espaços tradicionalmente ligados às práticas sociais de convívio, como os centros das cidades, ou às condições mínimas de habitabilidade, como o habitat/ imobiliário, a tendência é a criação de um espaço substancialmente homogéneo nas suas funções. Estas transformações, mais visíveis nos centros das cidades, também porque considerados mais convenientes numa ótica de rentabilidade económica, acabam geralmente por ter menor impacto nas periferias e nos bairros de alojamento (Sobarzo, 2006). Isto, por um lado, gera separação e divisão com um conseqüente fenómeno de hierarquização dos espaços, produção de desigualdade

socio-espacial, sobretudo na dicotomia entre as periferias e os centros urbanos, que são progressivamente transformados num «produto de consumo de alta qualidade para estrangeiros, turistas, pessoas vindas das periferias e suburbanos» (Lefebvre, 2012:25)

Contudo, por outro lado, esta progressiva marginalização das áreas não desejáveis na ótica da acumulação do capital, permite em alguns casos que as periferias ganhem uma maior conotação em termos de especificidade e autorrepresentação, ou seja de produção de um maior sentido de pertença ao bairro. De fato, se na cidade (entendida como centralidade) o comportamento social é condicionado e de uma certa forma, empurrado pelas lógicas de consumo, o espaço público do bairro permite ainda um convívio mais livre de condicionamentos socioeconómicos, tanto entre os mais jovens como entre os adultos, deixando maior espaço à produção de *práticas informais*, entendidas nesse caso como práticas espontâneas de uso direto do espaço. Nesse sentido, o espaço da apropriação, enquanto espaço vivido (Fremont, 1976), põe em relação os *espaços de representação*, ou seja, os espaços apropriados da subjetividade, e as *representações do espaço*, ou seja, os espaços abstratos da objetividade (do poder dominante), e torna a cidade «obra, apropriação, valor de uso e não de troca» (Lefebvre, 2012: 141).

### *Jovens e o espaço público*

Quando pensamos nos processos de produção de espaço, os fenómenos de apropriação e de uso são atos *bottom-up*, através dos quais as pessoas vivenciam e experienciam o território através «das práticas diárias que constroem (e são construídas), modificam (e são modificadas) e dão (encontram) sentidos ao (no) espaço público» (Sorbazo, 2006:103)

A segunda parte das entrevistas foi, portanto, direcionada para a percepção das dinâmicas de acesso ao espaço da cidade e do bairro, e das lógicas subjacentes ao uso e apropriação do mesmo.

Com estes objetivos, os jovens foram convidados a dar uma resposta relativamente à própria relação com o quotidiano, para percebermos como as relações com e dentro do espaço público contribuem para a construção das identidades socio-espaciais deles. Em particular, foram escolhidos como indicadores os lugares de:

- Trabalho/formação escolar
- Consumo alimentar
- Consumo geral (roupa, artigos diversos)
- Lazer
- Transportes (como variável na escolha dos lugares)

Podemos afirmar que as práticas diárias relativas aos lugares de trabalho/formação escolar e de consumo alimentar são desenvolvidas principalmente dentro do bairro, ou no concelho de pertença da Quinta do Mocho, com uma substancial uniformidade entre homens e mulheres. Os trajetos diários “obrigatórios” são, portanto, essencialmente limitados aos arredores, e permitem uma rápida deslocação ou a pé ou com recurso a transportes públicos.

*«costumamos ficar nas ruas internas do bairro, gostamos mais»* A. (h, 18 anos)

*«costumo fazer compras no ambulante do bairro»* Y. (h, 25 anos)

Relativamente aos lugares de consumo de outras mercadorias (vestuário, etc.), destaca-se, sobretudo pelas mulheres, coincidência com os espaços de lazer. As raparigas, de fato, costumam frequentar os grandes centros comerciais, principalmente o Vasco de Gama (porque mais acessível) ou o Colombo, não apenas como espaço de compras, mas também como lugar de encontro e lazer em alternativa aos espaços públicos do bairro (SPOT e Jardins internos ao bairro).

No entanto, os rapazes, se por um lado identificam os centros comerciais como principais locais de consumo, diferenciam-se pela escolha dos lugares de lazer, que são, além do bairro, os lugares de animação noturna em Lisboa: Bairro Alto e Cais do Sodré, acessíveis quase exclusivamente através de transportes públicos ou automóveis próprios.

É interessante refletir que o uso de espaços semiprivados (como os *shoppings*) para dinâmicas historicamente ligadas ao espaço público da cidade (as ruas, as praças etc.) é um fenómeno crescente nas últimas décadas e pode ser associado às dinâmicas de policentrismo que caracterizam a cidade contemporânea e que frequentemente geram não-lugares (Augé, 1992). Por exemplo, no caso concreto em análise, trata-se de espaços reproduzidos de forma idêntica aos existentes noutras cidades, impedindo de fato o desenvolvimento de qualquer tipo de sentido de lugar ou pertença e até reconhecimento (veja-se a construção de outros espaços realizados a partir do mesmo conceito, por exemplo, os aeroportos).

#### *Adultos e o espaço público*

Relativamente aos lugares destinados ao consumo, relata-se que entre a primeira e a segunda geração não há grandes distinções, mantendo-se o bairro como principal referência pelos lugares de consumo ligados à alimentação, e os mesmos centros comerciais para os outros produtos.

As principais diferenças entre as duas gerações dizem respeito ao uso do espaço público da cidade, nomeadamente nos lugares destinados ao trabalho e ao lazer. De fato, enquanto a segunda geração, na maioria ainda estudante, vive essencialmente o espaço

do bairro, entre a primeira geração, os homens ativos deslocam-se para e no município de Lisboa.

Relativamente aos lugares de lazer, verifica-se a situação oposta, sendo que os jovens preferem os espaços urbanos da cidade, mas os adultos aproveitam principalmente a sua habitação e os espaços envolventes situados no bairro. Como já destacado no parágrafo relativo à paisagem, a estes lugares, é preciso acrescentar os espaços naturais não apenas considerados agradáveis, mas também aproveitados enquanto lugares de lazer em particulares alturas do ano, principalmente pelos homens.

*«Durante o verão gosto muito de ir tomar banho em carcavelos»* T. (h., 60 anos)

*«Não sei porquê, mas em Portugal tenho medo do mar, na Guiné não»* K. (m, 55 anos)

Outra consideração, relativamente ao uso do espaço público do bairro, permite destacar que a primeira geração o utiliza tendencialmente como prolongamento do espaço habitacional, preferindo os espaços contíguos a este, sobretudo nos momentos de convívio e lazer, como ilustra a Fig.11.



Fig. 11: O espaço contíguo à habitação do T. (Fonte própria: junho 2016)

Como ilustrado na fotografia, o espaço é utilizado como um *continuum* em relação ao espaço doméstico, por via de processos como a colocação dos próprios móveis na rua, sem usufruir do equipamento público.

Como ilustrado no Quadro 7, podemos resumir que o processo de apropriação passa para ambas as gerações de imigrantes quase exclusivamente pelos lugares do bairro, onde se constrói o dia a dia e é mais desenvolvido o sentimento de pertença.

LUGARES	JOVENS	TRANSPORTES	ADULTOS	TRANSPORTES
TRABALHO/ FORMAÇÃO ESCOLAR	<ul style="list-style-type: none"> <li>Quinta do Mocho</li> <li>Terraço da Ponte</li> <li>Camarate</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Autocarro</li> <li>pé</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Lisboa</li> <li>Oeiras</li> <li>Camarate</li> <li>Loures</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Autocarro</li> <li>Automóvel</li> <li>Comboio</li> </ul>
CONSUMO ALIMENTAR	Quinta do Mocho: <ul style="list-style-type: none"> <li><i>Pingo doce;</i></li> <li><i>Lidl</i></li> <li><i>ambulantes</i></li> </ul>	Pé	Quinta do Mocho: <ul style="list-style-type: none"> <li><i>Pingo doce;</i></li> <li><i>Lidl</i></li> <li><i>ambulantes</i></li> </ul>	Pé
CONSUMO DE VESTUÁRIO E OUTRAS MERCADORIAS	Lisboa AM <ul style="list-style-type: none"> <li><i>Vasco de Gama</i></li> <li><i>Colombo</i></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Autocarro</li> <li>Metropolitano</li> <li>Automóvel</li> </ul>	Lisboa AM <ul style="list-style-type: none"> <li><i>Vasco de Gama</i></li> <li><i>Colombo</i></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Autocarro</li> <li>Metropolitano</li> </ul>
LAZER/ CONVÍVIO	Lisboa AM <ul style="list-style-type: none"> <li><i>Vasco de Gama</i></li> <li><i>Colombo</i></li> <li><i>Bairro Alto</i></li> <li><i>Cais do Sodré</i></li> <li><i>praças de caravelos (verão)</i></li> </ul> Quinta do Mocho <ul style="list-style-type: none"> <li><i>SPOT</i></li> <li><i>Jardins internos</i></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Autocarro</li> <li>Metropolitano</li> <li>Automóvel</li> </ul>	Lisboa AM <ul style="list-style-type: none"> <li><i>Beira Rio</i></li> <li><i>São Domingo</i></li> <li><i>praças de caravelos (verão)</i></li> </ul> Quinta do Mocho <ul style="list-style-type: none"> <li><i>Casa</i></li> <li><i>Espaço livre contíguo à habitação</i></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Autocarro</li> <li>Metropolitano</li> </ul>

Quadro 7: Os lugares de apropriação (Elaboração própria)

Além disso, como veremos no parágrafo a seguir, destaca-se que as práticas informais de alteração material do espaço público no bairro, i) estão relacionadas principalmente com o uso do espaço privado doméstico, que acaba por ser de uma certa forma “projetado” no espaço público; e ii) são realizadas principalmente pela primeira geração de imigrantes.

## 7.2 Apropriação e uso do espaço privado: a habitação

As lógicas capitalistas de incremento do valor de troca face ao valor de uso dos espaços são mais evidentes no mercado imobiliário e nas lógicas de deslocação no território urbano, frequentemente associadas a uma divisão entre etnias e/ou grupos sociais.

Estes processos de fragmentação e segregação, podem ser constituídos por diferentes estratégias que são caracterizadas, na maioria dos casos, por processos de transformação dos espaços urbanos, dirigidos por um lado à redução das oportunidades de acesso ao espaço residencial por parte dos imigrantes (em particular os não comunitários) e, por outro, lado por processos de reabilitação e nobilitação urbana (sobretudo nos centros históricos) (Malheiros e el., 2012).

Em outros casos, o processo de gentrificação é constituído por um ato de auto-segregação, através de uma alteração ex-novo dos espaços, como por exemplo a construção de condomínios fechados, que não apenas de um ponto de vista material (melhores condições, equipamentos novos, etc.), mas também de um ponto de vista simbólico (presença de cercas e vigilância), funcionam como elemento de separação do contexto no qual estão inseridos.

A génese do bairro a Quinta do Mocho e a sua atual conformação permite-nos analisar este segundo aspeto do fenómeno, na divisão já relatada entre o bairro de realojamento e as novas construções que fisicamente foram instaladas no lugar dos antigos prédios do Mocho Velho. Os novos edifícios da urbanização privada, de fato, encontram-se numa posição privilegiada em comparação com o resto do bairro, sobretudo tendo em conta a localização e a altura dos prédios, que se traduzem em vantagens seja em termos de equipamentos, seja em termos de estética (luz, panorama, etc), o que os torna interessantes e atrativos do ponto de vista económico.



O sentido de desigualdade e de guetização é destacado nas entrevistas assim como nos discursos dos moradores adultos:

*«até a vista tiraram-nos»* T. (h, 60 anos)

*«No Mocho Velho, estávamos melhor. Sim aqui temos condições melhores, mas lá tínhamos mais possibilidade para o convívio, e podíamos admirar o rio»* K. (m, 55 anos)

*«Somos separados pelas árvores e as linhas elétricas, não gosto desta rua»* S. (m, 14 anos)

A rua referida na última entrevista, a Avenida das Comunidades, é de fato completamente inexplorada pelos moradores da Quinta do Mocho, mesmo se é aqui que estão concentrados os principais serviços do bairro: o supermercado, o centro de saúde e a casa da cultura.

A divisão entre Quinta do Mocho (bairro social com predomínio de imigrantes dos PALOP) e Terraços da Ponte (urbanização privada com residentes autóctones), manifesta-se também na escolha dos lugares de apropriação, que de fato estão ligados aos espaços internos do bairro (como já referido). Em particular, relativamente à habitação e ao uso que os imigrantes fazem dela podemos destacar algumas características:

- A habitação é principalmente relevante pelas dinâmicas socio-espaciais dos imigrantes da primeira geração. Eles, de fato, costumam passar mais tempo em casa (estendendo-a ao espaço contíguo da rua, como vimos), também nos momentos de convívio e de lazer;
- As práticas informais relativas ao uso da habitação, afetam principalmente as mulheres, de ambas as gerações, que tratam das tarefas domésticas.
- Como ilustrado na Fig.12, o espaço doméstico é vivido em continuidade com o espaço público, mostrando como a primeira geração mantém hábitos tradicionais ligados ao país de origem.

- Se para a segunda geração a habitação é sobretudo um lugar de descanso (pois as atividades escolares são desenvolvidas principalmente na escola ou no SPOT), para a primeira geração a casa é sobretudo espaço de acolhimento e hospitalidade. Não é inusual, portanto, que os imigrantes adultos se reúnam nos fins de semana em casa; ou acolham parentes provenientes do país de origem ou de outras origens por longos períodos.



Fig. 12: apropriação do espaço público a uso domestico e privado (Fonte: própria, Quinta do Mocho, junho 2016)

Como relata o relatório elaborado pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) “*Avaliação do Potencial de Desenvolvimento da Diáspora da Guiné-Bissau em Portugal e França*”, a diáspora guineense em Portugal é particularmente conhecida pela densidade e dinamismo do seu tecido associativo, caracterizado «por a informalidade e em geral unidos por laços de parentesco, de linhagem ou de conterraneidade, com vista à prossecução de objetivos específicos.» (Sangreman et al, 2012:35)

No contexto português, a criação do Alto-Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME, posteriormente transformado em Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural – ACIDI – e hoje Alto Comissariado para as Migrações - ACM),

em 1996, criou uma série de incentivos à formalização das associações de migrantes e à sua constituição como parceiras institucionais, o que contribui para aumentar a capacidade das comunidades fazerem ouvir a sua voz junto dos interlocutores oficiais.

No caso guineense, «Verificamos (...) que o tecido associativo das comunidades guineenses em Portugal e França é caracterizado por um *continuum* de formas organizativas, em que num extremo se encontram os círculos informais de poupança e solidariedade de base familiar, linhageira, ou conterrânea e, no outro extremo, as estruturas federativas de âmbito nacional.» (Sangreman et al., 2012:37)

«Este fenómeno tem provavelmente as suas origens na divisão da sociedade manjaca em classes etárias e na prática tradicional que consiste nos indivíduos pertencentes a cada uma dessas classes (“*uran*”) efetuarem, principalmente enquanto jovens, trabalhos agrícolas coletivos para terceiros em troca de uma remuneração que é, também ela, utilizada coletivamente (e.g., em festas ou para a compra de trajes para todos os elementos) [...] Em contexto migratório, esta solidariedade e esta prática foram adaptadas no sentido da criação de mecanismos de apoio destinados a facilitar o processo de instalação dos migrantes recém-chegados e garantir uma rede de solidariedade mútua. São estes arranjos coletivos informais que estão na origem da maior parte do tecido associativo em contexto migrante – tendo, numa fase posterior (uma vez assegurado um mínimo de estabilidade para os “pioneiros” da tabanca)» (Sangreman et al., 2012:38)

### 7.3 Espaços de apropriação e identidade socio espacial

A partir das informações obtidas e pela observação efetuada, acredita-se que na Quinta do Mocho o processo de apropriação e uso do espaço, sendo principalmente

concentrado na área do bairro, sobretudo pelas mulheres, seja determinante na criação do “sentido de lugar” (Massey, 1991) e da construção de uma identidade socio-espacial dos moradores.

O sentido de pertença ao bairro, seja para os mais novos seja para os imigrantes de primeira geração, passa também pela denominação escolhida para se referir aos sítios vividos diariamente: veja-se a declaração de Y. (h, 25 anos):

*«Trabalho no Terraço da Ponte»*

Isto não é apenas uma indicação geográfica, antes estabelecendo, uma vez mais, uma distância entre bairro de pertença e a nova urbanização.

Esta ligação à Quinta do Mocho, quase um orgulho de aí pertencer apesar das imagens negativas do bairro no exterior, nasce sobretudo a partir das relações familiares e de proximidade desenvolvidas dentro do próprio bairro, onde os laços de vizinhança se recompõem e se interlaçam com as identidades étnicas e as relações com o país de origem. O que aparece evidente sobretudo na segunda geração, é que a educação familiar, a presença no bairro de espaços de agregação e diversão, os laços solidários e de vizinhança também com a primeira geração de imigrantes, constituem traços distintivos desta comunidade, e contribuem, de uma certa forma, para a construção de uma identidade socio-espacial forte, reforçada pelo orgulho de pertença ao país de origem (que continua a definir a identidade dos entrevistados, mesmo quando nascidos em Portugal).

Além disso, a tradicional dificuldade de acesso à educação, está a ser progressivamente superada pelas segundas e terceiras gerações de imigrantes que têm, em alguns casos, um alto grau de instrução, ou aspirações em futuras emigrações para países mais

desenvolvidos, associados a melhores oportunidades de emprego e formação e mais seletivos no processo de recrutamento de imigrantes:

*«o meu sonho é emigrar no Reino Unido, e acabar os estudos universitários aí», D. (h,*  
23 anos)

Isto faz com que, o fato da Quinta do Mocho ser considerada como bairro violento e “perigoso” contribua, sobretudo para a primeira geração, para a produção de uma espécie de isolamento e autoafastamento em relação ao resto da cidade, apenas quebrado, nesta situação particular, pelas relações com os primeiros moradores (Mocho Velho) que foram realojados em outros bairros sociais, ou através de laços familiares com parentes residentes noutros locais, o que remete, em ambos os casos, para um reforço da componente étnica e, portanto, da identidade guineense ou, pelo menos, de componentes desta. Isto, sobretudo nas dinâmicas de ocupação do Mocho Velho, traduzia-se, do ponto de vista espacial, em uma auto-segregação étnica dentro do mesmo bairro, que dava origem, naquela altura, a que todos os guineenses residissem nos mesmos prédios.

Nesse sentido, se por um lado o processo de realojamento contribuiu para favorecer as relações interétnicas no bairro, por outro a estrutura do novo bairro e as dinâmicas sociais nele reproduzidas, não deram origem, ao longo dos anos, a uma abertura aos “estranhos”. A clara divisão, não apenas física e económica, mas também simbólica e nominal entre Quinta do Mocho e Terraços da Ponte, é uma demonstração tangível de uma efetiva segregação socio-espacial.

Contudo, e contrariando de algum modo este isolamento face ao exterior, as políticas públicas de intervenção da Camara Municipal de Loures, sobretudo em relação à participação no concurso “O Bairro no Mundo”, que a Quinta do Mocho ganhou em 2014, contribuíram para uma progressiva abertura do bairro ao resto da cidade (Fig. 13).

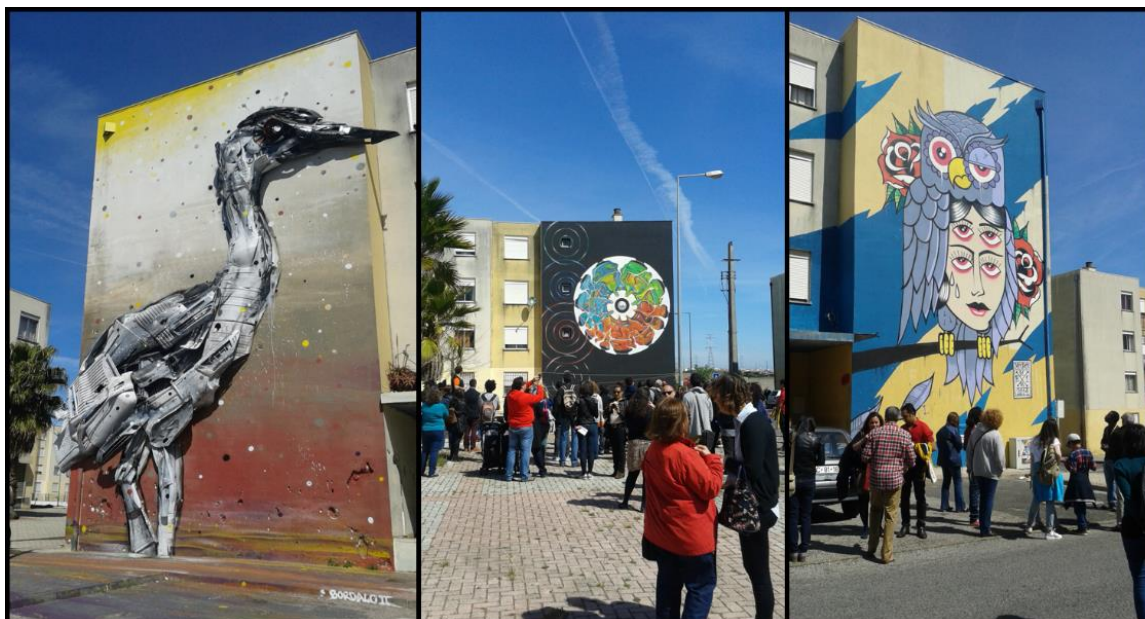


Fig. 13: Quinta do Mocho (Fonte própria: fevereiro 2015)

O sentimento de desconfiança (recíproco) entre moradores e “pessoas de fora”, alimentava e era autoalimentado por narrativas estereotipadas, infelizmente às vezes corroboradas por relatos da imprensa que falam do Quinta do Mocho como de um bairro perigoso e problemático.

Esta dinâmica complexa entre construção identitária, relação com o espaço do bairro e com a cidade de Lisboa, explica como durante as entrevistas e também no âmbito da observação participada, os grafitis que desde 2014 adornam as fachadas dos prédios do bairro, não são referidos nunca nem como elementos identificadores da própria habitação (“moro no prédio do Bordalo II por exemplo”); nem como elementos de embelezamento do bairro, também quando são explicitamente dedicados às temáticas da imigração (Fig. 14) ou destacam uma homenagem à Quinta do Mocho (Fig. 15).





Fig. 14: Graffiti relacionados com temas da imigração africana (Fonte própria: junho 2015)



Fig. 15: Graffiti - homenagem Quinta do Mocho (Fonte própria: janeiro 2016)

Resumindo, destaca-se que as dinâmicas de apropriação no bairro são estritamente ligadas aos espaços vividos no dia-a-dia, e também construídas diretamente pelos moradores, enquanto os espaços realizados a partir de uma iniciativa pública, não são valorizados como espaços de apropriação.

Isto reflete-se, portanto, também nas dinâmicas de acesso e uso do espaço público na cidade de Lisboa, e é ainda mais significativo nas dinâmicas habitacionais desenvolvidas pela primeira geração de imigrantes, que consegue prolongar o espaço doméstico pelo espaço público do bairro.



## Conclusões

*«Aos nossos amigos sinceros pedimos de fazer um passo atrás, para nos deixar passar, até que nos podemos indicar a dança e o ritmo e eles dançar connosco. Pedimos de deixar de ser a nossa voz, porque nós temos a nossa voz, mas que ainda não conseguimos de encontrar o microfone certo para levar longe o eco dos nossos pedidos de justiça».*

Jean-Léonard Touadí

Com a presente dissertação procurou-se conhecer as principais formas de perceção, representação e apropriação dos espaços públicos e privados, por parte de um grupo específico de imigrantes guineenses e seus descendentes presentes no bairro da Quinta do Mocho. Procurou-se, por um lado, destacar a relação dos imigrantes com o território do país de acolhimento e, por outro, comparar duas gerações de imigrantes para avaliar quanto o país de origem afeta as dinâmicas e as estratégias de reterritorialização.

A partir de uma abordagem teórica, refletiu-se sobre a presença de múltiplas territorializações num único lugar e foram introduzidos conceitos que ajudassem a perceber as dinâmicas da multiterritorialidade. Ademais, procuraram-se quadros epistemológicos que permitissem incluir práticas territorializantes e conceitos de território que fossem para além da produção de conhecimento norte-occidental.

A partir deste enquadramento, foram avaliados no espaço os processos de perceção e de apropriação do território. Relativamente ao primeiro eixo, acreditou-se que o conceito de paisagem, na sua variável estética/visual e mais propriamente percetiva/sensorial, pudesse ajudar a delinear de que forma as representações dos espaços, enquanto categorias concetuais abstratas, influenciam os espaços de representação, ou seja o comportamento das sociedades no território. Queria-se, de facto, sublinhar como o processo de territorialização, bem longe de ser uma realidade estática, é alimentado por

ideologias dominantes (enquanto expressão hegemónica da geografia do poder) e simultaneamente promove novas representações, isto é, a base para novas territorializações.

Simultaneamente, e sobretudo em contextos de multiterritorialidade, acreditou-se que as formas de apropriação e uso do espaço são instrumentos preciosos para uma leitura mais completa do território, nomeadamente o território urbano, pois revelam dinâmicas subjacentes ao ordenamento do território e, no caso dos imigrantes, o laço com o país de origem e as dinâmicas de territorialização.

No caso concreto em análise, a comparação entre a primeira e a segunda geração mostrou que para ambas o elemento *natural* é predominante na perceção da beleza e do bem-estar dos lugares. Contudo, para a primeira geração, os laços com os hábitos diários desenvolvidos na Guiné traduzem-se essencialmente na relevância que é dada ao espaço do bairro relacionado com a habitação e com as práticas de convívio. O costume, muito presente na sociedade guineense, de construir as dinâmicas familiares e domésticas, não apenas no espaço privado, mas também no espaço público (que prolonga o primeiro), reflete-se no comportamento no bairro atual, mas era ainda mais evidente no Mocho Velho, onde as estruturas espaciais eram mais maleáveis. Esta atitude foi corroborada ao longo da observação participante por muitos relatos, que destacaram a maior liberdade e maior possibilidade de convívio no bairro antigo, mesmo se caracterizado por uma notável falta de condições.

A relação que a segunda geração constrói com os espaços do bairro é bem diferente. Apesar de este constituir a base das principais atividades diárias, estas são, todavia, desenvolvidas a partir de espaços (literalmente) públicos como os sítios dedicados aos projetos (nomeadamente o SPOT). Ao mesmo tempo, sobretudo entre as mulheres da

segunda geração, começou a ser destacado também o elemento arquitetónico, em relação ao sentido de belo e agradável.

A perceção da paisagem confirmou esta dinâmica também nas suas vertentes sensoriais. Nesse contexto, os elementos mais destacados para ambas as gerações foram aqueles que, cada um na sua dimensão, alimentam principalmente a solicitação das componentes da memória e o sentimento da pertença, nomeadamente i) os aromas ligados à comida, relativamente ao *smellscape*; ii) a música, relativamente ao *soundscape*.

A música, em forma de audição e execução, em particular, ocupou um espaço significativo da definição do que foi ilustrado como paisagem sonora. Pois, além de fazer parte das práticas diárias de ambas as gerações e de ser interpretado enquanto elemento de lazer, desenvolve um papel significativo nas dinâmicas de afirmação da identidade cultural e social dos imigrantes, e permitiu uma maior diferenciação seja em relação às gerações envolvidas seja ao género dos participantes.

Conseguiu-se de facto destacar, seja com base na escolha dos géneros musicais preferidos, seja nas formas e nos espaços de reprodução, como a primeira geração continua a ser principalmente condicionada pelos traços culturais do país de origem, garantindo também um notável envolvimento das mulheres. A segunda geração mostrou nesse caso uma maior diferenciação seja na dinâmica identitária, seja na diferença de género. Respetivamente a este segundo eixo, de facto, e ao contrário do que se passa com a primeira geração, as raparigas encontram-se menos envolvidas na produção musical e artística do bairro, que fica quase exclusivamente para os rapazes. Nesse sentido, a produção de géneros musicais específicos e a escolha de determinados temas - a vida no bairro, o racismo... - fazem com que através da música os rapazes de segunda

geração construam a sua própria identidade socio-espacial, enfatizando e reivindicando a sua condição africana (negra), de algum modo em oposição à cultura hegemónica europeia, incapaz de incorporar as sensações e experiências porque passam estes jovens, que conjugam elementos identitários guineenses (africanos) e portugueses (europeus).

As dinâmicas da percepção dos espaços do bairro, analisadas principalmente na produção de sensações positivas de pertença ao lugar, agradabilidade e bem-estar, reflete-se nas formas e nas práticas de apropriação do espaço. Foi possível observar como a primeira geração, apesar de reconhecer uma melhoria nas condições materiais de habitabilidade, é tendencialmente “empurrada” a reproduzir práticas informais de uso do espaço público que desvelam as lógicas mais subtis de uma territorialização (tradicional) baseada nos elementos simbólicos da construção do território, em que a produção e a apropriação do espaço continuam a ser uma operação principalmente coletiva.

A segunda geração, apesar de manter uma forte construção identitária socio-espacial ligada à imagem do país de origem, é maioritariamente incluída nas dinâmicas do país de destino, tanto nas práticas de consumo, como de lazer. A incorporação do “elemento africano” aparece sobretudo ligada à produção musical e às paisagens sonoras que lhe estão associadas, combinando-se de algum modo com os elementos “lusos” e funcionando como expressão de resistência – à exclusão, à segregação – e de afirmação de uma identidade específica, luso-guineense jovem.

Portanto se o espaço do bairro continua a ser o lugar principal das atividades e das representações para as duas gerações, confirmando para ambas um substancial fenómeno de segregação especial e guetização, todavia, a nível de apropriação, a segunda geração experiencia o espaço público de uma forma mais dinâmica e mais permeada pelo espaço urbano (cidade de Lisboa). Já para a primeira geração, o espaço

público acaba por ser uma extensão do espaço doméstico, realçando, como foi dito, os laços com a tradição guineense.

Além disso, a presença proactiva da autarquia local, seja através de projetos dirigidos à abertura do bairro para o exterior, seja em projetos exclusivamente desenvolvidos no âmbito da comunidade, contribui substancialmente para a dinamização do território do bairro e condiciona em parte as lógicas e as dinâmicas de apropriação, sobretudo da segunda geração.

É possível afirmar, portanto, que o processo de reterritorialização num bairro de realojamento caracterizado, como neste caso, por uma grande variedade cultural e étnica, é condicionado por diferentes fatores. A identidade cultural do país de origem, quando não degenera em conflitos interétnicos, pode constituir a base dos laços de solidariedade e vizinhança, o que alimenta e melhora o sentimento de pertença e bem-estar no bairro.

A construção de uma identidade socio-espacial, não é um elemento estático, mas muda e se transforma através da presença de segundas e terceiras gerações de moradores, que trazem para o bairro dinâmicas próprias do país de acolhimento, sem renunciar por isso às próprias identidades originárias.

Os fenómenos de segregação espacial e guetização podem ser reduzidos através da intervenção direccionada dos poderes públicos e políticos (autarquias e outros). Todavia, é necessário destacar que, como evidenciado na relação entre Quinta do Mocho e Terraços da Ponte, estas dinâmicas também mudam em concomitância com o mudar da cidade na sua complexidade. Neste sentido, esta investigação ofereceu pistas para ulteriores análises direccionadas para a interpretação destes fenómenos de policentrismo e proliferação de enclaves de auto-segregação também em contextos tradicionalmente não atingidos por estas dinâmicas. Seria interessante a este propósito, num momento

futuro, refletir relativamente à imagem das cidades contemporâneas e sobre quem serão os seus futuros moradores, quando os centros históricos são cada vez mais afetados por processos de turistificação, enquanto os espaços periféricos começam a acolher novas classes sociais.

## Referências bibliográficas

- Amílcar, A.; Carreiras, M.; Malheiros, J. & Ferreira, B. (2011). *Notas sobre política de habitação em Portugal. Atas de VIII Congresso da Geografia Portuguesa – Repensar a Geografia para novos desafios*. Lisboa: Associação Portuguesa de Geógrafos.
- Amselle, J. L. (1990). *Logiques métisses*. Paris: Payot.
- Andreotti, G. (2012). O senso ético e estético da paisagem. *Ra'e Ga-O Espaço Geográfico em Análise*, 24, 5-17.
- Andreotti G. (2013). *Paisagens culturais*. Curitiba: Editora UFPR.
- Aniceto, A.; Figueira, C.; Parreira, P. & Pereira, M. (2005). *A importância da análise espacial na gestão urbana. Um caso de estudo. Atas do X Colóquio Ibérico De Geografia*, Évora: Universidade de Évora.
- Arroyo, M. (2004). Território, mercado e Estado: uma convergência histórica. *GEOgraphia*, 6 (12), 49-66.
- Augé, M. (1992). *Non-lieux Introduction à une anthropologie de la surmodernité*. Paris: SEUIL.
- Baptista, L. V. & Cordeiro, G. Í. (2002). Presentes e desconhecidos: reflexões socio-antropológicas acerca do recente fluxo imigratório no concelho de Loures. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 40, 23-43.
- Bastos, S. T. P. & Bastos, J. G. P. (1999). *Migração, Etnicidade e Reconstrução Identitária. Uma Abordagem Pluri-metodológica das Estratégias Identitárias de uma comunidade Hindu Tricontinental Residente em Portugal*. (Relatório de investigação). Lisboa: Portugal Plural.
- Benjamin, W. (1997). *Paris, capital do século XIX*. In: Fortuna C. (org.). *Cidade, cultura e globalização. Ensaio de sociologia*, 67-82. Oeiras: Celta Editora.

- Bernardes, F. F. (2010). *(Meio) ambiente: rompendo paradigmas na produção científica e no ensino da Geografia e da Biologia*. (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Berque, A. (1994). *Cinq propositions pour une théorie du paysage*. Seyssel: Editions Champ Vallon.
- Bertrand, G. (2004). Paisagem e geografia física global: esboço metodológico. *R. RA'E GA*, 8, 141-152.
- Boni, L. (2012). La città corpo senza organi. L'attualità del dialogo tra Deleuze-Guattari e Foucault sulla città come campo di produzione di soggettività. *Scienza & Politica. Per una storia delle dottrine*, 23(45), 55-62.
- Bourdieu, P. (1982). *Ce que parler veut dire*. Paris: Fayard
- Cabral, A. & de Andrade, M. (1976). *A arma da teoria: unidade e luta*. Lisboa: Seara Nova.
- Cain, R.; Jennings, P.; Adams, M.; Bruce, N.; Carlyle, A.; Cusack, P. & Plack, C. J. (2008). SOUND-SCAPE: A framework for characterising positive urban soundscapes. *Journal of the Acoustical Society of America*, 123(5), 3394-3394.
- Carlos, A. F. A. (2001). *Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Editora Contexto.
- Cassandro, G. (1943). *Storia delle terre comuni e degli usi civici nell'Italia meridionale*. Bari: Laterza.
- Castelo, C. (2012). *O modo português de estar no mundo. O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. In: Nunes, B.H. & Capela, J.V. (org.), *O mundo continuará a girar*, 111-116. Braga: CITCEM-Publicações.
- Chatwin, B. (1988). *Le vie dei canti*. Milano: Adelphi.
- Claval P. (2014). *História da geografia*. Lisboa: Edições 70.



Dávila, N. G. (2001). *Escolios a un texto implícito: selección*. Bogotá: Villegas Editores.

de Bivar Abrantes, M. P. A. (2011). «*Os chãos dos biafadas*» -memória, território e posse da terra em Quinara, sul da Guiné-Bissau. (Tese de Doutoramento). Lisboa: Universidade de Lisboa.

De Franco, A. (2003). *A revolução do local: globalização, glocalização, localização*. Brasília AED / São Paulo: Edições Cultura.

Deleuze, G. & Guattari, F. (1997). *Mil platôs-capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34.

Delgado A.; Amorim C.; Dias C. & Paulino P. (2011). Caracterização da população estrangeira a residir em Portugal com base nos censos 2011. *Revista de estudos demográficos*, 53, 35-76.

Dematteis, G. (1995). *Progetto implicito. Il contributo della geografia umana alle scienze del territorio*. Milano: Franco Angeli.

Dussel, E. D. (2007). Un diálogo con Gianni Vattimo. De la Postmodernidad a la Transmodernidad. *A Parte Rei: revista de filosofia*, 54, 1-36.

Esteves, A. (2004). *Imigração e cidades: geografias de metrópoles multi-étnicas - Lisboa e Washington D.C.* (Tese de Doutoramento). Lisboa: Universidade de Lisboa.

Farinelli, F. (2003). *Geografia. Un'introduzione ai modelli del mondo*. Torino: Einaudi.

Farinha, C. R. (2005). *Distribuição do rendimento, desigualdade e pobreza: Portugal nos anos 90*. (Tese de Doutoramento). Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.

Ferreira, A. (2007). A produção do espaço, entre dominação e apropriação: um olhar sobre os movimentos sociais. *Scripta Nova: revista electrónica de geografia y ciencias sociales*, Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24515.htm>. (Acesso: junho 2016)

Flick, U. (2008). *Designing qualitative research*. London: Sage Publications.

Foucault, M. (2009). *Security, Territory, Population: Lectures at the Collège de France 1977--1978*. New York: St Martins Press.

Frémont, A. (1976). *La région, espace vécu*. Paris: Presse Universitaire de France.

Fujimura, J. H. (2003). Como conferir autoridade ao conhecimento na ciência e na antropologia. In: Santos, B.D.S. *Conhecimento prudente para uma vida decente: "Um discurso sobre as Ciências revisitado"*, 143-171. Porto: Afrontamento.

Gehlen, I. & Riella, A. (2004). Dinâmicas territoriais e desenvolvimento sustentável. *Sociologias*, 11, 20-26.

Gerring, J. (2004). What is a case study and what is it good for? *American political science review*, 98(02), 341-354.

Gottmann, J. (2012). A evolução do conceito de território. *Boletim Campineiro de Geografia*, 2(3), 523-545.

Guattari, F. (1985). Espaço e poder: A criação de territórios na cidade. *Espaço e Debates*, 16, 109-120.

Guerra, I. C. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo- sentidos e formas de uso*. Cascais: Princípia Editora.

Guerra, I. (1994). As Pessoas não são Coisas que se Ponham em Gavetas. *Sociedade e Território*, 20, 11-16.

Guerra, I. (2011). As políticas de habitação em Portugal: à procura de novos caminhos. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 22, 41-68.

Haesbaert, R. (1994). *O mito da desterritorialização e as "regiões-rede"*. *Atas do V Congresso Brasileiro de Geografia*, 206-214. Curitiba: AGB.

Haesbaert, R. (2003). Da desterritorialização à multiterritorialidade. *Boletim Gaúcho de Geografia*, 29, 11-24.

- Haesbaert, R. (2004). *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios à multiterritorialidade”*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Haesbaert, R. (2013). *Da desterritorialização à multiterritorialidade. Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR, 1769-1777*. Rio de Janeiro: ANPUR.
- Hoover, K. C. (2009). The geography of smell. *Cartographica: The International Journal for Geographic Information and Geovisualization*, 44(4), 237-239.
- Kane, C.H. (1975). *L'Aventure ambigu*. Milano: Jaca Book.
- Kauark, F. S.; Manhães F.C. & Medeiros, C.H. (2010). *Metodologia da pesquisa: guia prático*. Itabuna: Via Litterarum.
- Kilian, T. (1998). *Public and Private, Power and Space*. In: Andrew L. & Smith J. M. (orgs.). *The Production of Public Space*, 115-135. New York: Rowman & Littlefield Publishers.
- Landi, F. R. (1982). *Ideologia*. Milano: Mondadori.
- Lefebvre, H. (1991). *The production of space*. Oxford: Blackwell.
- Lefebvre, H. (2012). *O Direito à Cidade*. Lisboa: Livraria Letra Livre.
- Lehmann, H. (1950). *Die Physiognomie der Landschaft*. In: Saner. L. *Studium generale*, 182-195. Wiesbaden: Springer Fachmedien Wiesbaden.
- Lopes, C. (1999). *Kaabunké: Espaço, território e poder na Guiné-Bissau, Gâmbia e Casamance pré-coloniais*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- Luhmann, N. (1984). *Sistemi sociali*. Milano: Il Saggiatore Tascabili.
- Luhmann, N. (2010). *Potere e complessità sociale*. Milano: Il Saggiatore Tascabili.
- Lynch, K. (1997). *A Imagem da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Machado, F. L. (1998). Da Guiné-Bissau a Portugal: luso-guineenses e imigrantes. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 26, 9-56.

- Malheiros, J. M. (1996). *Imigrantes na região de Lisboa: os anos da mudança, imigração e processo de integração das comunidades de origem indiana*. Lisboa: Edições Colibri.
- Malheiros, J. D. S. M. & Letria, P. (1999). *À descoberta dos novos descobridores*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- Malheiros, J. & Fonseca, L. (2011). *Acesso à habitação e problemas residenciais dos imigrantes em Portugal*. Lisboa: ACIME - Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Malheiros, J.; Carvalho, R. & Mendes, L. (2012). Etnicização residencial e nobilitação urbana marginal: processo de ajustamento ou prática emancipatória num bairro do centro histórico de Lisboa. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Número temático: Imigração, Diversidade e Convivência Cultural*, 97-128.
- Massey, D. (1991). A global sense of place. *Marxism Today*, (38), 24-29
- Meirinhos, M. & Osório, A. (2010). O estudo de caso como estratégia de investigação em educação. *Revista EduSer*, 2 (2), 49-65.
- Mela, A.; Belloni, M. C. & Davico, L. (2001). *Sociologia do ambiente*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Mignolo, W. (2002). The geopolitics of knowledge and the colonial difference. *The South Atlantic Quarterly*, 101(1), 57-96.
- Moscovici, S. (1961). *La Psycanalyse. Son image et son public: étude sur la représentation sociale de la psycanalyse*. Paris: Presse Universitaire de France.
- Nunes, J. A. (2008). O resgate da epistemologia. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (80), 45-70.
- Oliveira, N. (2008). *A integração dos 'retornados' no interior de Portugal*. *Atas do VI Congresso de Sociologia*, 1-17. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

- Pena Pires, R. (2003). *Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*, Oeiras: Celta Editora.
- Popper, K. R. (1970). *Logica della scoperta scientifica*. Torino: Einaudi.
- Raffestin, C. (1980). *Pour une géographie du pouvoir*. Paris: Litec.
- Raffestin, C. (1986). Eléments pour une théorie de la frontière. *Diogène*, 34 (134), 3-21.
- Ramalho, S. & Trovão, S. (2010). *Repertórios femininos em construção num contexto migratório pós-colonial: modalidades de participação cívica*. Lisboa: ACIDI – Alto Comissariado Para A Imigração e Diálogo Intercultural.
- Relph, E. C. (1987). *The modern urban landscape: 1880 to the present*. Baltimore: JHU Press.
- Ricoeur, P. (1994). *Tempo e Narrativa*. Tomo I. Campinas: Papirus.
- Ribeiro, O. (1945). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico: estudo geográfico*. Lisboa: Sá da Costa.
- Rodrigues, N. (2014). À Procura das Geografias de Género e Sexualidade em Portugal. *Revista Latino-Americana de Geografia e Género*, 5(2), 42-58.
- Roger, A. (1997). *Court traité du paysage*. Paris: Gallimard.
- Rossi-Landi, F. (1979). *Semiotica e ideologia*. Milano: Bompiani.
- Rouse, J. (1996), *Beyond Epistemic Sovereignty*. In: Galison, P. & Stump, D. J.(orgs.), *The Disunity of Science: Boundaries, Contexts, and Power*, 398-416. Stanford: Stanford University Press.
- Rousseau, J. J. (1896). *Du contrat social*. Paris: Éditions Alcan.
- Salgueiro, T. B. (2001). Paisagem e geografia. *Finisterra*, 36(72), 37-53.
- Sangreman, C. (2012). *Avaliação do potencial de desenvolvimento da diáspora da Guiné-Bissau em Portugal e em França*. Lisboa: Organização Internacional para as Migrações.

- Santos, B. D. S. (2003). *Conhecimento prudente para uma vida decente: “Um discurso sobre as ciências revisitado”*. Porto: Afrontamento.
- Santos, B. D. S. (2007). Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos estudos-CEBRAP*, (79), 71-94.
- Santos, M. (2004). *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Santos, M. (2006). *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. São Paulo: DP&A Editora.
- Saquet, M. A. (2005). *A relação espaço-tempo e a apreensão do movimento em estudos territoriais. Atas do X Encontro de Geógrafos da América Latina*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Saquet, M.A. (2007). *Il territorio della geografia. Approcci a confronto tra Brasile e Italia*. Milano: Franco Angeli.
- Sayad, A. (2002). *La doppia assenza. Dalle illusioni dell'emigrato alle sofferenze dell'immigrato*. Milano: Raffaele Cortina Editore
- Schulte-Fortkamp, B. (2000). *Exploring the impact of soundscapes on noise annoyance. The 29<sup>th</sup> International Congress and Exhibition on Noise Control*. Nice: France.
- Silveira, R. M. G. (2007). A cultura histórica em representações sobre territorialidades. *Sæculum—Revista de História*, 16, 33-46.
- Sobarzo, O. (2006). A produção do espaço público: da dominação à apropriação. *GEOUSP: Espaço e Tempo*, (19), 93-111.
- Stake, R. E. (1999). *Investigación con estudio de casos*. Madrid: Morata.
- Thom, R. (1980). *Parabole e catastrofi. Intervista su matematica, scienza e filosofia*. Milano: Il Saggiatore.

- Touadî, J.L. (2006). *L'Africa in pista – Storia, economia e società*. Torino: Società Editrice Internazionale.
- Turco, A. (1988). *Verso una teoria geografica della complessità*. Milano: Edizione Unicopli.
- Turco, A. (1999). *Terra eburnea: il mito, il luogo, la storia in Africa*. Milano: Edizione Unicopli.
- Turco, A. (2006). Semânticas da violência: guerra, território e poder na África mandinga. *Varia Historia*. 22 (35), 125-149.
- Turco, A. (2010). *Configurazioni della territorialità*. Milano: Franco Angeli.
- Turri, E. (1998). *Il paesaggio come teatro*. Venezia: Marsilio.
- Vatimo G. (1968). *Schleiermacher filosofo dell'interpretazione*. Milano: Mursia.
- Vattimo, G. (1974). *Il Soggetto E la Maschera: Nietzsche E Il Problema Della Liberazione*. Milano: Bompiani.
- Vattimo G. (1989). *Etica dell'interpretazione*. Torino: Rosenberg & Sellier.
- Visscher, C. de. (1957). *Theory and reality in public international law*. Princeton, NJ, Princeton University Press. In: Gottmann, J. (2012). A evolução do conceito de território, *Boletim Campineiro de Geografia*, 2(3), 523-545.
- Weber, M. (2015). *Conceitos Sociológico Fundamentais*. Lisboa: Edição 70.
- Yin, R.K. (2016). *Pesquisa qualitativa do início ao fim*. Porto Alegre: Penso, Série Métodos de Pesquisa.
- Zembrano, C. (2001). Territorios plurales, cambio sociopolítico y gobernabilidad cultural. *Boletim Goiano de Geografia* 21(1), 9-49.

## Anexo 1: Elenco das figuras

Fig. 1: Extensão do Império Malinké pré-colonial, território do Mali e de outros países africanos na atualidade (Fonte: Middleton, 1997, v. III e IV).....	70
Fig. 2: Sanconhã, localização. (Fonte: elaboração própria).....	74
Fig. 3: As florestas sagradas em Sanconhã. (Fonte: elaboração própria).....	76
Fig. 4: Quinta do Mocho: foto aérea, (fonte: Google Map, 2016).....	99
Fig. 5: Quinta do Mocho “Velho” (Fonte: <a href="http://www.skyscrapercity.com">http://www.skyscrapercity.com</a> , 1989).....	101
Fig.6: Terraços da Ponte, prédio de luxo (Fonte: própria, Terraços da Ponte, 2016).....	102
Fig. 7: Quinta do Mocho (fonte: <a href="http://www.record.xl.pt/">http://www.record.xl.pt/</a> , dezembro 2015).....	103
Fig. 8: Avenida das Comunidades que divide a Quinta do Mocho (bairro social) dos Terraços da Ponte (urbanização privada comercial) (Fonte: própria, Quinta do Mocho 2016).....	105
Fig. 9: Grupo Bambaram no B.Leza, 2012 (Fonte: <a href="http://www.buala.org">www.buala.org</a> ).....	125
Fig. 10: O tambor utilizado no <i>badju de tina</i> (fonte: elaboração própria, Quinta do Mocho, 2016).....	126



Fig. 11: O espaço contíguo à habitação do T. (Fonte própria: junho 2016).....	136
Fig. 12: apropriação do espaço público a uso doméstico e privado (Fonte: própria, Quinta do Mocho, junho 2016).....	140
Fig. 13: Quinta do Mocho (Fonte própria: fevereiro 2015).....	144
Fig. 14: Graffiti relacionados com temas da imigração africana (Fonte própria: junho 2015).....	145
Fig. 15: Graffiti - homenagem Quinta do Mocho (Fonte própria: janeiro 2016).....	145

## **Anexo 2: Elenco quadros**

Quadro 1: Âmbitos de análise no grupo de migrantes. (Fonte: elaboração própria).....	11
Quadro 2: Teoria geográfica da complexidade (Fonte: ‘ <i>Verso una teoria geográfica della complessità</i> ’, Turco, 1988).....	30
Quadro 3: O processo de territorialização. (Fonte: Turco, 1988, op. cit.).....	31
Quadro 4: Modelo Analítico (Fonte: elaboração própria).....	61
Quadro 5: Síntese dos participantes (elaboração própria).....	109
Quadro 6: Quadro de síntese - percepção (fonte: elaboração própria).....	129
Quadro 7: Os lugares de apropriação (Elaboração própria).....	137

## Anexo 3: Guião das Entrevistas

### A: DADOS PESSOAIS

Idade:

Sexo:            M        F

Data de nascimento:

Lugar de nascimento:

Nacionalidade:

Data de chegada à Quinta do Mocho:

Profissão e situação socioprofissional:

Percorso geográfico e profissional antes de chegar à Quinta do Mocho:

Descrição da família:

Componentes do grupo familiar (incluindo o entrevistado):

	Componente familiar	idade	sexo	Grau parentesco	Residente na mesma habitação?
1	Ex: entrevistado				
2					
3					
4					
5					

### B: PERGUNTAS

#### I – percepção: PAISAGENS

1. Na sua opinião qual é o significado da palavra “paisagem?” Pode dar um exemplo?

---

---

---

---

---

**2. Quais são os lugares (até três) que gosta mais na cidade de Lisboa?**

Lugares que gosta mais	Elementos que gosta mais
<b>Lugar 1</b>  <b>Topónimo alternativo:</b>	<input type="checkbox"/> Arquitetura: _____ <input type="checkbox"/> Natureza: _____ <input type="checkbox"/> Vista: _____ <input type="checkbox"/> Convívio: _____ <input type="checkbox"/> Outros: _____ <input type="checkbox"/> Outro: _____
<b>Lugar 2</b>  <b>Topónimo alternativo:</b>	<input type="checkbox"/> Arquitetura: _____ <input type="checkbox"/> Natureza: _____ <input type="checkbox"/> Vista: _____ <input type="checkbox"/> Convívio: _____ <input type="checkbox"/> Outros: _____ <input type="checkbox"/> Outro: _____
<b>Lugar 3</b>  <b>Topónimo alternativo:</b>	<input type="checkbox"/> Arquitetura: _____ <input type="checkbox"/> Natureza: _____ <input type="checkbox"/> Vista: _____ <input type="checkbox"/> Convívio: _____ <input type="checkbox"/> Outros: _____ <input type="checkbox"/> Outro: _____

**3. Quais são os sítios (até três) que gosta mais no seu bairro?**

Sítios que gosta mais	Elementos que gosta mais
<b>Lugar 1</b>  <b>Topónimo alternativo:</b>	<input type="checkbox"/> Arquitetura: _____ <input type="checkbox"/> Natureza: _____ <input type="checkbox"/> Vista: _____ <input type="checkbox"/> Convívio: _____ <input type="checkbox"/> Outros: _____ <input type="checkbox"/> Outro: _____
<b>Lugar 2</b>  <b>Topónimo alternativo:</b>	<input type="checkbox"/> Arquitetura: _____ <input type="checkbox"/> Natureza: _____ <input type="checkbox"/> Vista: _____ <input type="checkbox"/> Convívio: _____ <input type="checkbox"/> Outros: _____ <input type="checkbox"/> Outro: _____
<b>Lugar 3</b>  <b>Topónimo alternativo:</b>	<input type="checkbox"/> Arquitetura: _____ <input type="checkbox"/> Natureza: _____ <input type="checkbox"/> Vista: _____ <input type="checkbox"/> Convívio: _____ <input type="checkbox"/> Outros: _____ <input type="checkbox"/> Outro: _____

**4. Quais são os elementos sonoros que caracterizam o seu dia? E onde costuma ouvi-los?**

- ☐ Pessoas falando. Onde? \_\_\_\_\_
- ☐ Música. Onde? \_\_\_\_\_
- ☐ Carros. Onde? \_\_\_\_\_
- ☐ Aviões. Onde? \_\_\_\_\_
- ☐ Outro. Onde? \_\_\_\_\_
- ☐ Outro. Onde? \_\_\_\_\_

5. Pode indicar quais são os “sons” que gosta MAIS de ouvir? E quando (horas/dias) e onde costuma ouvi-los?

Sons positivos	Onde?	Quando? – faixa horária
Sons 1	Lugar 1:	
	Lugar 2:	
	Lugar 3:	
Sons 2	Lugar 1:	
	Lugar 2:	
	Lugar 3:	
Sons 3	Lugar 1:	
	Lugar 2:	
	Lugar 3:	

6. Pode indicar quais são os “sons” que gosta MENOS de ouvir? E quando (horas/dias) e onde costuma ouvi-los?

Sons negativos	Onde?	Quando? – faixa horária
Sons 1	Lugar 1:	
	Lugar 2:	
	Lugar 3:	
Sons 2	Lugar 1:	
	Lugar 2:	
	Lugar 3:	

<b>Sons 3</b>	<b>Lugar 1:</b>	
	<b>Lugar 2:</b>	
	<b>Lugar 3:</b>	

7. Pode-me indicar quais são os elementos olfativos que caracterizam o seu dia? E onde costuma ouvi-los?

- ☐ \_\_\_\_\_ Onde? \_\_\_\_\_
- ☐ \_\_\_\_\_ Onde? \_\_\_\_\_
- ☐ \_\_\_\_\_ Onde? \_\_\_\_\_
- ☐ \_\_\_\_\_ Onde? \_\_\_\_\_
- ☐ \_\_\_\_\_ Onde? \_\_\_\_\_
- ☐ \_\_\_\_\_ Onde? \_\_\_\_\_

8. Pode indicar quais são os “cheiros” que gosta MAIS de perceber? E quando (horas/dias) e onde costuma percebê-los?

<b>Cheiros positivos</b>	<b>Onde?</b>	<b>Quando? – faixa horária</b>
<b>cheiro 1</b>	<b>Lugar 1:</b>	
	<b>Lugar 2:</b>	
	<b>Lugar 3:</b>	
<b>cheiro 2</b>	<b>Lugar 1:</b>	
	<b>Lugar 2:</b>	
	<b>Lugar 3:</b>	
<b>cheiro 3</b>	<b>Lugar 1:</b>	
	<b>Lugar 2:</b>	
	<b>Lugar 3:</b>	

9. Pode indicar quais são os “cheiros” que gosta MENOS de perceber? E quando (horas/dias) e onde costuma percebê-los?

<b>Cheiros negativos</b>	<b>Onde?</b>	<b>Quando – faixa horária</b>
<b>Cheiro 1</b>	<b>Lugar 1:</b>	
	<b>Lugar 2:</b>	

	<b>Lugar 3:</b>	
<b>Cheiro 2</b>	<b>Lugar 1:</b>	
	<b>Lugar 2:</b>	
	<b>Lugar 3:</b>	
<b>Cheiro 3</b>	<b>Lugar 1:</b>	
	<b>Lugar 2:</b>	
	<b>Lugar 3:</b>	

## II – Apropriação: o ESPAÇO DOMÉSTICO

### 10. Gosta da sua casa? Porquê?

---



---



---



---



---

### 11. Onde gostava de morar? E porquê?

---



---



---



---



---

### 12. Costuma receber pessoas em casa?

**Sim**                      **Não**

### 13. Por quanto tempo?

☐ **Um fim de semana**

- ☐ Uma semana
- ☐ Um mês
- ☐ Mais que um mês

**14. São pessoas originárias da Guiné-Bissau? Se não, de onde?**

---

---

---

---

**15. Quanto tempo passa em casa?**

---

---

---

---

**16. Quais são as atividades que faz em casa?**

---

---

---

---

### **III– Apropriação: o ESPAÇO PÚBLICO**

**17. Onde costuma ir para “lazer”?**

---

---

---

---



**18. Onde costuma fazer mais frequentemente compras de:**

<b>Tipologia de compras:</b>	<b>Lugares</b>
<b>Alimentação/mercearia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•</li> <li>•</li> <li>•</li> </ul>
<b>Vestuário e calçado</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•</li> <li>•</li> <li>•</li> </ul>
<b>Outros:.....</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•</li> <li>•</li> <li>•</li> </ul>
<b>Outros:.....</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•</li> <li>•</li> <li>•</li> </ul>

**19. Quais são os lugares da cidade que frequenta mais? E com que objetivo?**

<b>Lugares que frequenta mais vezes</b>	<b>Objetivos</b>
<b>Lugar 1</b>	•
<b>Topónimo alternativo:</b>	•
<b>Lugar 1</b>	•
<b>Topónimo alternativo:</b>	•
<b>Lugar 1</b>	•
<b>Topónimo alternativo:</b>	•
<b>Lugar 1</b>	•
<b>Topónimo alternativo:</b>	•
<b>Lugar 1</b>	•
<b>Topónimo alternativo:</b>	•
<b>Lugar 1</b>	•
<b>Topónimo alternativo:</b>	•